

**FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO
FECAP**

MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MAURO CAMILO DOS SANTOS

**A CONVERGÊNCIA CONTÁBIL E O CONSERVADORISMO
NA PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO
DUVIDOSA NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO BRASIL**

São Paulo

2014

MAURO CAMILO DOS SANTOS

**A CONVERGÊNCIA CONTÁBIL E O CONSERVADORISMO NA
PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA NAS
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO BRASIL**

Dissertação apresentada à Fundação Escola de Comércio
Álvares Penteado – FECAP, como requisito para a obtenção do
título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Elionor Farah Jreige Weffort.

São Paulo

2014

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO – FECAP

Reitor: Prof. Edison Simoni da Silva

Pró-reitor de Graduação: Prof. Taiguara de Freitas Langrafe

Pró-reitor de Pós-graduação: Prof. Edison Simoni da Silva

Diretor da Pós-Graduação Lato Sensu: Prof. Alexandre Garcia

Coordenador de Mestrado em Ciências Contábeis: Prof. Dr. Cláudio Parisi

Coordenador do Mestrado Profissional em Administração: Prof. Dr. Heber Pessoa da Silveira

FICHA CATALOGRÁFICA

S237c	Santos, Mauro Camilo dos A convergência contábil e o conservadorismo na provisão para créditos de liquidação duvidosa nas instituições financeiras no Brasil / Mauro Camilo dos Santos. - - São Paulo, 2014. 120 f. Orientador: Prof ^a . Dr ^a . Elionor Farah Jreige Weffort. Dissertação (mestrado) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP - Mestrado em Ciências Contábeis.
-------	---

MAURO CAMILO DOS SANTOS

**A CONVERGÊNCIA CONTÁBIL E O CONSERVADORISMO NA PROVISÃO
PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA NAS INSTITUIÇÕES
FINANCEIRAS NO BRASIL**

Dissertação apresentada à Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

COMISSÃO JULGADORA

Profª. Drª. Joanília Neide de Sales Cia
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – USP

Prof. Dr. Aldy Fernandes da Silva
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP

Profª. Drª. Elionor Farah Jreige Weffort
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP
Professora Orientadora – Presidente da Banca Examinadora

São Paulo, 23 de Setembro de 2014.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida com saúde e por ter permitido concluir mais esta etapa e a minha esposa Helena pelo apoio e incentivo incondicionais para a realização deste curso e pela paciência em acompanhar-me nesses anos de dedicação e esforço.

Agradeço também aos colegas de curso e aos professores do Mestrado em Ciências Contábeis da FECAP, e em especial aos professores que contribuíram na orientação deste trabalho: Prof^ª. Dr^ª. Elionor Farah Jreige Weffort, Prof. Dr. Aldy Fernandes da Silva e a Prof^ª. Dr^ª. Joanília Neide de Sales Cia da FEA-USP e, ainda, ao Prof. Dr. Marcos Reinaldo Severino Peters pelas discussões em classe que auxiliaram no desenvolvimento da minha pesquisa.

Agradeço, ainda, aos colegas do BACEN que contribuíram sobremaneira para o meu crescimento profissional e acadêmico através da grande troca de conhecimentos.

RESUMO

Com a edição da Resolução nº 3786/2009, do Banco Central do Brasil, as Instituições Financeiras passaram a elaborar e divulgar desde 31 dez 2010 adicionalmente às normas vigentes, as Demonstrações Contábeis Consolidadas com base nas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*). Tais procedimentos têm provocado uma grande mudança no arcabouço técnico e legal em decorrência de divergências conceituais existentes entre as normas locais – BRGAAP e as normas internacionais - IFRS. Este trabalho tem por objetivo verificar se a convergência contábil está alterando o grau de conservadorismo na constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa nas Demonstrações Contábeis Consolidadas publicadas pelas instituições financeiras, no Brasil, e se as características das instituições financeiras como porte, rentabilidade, controle de capital, segmento de mercado de atuação, listadas em bolsas de valores e setor público ou privado poderiam influenciar na constituição das PCLD. Para tanto foram examinados, nos dois padrões de contabilidade, as demonstrações financeiras de quarenta e três conglomerados financeiros no período de 2009 a 2013, que representavam 93% dos ativos do Sistema Financeiro Nacional, em 31 de dezembro de 2013. Os resultados revelaram diferenças estatisticamente significantes entre os valores das provisões dos dois padrões de contabilidade, evidenciando que as normas locais são mais conservadoras em relação às normas internacionais. Mostraram, também, que embora partindo das mesmas operações as instituições obtiveram valores diferentes em suas carteiras de crédito e nos montantes de PCLD em decorrência da utilização de padrões diferentes de reconhecimento, mensuração e divulgação. No exame das variáveis independentes constatou-se que existem grupos específicos de bancos com maiores discrepâncias entre os saldos de PCLD nas duas demonstrações indicando que as características das instituições financeiras poderiam influenciar na constituição da PCLD.

Palavras-chave: Convergência às normas internacionais. IFRS. Provisão para créditos de liquidação duvidosa. Conservadorismo. Instituições Financeiras.

ABSTRACT

With the enactment of Resolution nº 3786/2009, the Central Bank of Brazil, financial institutions began to prepare and publish since December 31, 2010 in addition to the existing standards, the consolidated financial statements according to International Financial Reporting Standards - IFRS. Such procedures have caused a major change in the technical and legal framework due to existing conceptual differences between local standards - BRGAAP and international standards - IFRS. This work aims to verify whether the accounting convergence is altering the degree of conservatism in constitutions of allowance for doubtful accounts in the Consolidated Financial Statements published by financial institutions in Brazil, and whether the characteristics of the financial institutions such as size, profitability, control capital, market segment, listed on stock exchanges and public or private sector could influence the constitution of the provisions. For that were examined in the two accounting standards, the financial statements of forty-three financial conglomerates in the period 2009-2013, which represented 93% of the assets of Sistema Financeiro Nacional (National Financial System) at December 31, 2013. The results revealed differences statistically significant of provisions between the two accounting standards, showing that local standards are more conservative relative to international standards. Showed, too, that although starting from the same operations the institutions obtained different results due to the use of different standards for recognition, measurement and disclosure. On examination of the independent variables was found that there are specific groups of banks with larger discrepancies between the balances of provisions in the two financial statements indicating that the characteristics of financial institutions could influence the constitution of the provisions.

Keywords: Convergence with international standards. IFRS. Allowance for doubtful accounts. Conservatism. Financial Institutions.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - REVISÃO DAS PESQUISAS SOBRE CONSERVADORISMO	32
QUADRO 2 - QUADRO DE VARIÁVEIS UTILIZADAS NA PESQUISA	73
QUADRO 3 - DIFERENÇAS ENTRE OS DOIS PADRÕES	97

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DO ATIVO - IMPAIRMENT	53
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - REGRESSÃO PCLD X CARTEIRA DE CRÉDITOS – PADRÕES BRGAAP E IFRS	81
GRÁFICO 2 - REGRESSÃO 2009 A 2013 – ANÁLISE DE RESÍDUOS	91
GRÁFICO 3 - TESTE DE KOLMOGOROV-SMIRNOV	92
GRÁFICO 4 - GRÁFICOS DE RESÍDUOS – 2009 A 2013 – EXCLUÍDOS OUTLIERS - WINSORIZAÇÃO 2,5%	95
GRÁFICO 5 - TESTE DE NORMALIDADE DE RESÍDUOS	96
GRÁFICO 6 - HISTOGRAMA DOS RESÍDUOS .ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.	

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - ATIVOS - SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	19
TABELA 2 - QUANTIDADE DE BANCOS POR ORIGEM DE CAPITAL	20
TABELA 3 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS BANCOS.....	20
TABELA 4 - COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA POR MODALIDADE DE OPERAÇÕES – SOMATÓRIO DOS BANCOS DA AMOSTRA.....	42
TABELA 5 - CÁLCULO DA PROVISÃO E NÍVEIS DE RISCO – SOMATÓRIO DOS BANCOS DA AMOSTRA.....	43
TABELA 6 - FLUXOS DE CAIXA FUTUROS ESPERADOS NA DATA DO CONTRATO – UMA SIMULAÇÃO	56
TABELA 7 - FIXO DE CAIXA COM BASE NA RESOLUÇÃO 2682.....	58
TABELA 8 - BALANCETES ELABORADOS COM BASE NA RESOLUÇÃO 2682	59
TABELA 9 - FLUXOS DE CAIXA FUTUROS ESPERADOS APÓS IMPARIDADE – UMA SIMULAÇÃO	60
TABELA 10 - BALANCETES ELABORADOS COM BASE NA IAS 39.....	62
TABELA 11 - RESUMO DAS DIFERENÇAS ENTRE BRGAAP E IFRS.....	64
TABELA 12 - RELAÇÃO DOS BANCOS SELECIONADOS.....	68
TABELA 13 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS IFS ANALISADAS NO SFN	69
TABELA 14 - SOMATÓRIO DAS CARTEIRAS DE CRÉDITO	76
TABELA 15 - SOMATÓRIO DAS CARTEIRAS DE CRÉDITO DOS	77
TABELA 16 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA PROVISÃO E DAS DESPESAS	77
TABELA 17 - BANCOS DA AMOSTRA - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL	78
TABELA 18 - ESTATÍSTICA DESCRITIVA - PCLD / OC.....	82
TABELA 19 - DIFERENÇAS PERCENTUAIS DA PCLD/CARTEIRA	83
TABELA 20 - TESTE GLOBAL – TESTE DE HIPÓTESE T DE DIFERENÇA DE MÉDIA	83
TABELA 21 - RESUMO DOS TESTES DE HIPÓTESE T DE DIFERENÇAS DE MÉDIAS – PARA DADOS EMPARELHADOS	84
TABELA 22 - CORRELAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS QUANTITATIVAS	86
TABELA 23 - ESTATÍSTICA DESCRITIVA – VARIÁVEIS QUALITATIVAS.....	88
TABELA 24 - ESTATÍSTICA DESCRITIVA – VARIÁVEIS QUANTITATIVAS	89
TABELA 25 - GENERAL REGRESSION ANALYSIS - 2009 A 2013.....	90

TABELA 26 - ANÁLISE DA VARIÂNCIA – 2009 A 2013.....	90
TABELA 27 - GENERAL REGRESSION ANALYSIS 2009 A 2013 - WINSORIZAÇÃO 2,5%.....	93
TABELA 28 - ANÁLISE DA VARIÂNCIA 2009 A 2013 – VINSORIZAÇÃO 2,5%.....	95

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BACEN	Banco Central do Brasil
BM&FBOVESPA	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
BRGAAP	<i>Brazilian Generally Accepted Accounting Principles</i>
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGC	Comitê Gestor da Convergência
CMN	Conselho Monetário Nacional
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
FASB	<i>Financial Accounting Standards Board</i>
IAS	<i>International Accounting Standards</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IASC	<i>International Accounting Standards Committee</i>
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IF(s)	Instituição ou Instituições Financeira (s)
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
MoU	<i>Memorandum of Understanding</i>
PIB	Produto Interno Bruto
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 QUESTÃO DE PESQUISA.....	16
1.2 OBJETIVOS E DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	17
1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....	18
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	21
2 REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1 CONSERVADORISMO CONTÁBIL	22
2.1.1 CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS.....	22
2.1.2 MOTIVAÇÕES PARA A PRÁTICA DO CONSERVADORISMO	29
2.1.3 ESTUDOS DESENVOLVIDOS SOBRE CONSERVADORISMO	32
2.2 PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA.....	37
2.2.1 PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA – NORMAS BRGAAP	38
2.2.1.1 <i>Relatórios divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras em BRGAAP</i>	41
2.2.2 PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL – IMPAIRMENT - IFRS	43
2.3 RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO DA PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	50
2.4 COMPARAÇÃO DOS SALDOS CONTÁBEIS PELOS DOIS MÉTODOS - CÁLCULOS DA PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA.....	55
2.4.1 PROCEDIMENTOS ADOTADOS COM BASE NO BRGAAP.....	56
2.4.2 PROCEDIMENTOS ADOTADOS COM BASE NAS IFRS.....	60
3 METODOLOGIA.....	66
3.1 CAMPO DE ESTUDO	66
3.2 VARIÁVEIS DA PESQUISA	70
3.3 COLETA DE DADOS	74
3.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	79
4 ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS	80
4.1 CONSERVADORISMO BRGAAP X IFRS	80
4.2 POSSÍVEIS FATORES EXPLICATIVOS DAS DIFERENÇAS	85
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS	102

APÊNDICE A – TESTE DE HIPÓTESE T DE DIFERENÇAS DE MÉDIAS PARA DADOS EMPARELHADOS	109
APÊNDICE B – ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR	114

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade estuda, interpreta e registra os fenômenos que afetam o patrimônio das entidades. É a linguagem dos negócios, utilizada pelos agentes econômicos que buscam informações para a avaliação dos riscos e oportunidades.

Com o crescimento do comércio e das relações multinacionais, aumentaram as exigências na elaboração de demonstrações contábeis em diferentes padrões de relatórios, para atender diferentes objetivos dos usuários. As avaliações realizadas pelos usuários das informações contábeis tornaram-se mais difíceis visto que necessitam de interpretação e comparação dessas informações além de conciliação das diversas práticas contábeis adotadas por diferentes países. (MACHADO; DIAS FILHO, 2004; SANTOS; CIA; CIA, 2011).

Essa visão globalizada aumentou as necessidades no sentido de se convergir para um padrão único de normas contábeis consideradas como essenciais para assegurar um alto grau de transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras. A aprovação do regulamento para a convergência das normas internacionais de contabilidade pelo Parlamento da Comunidade Europeia e os entendimentos formais entre o *Financial Accounting Standards Board - FASB* e o *International Accounting Standards Board - IASB* a partir de 2002, vieram em respostas à essas necessidades.

Muitos países, fora da comunidade europeia, também adotaram as normas internacionais. O relatório de janeiro de 2014 do *IFRS Foundation – Who we are and what we do* (IFRS, 2014), destaca que desde 2001, quase 120 países têm exigido ou permitido o uso de IFRS e que todas as grandes economias restantes criaram linhas de tempo para convergir ou adotar as IFRS em um futuro próximo.

A adaptação das normas internacionais encontra alguns problemas, visto que a norma é editada em inglês e muitas vezes não se encontra um termo no idioma local que possa representar em sua plenitude o que se reportou. Este fato foi observado na Alemanha, no Japão, China e mesmo em países de língua portuguesa, como Portugal e Brasil.

Outro entrave é a adaptação do ordenamento jurídico dos países que adotaram a convergência. As normas internacionais são conhecidas dentro de uma tradição jurídica consuetudinária (*commom law*). Ou seja, as normas devem oferecer princípios gerais de orientação (*principles-based rules*) e não regras detalhadas (*rules-based*), e dependem, em muitos casos, de julgamentos do contador. As normas internacionais diferem

significativamente das normas brasileiras que adotam o direito romano com normas codificadas (*code law*).

No Brasil, o Governo Federal, autarquias e entidades de classe têm reunido esforços no sentido de atender aos Memorandos de Entendimentos (MoU - *Memorandum of Understanding*) entre o IASB, CFC e CPC para adoção ao IFRS, destacando como as principais ações a edição de leis como a Lei nº 11.638 (BRASIL, 2007), de 28/12/2007 e a Lei nº 11.941 (BRASIL, 2009), de 27/05/2009, além da Resolução CFC nº 1.055 (CFC, 2005), de 07/10/2005, que criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). O CPC tem como objetivo estudar e preparar a emissão de Pronunciamentos Técnicos que, para entrarem em vigor, deverão ser aprovados, por órgãos reguladores como CFC – Conselho Federal de Contabilidade; CVM – Comissão de Valores Mobiliários; BACEN – Banco Central do Brasil; SUSEP – Superintendência de Seguros Privados entre outros.¹

O IASB² está comprometido com o desenvolvimento de um conjunto único de padrões contábeis de alta qualidade, compreensíveis, exequíveis e globalmente aceitos baseados em princípios claramente articulados para fornecer informações financeiras transparentes e comparáveis em demonstrações financeiras e em outros relatórios financeiros aos investidores, a outros participantes do mercado de capitais global e a outros usuários de informações financeiras.

Assim, a grande preocupação é ter uma demonstração contábil que atenda aos padrões internacionais para sua elaboração e que seja útil para o usuário. Uma informação contábil é considerada útil se proporcionar conhecimento relevante, se for confiável, comparável e compreensível e demonstrar, de forma adequada, a situação econômico-financeira de uma empresa.

¹ Embora a Lei nº 11.638 (BRASIL, 2007), de 28 de dezembro de 2007 tenha delgado à CVM disciplinar a implementação das novas normas, o artigo 61 da Lei nº 11.941 (BRASIL, 2009), de 27 de maio de 2009 determina que a escrituração de que trata o artigo 177 da Lei nº 6.604 de 15 de dezembro de 1976, quando realizada por instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, inclusive as constituídas na forma de companhia aberta, devem observar as disposições da Lei nº 4.595 (BRASIL, 1964), de 31 de dezembro de 1964 e os atos normativos dela decorrentes.

² Entre 1973 e 2001 as normas internacionais de contabilidade, (*International Accounting Standards – IAS*) foram publicadas pelo Comitê de Normas de Contabilidade Internacional (*International Accounting Standards Committee – IASC*), período em que foram divulgadas 41 IAS, a maioria das quais continua em vigência até hoje. O IASC foi substituído pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, adotando todas as normas IAS e as novas normas internacionais passaram a ser denominadas *International Financial Reporting Standards*, ou IFRS. Ficou acordado que eventuais princípios contraditórios entre as normas, os mais velhos seriam normalmente desconsiderados.

Dentre os atributos da confiabilidade está o conservadorismo. Para o IASB (2001), a prudência ou conservadorismo consiste no emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos ou receitas não sejam superestimados e que passivos ou despesas não sejam subestimados. A ideia do conservadorismo é fornecer informações confiáveis aos seus usuários com o objetivo de apresentar uma visão justa e verdadeira das demonstrações contábeis.

Embora na revisão da estrutura conceitual o IASB (2010) tenha excluído o conservadorismo da condição de atributo das características da qualidade da informação, alegando que esta prática conflita com o objetivo da contabilidade, impedindo a divulgação de toda informação relevante de maneira fidedigna e distorcendo a realidade dos negócios, esta posição não foi unânime e não está pacífica entre os usuários das informações contábeis como observado no texto das bases para conclusão do capítulo 3 daquela nova estrutura conceitual.

De fato, a aplicação do conceito de conservadorismo continua sendo utilizado em muitas outras normas internacionais como os estabelecidos na IAS 36 – *Impairment of Assets*, na IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement* e IFRS 9 – *Financial Instruments*, onde a apuração da perda por imparidade tem como objetivo definir procedimentos visando a assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou pela venda.

Também constituem práticas de conservadorismo a utilização do UEPS (ultimo que entra é o primeiro que sai) para estoques quando comparado com o PEPS (primeiro que entra, primeiro que sai) em um ambiente de aumento de preços; a utilização do custo ou o mercado dos dois o menor; o tratamento de Pesquisa e Desenvolvimento como despesa do período em que ocorre e não como despesa diferida; a utilização do método de depreciação acelerada e de menores prazos de vida útil para o imobilizado. Além disso, o CFC através da Resolução 1282/2010 (CFC, 2010a) também contempla o princípio da prudência.

A constituição de provisões também está entre as práticas do conceito de conservadorismo. As provisões proporcionam o ajuste do fato econômico antes da sua realização efetiva. Este ajuste se baseia em revisões de expectativas de fluxo de caixa, melhorando a tempestividade dos resultados das empresas. No caso das instituições financeiras uma das principais provisões refere-se ao ajuste do valor de suas carteiras com características de crédito.

Niyama e Gomes (2009) afirmam que a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa representa uma estimativa de perda provável dos créditos e atende aos Princípios Contábeis da Realização da receita e confrontação da despesa e ao do Conservadorismo.

Lopes e Martins (2005) afirmam que existem inúmeras possibilidades de escolha de tratamento contábil – estabelecidas por leis ou princípios – diferentes para operações semelhantes, e que comportamentos discricionários, como aqueles praticados pelas instituições financeiras quando registram provisões superiores às exigidas legalmente, transmitem aos usuários da informação contábil a intenção da instituição de dar conhecimento sobre a real situação de sua carteira de créditos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa corresponde ao reconhecimento contábil da probabilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do risco de inadimplência dos devedores. Ou de outra forma, é a exposição ao risco de crédito a que estão submetidos os credores. (CHIQUETO, 2008).

Os procedimentos contábeis utilizados pelas instituições financeiras para o reconhecimento e mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão estabelecidos pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional.

Para adaptar o Sistema Financeiro Nacional – SFN, à convergência às normas internacionais, o Bacen divulgou entre outras normas o Comunicado nº 14.259 (BACEN, 2006), estabelecendo que a partir de 31 de dezembro de 2010 as instituições financeiras deveriam publicar suas demonstrações contábeis consolidadas em consonância com as normas internacionais e com a edição da Resolução nº 3.786 (BACEN, 2009), as Instituições Financeiras passaram a elaborar e divulgar, adicionalmente às normas vigentes, as Demonstrações Contábeis Consolidadas com base nas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) desde 31 dez 2010.

Evidentemente essas mudanças de padrões contábeis provocam um grande impacto na forma de reconhecimento e mensuração das informações contidas nas demonstrações contábeis, como também proporcionam uma mudança na atitude dos profissionais, exigindo um maior nível de julgamento sobre cada evento contábil.

Especificamente no caso da constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa nas instituições financeiras, esse impacto poderá ser ainda maior, visto que os

conceitos empregados no Brasil seguem as diretrizes do acordo da Basiléia,³ que determinam o uso do conceito de perdas esperadas e divergem, na essência, daqueles praticados pela União Europeia, amparadas na IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração que adotam o conceito de perdas incorridas.

1.1 QUESTÃO DE PESQUISA

De todo o exposto, o conservadorismo tem influenciado a prática e a teoria contábil durante séculos (BASU, 1997) e faz parte do conjunto das práticas e procedimentos relevantes na contabilidade. A constituição de provisões está entre as práticas do conservadorismo. A norma internacional traz novos conceitos para o reconhecimento e mensuração na constituição de provisões. Apesar de ser um tema bastante relevante, poucas pesquisas têm sido desenvolvidas, no Brasil, com o objetivo de investigar conservadorismo e convergência em instituições financeiras.

Assim, considerando o subjetivismo imposto pela norma internacional associado ao descomprometimento que a demonstração contábil consolidada em IFRS tem com aspectos regulatórios, societários e de limites operacionais, visto que tais quesitos continuarão sendo controlados através das demonstrações contábeis elaboradas em BRGAAP, pode-se questionar o quanto esta liberdade tornaria distantes as duas demonstrações contábeis consolidadas. Dessa forma, a motivação para a pesquisa foi examinar as implicações que essas alterações legais estariam proporcionando na constituição das PCLD das carteiras de operações de crédito das instituições financeiras e pretende-se, então, responder a seguinte questão: **A adoção das normas internacionais de contabilidade aumentou o conservadorismo na constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nas Demonstrações Contábeis Consolidadas das instituições financeiras, no Brasil, publicadas no período de 2009 até 2013?**

Para responder a essa questão foi realizado um estudo comparando as Demonstrações Contábeis Consolidadas publicadas pelas Instituições Financeiras no Brasil, elaboradas com base nas normas emanadas dos órgãos reguladores, especificamente o Conselho Monetário Nacional - CMN e o Banco Central do Brasil – BACEN, identificadas pelo mercado como demonstrações em BRGAAP, com aquelas elaboradas com base nas Normas Internacionais

³ Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia

de Contabilidade conhecidas como *International Financial Reporting Standards* (IFRS), adaptados no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC, identificadas pelo mercado como demonstrações em IFRS, examinando, em especial, os saldos das contas de operações com características de concessão de crédito, as provisões para crédito de liquidação duvidosa e suas respectivas despesas.

1.2 OBJETIVOS E DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

As normas contábeis internacionais são fortemente baseadas em princípios, o que exige subjetividade responsável por parte da administração e acompanhamento contínuo por parte de auditores e supervisores. (ANJOS, 2010). A ideia do conservadorismo é de fornecer informações confiáveis aos seus usuários com o objetivo de ter uma visão justa e verdadeira.

Este estudo procurou verificar se o subjetivismo emanado pelas normas internacionais de contabilidade proporciona alteração no grau de conservadorismo na constituição da PCLD nas Demonstrações Contábeis Consolidadas de instituições financeiras e se as particularidades das instituições financeiras afetam na constituição da PCLD.

Assim, os valores registrados nas contas de provisão para créditos de liquidação duvidosa nos balanços elaborados com base no BRGAAP foram comparados com aqueles elaborados com base nas IFRS publicados pelas instituições financeiras, no Brasil, no período de 2009 até 2013 tendo por objetivos:

- a) Verificar se existem diferenças entre os valores de PCLD calculados pelos dois padrões e se seriam estatisticamente significativas;
- b) Verificar se existem grupos específicos de bancos com maiores discrepâncias entre os saldos de PCLD nas duas demonstrações; isto é se as características como porte, rentabilidade, controle de capital, segmento de mercado de atuação entre outras poderiam influenciar na constituição das PCLD.

Considerando-se os objetivos do trabalho, são apresentadas duas hipóteses a serem testadas. A hipótese nula representara a situação onde as médias obtidas nos dois padrões contábeis são iguais e está definida como: $H_0: \mu_{BRGAAP} - \mu_{IFRS} = 0$

e a hipótese alternativa será definida como as médias obtidas nas demonstrações elaboradas no padrão BRGAAP são maiores que as médias obtidas nas demonstrações elaboradas no padrão IFRS, isto é: $H_1: \mu_{BRGAAP} - \mu_{IFRS} > 0$

Dentre as delimitações da pesquisa pode-se destacar o período de análise que ficou condicionado à implementação da norma até dezembro de 2013, data dos últimos balanços anuais publicados pelas instituições.

1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Este trabalho identificou os efeitos da convergência contábil às normas internacionais no nível de conservadorismo na constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa nas demonstrações contábeis das instituições financeiras publicadas no Brasil. O termo conservadorismo é utilizado para fazer referência às situações nas quais o contador, ao se defrontar com alternativas igualmente prováveis, deve escolher aquela que implique no menor valor para os ativos e para as receitas, e no maior valor para os passivos e para as despesas. Basu (2005) afirma que o conservadorismo é um dos princípios mais antigos e mais difundidos de contabilidade, sendo exigido pelo Código Comercial francês, já em 1673.

Dentre os fatores motivacionais para o uso do conservadorismo está a regulação. Watts (2003) afirma que reguladores são mais susceptíveis de enfrentar críticas se empresas super avaliam o ativo líquido do que se elas subavaliam esses ativos. Basu (1997) lembra que o FASB emitiu normas para reconhecimento de imparidade de ativos e que essas normas têm aumentado conservadorismo contábil dos EUA nos últimos anos e podem explicar a importância contínua do conservadorismo nos GAAP.

Por outro lado, com a convergência às normas internacionais foram introduzidos novos conceitos na forma de avaliar os ativos. Assim, pela norma internacional os valores dos ativos das entidades devem representar o quanto valem (*fair value*) e não mais quanto custaram. Um componente de perda do valor recuperável, também foi introduzido. Assim esses novos conceitos de mensuração e reconhecimento deverão modificar a forma de avaliação, cálculo e contabilização de valores patrimoniais e de resultado. Examinar os efeitos que a nova norma está trazendo para as empresas também pode produzir subsídios para gestores, investidores, entidades profissionais no sentido de melhor adaptar as normas à realidade nacional.

O conservadorismo faz parte do conjunto das práticas e procedimentos contábeis e é um tema bastante estudado, no Brasil e no exterior, como nos exemplos: conservadorismo em companhias abertas e fechadas; relação entre conservadorismo e qualidade dos números contábeis; conservadorismo em companhias com ADR negociadas na Bolsa de Nova Iorque; con-

servadorismo em companhias siderúrgicas; conservadorismo e custo de capital; conservadorismo e concentração de votos e acordo de acionistas; conservadorismo e custo de crédito bancário; conservadorismo e suavização de resultados, como demonstrado nas pesquisas elencadas no Quadro 01, na página 29, porém poucas pesquisas têm sido desenvolvidas no Brasil com o objetivo de investigar o conservadorismo em instituições financeiras, talvez pelas suas peculiaridades ou por terem uma regulamentação específica, em muitos casos, mais complexa que as demais empresas.

As instituições financeiras e seguradoras, juntas, representam mais de 10% do setor de serviços da economia que compõe o Produto Interno Bruto – PIB. No ano de 2013, o PIB do Brasil foi R\$ 4.838 bilhões IBGE (2014), e o setor de serviços representou 59% do total. Examinar os efeitos da convergência em um segmento do setor de serviços tão relevante pode mostrar uma tendência não só para o setor financeiro, mas também para outros segmentos da economia.

Em dezembro de 2013 o SFN estava composto por 1.592 instituições, que respondiam por ativos totais no montante de R\$ 6.574.861.488, conforme relatório dos 50 Maiores Bancos e o Consolidado do Sistema Financeiro Nacional, do BACEN, representado na Tabela 01 abaixo:

TABELA 1 - ATIVOS - SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Segmento	Quantidade	Ativos	Operações de Crédito
Bancário	155	6.408.646.216	2.673.122.436
Não bancário	263	41.897.531	17.792.821
Cooperativas	1.174	124.317.741	57.824.912
Totais	1.592	6.574.861.488	2.748.740.169

Fonte: BACEN ([2014a]).

Nos últimos doze anos o segmento bancário do Sistema Financeiro Nacional passou de 182 (cento e oitenta e duas) para 155 (cento e cinquenta e cinco) instituições. Dados do Relatório de Estabilidade Financeira de março de 2014 do BACEN (RELATÓRIO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA, 2014) indicam que, embora tenha ocorrido a crise do *subprime* entre os anos de 2008 e 2009, com a quebra de bancos no exterior, no Brasil, nos últimos cinco anos a quantidade de instituições esteve praticamente estável, como pode ser observado na Tabela 02.

TABELA 2 - QUANTIDADE DE BANCOS POR ORIGEM DE CAPITAL

Bancos	2009	2010	2011	2012	2013
Públicos	10	9	9	9	9
Privados	148	148	151	151	146
Nacionais	88	88	89	86	82
Estrangeiros	60	60	62	65	64
Total	158	157	160	160	155

Fonte: Relatório de Estabilidade Financeira (2013, 2014).

Embora os bancos públicos representem apenas 6% do quantitativo de instituições, respondem por 45% das operações de crédito, enquanto que os bancos privados nacionais participam com 40%, conforme dados do Relatório de Estabilidade Financeira (RELATÓRIO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA, 2014) retro citado. A Tabela 03 evidência a participação percentual entre os bancos públicos e privados em relação aos totais de ativos, depósitos e operações de crédito.

TABELA 3 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS BANCOS NOS PRINCIPAIS AGREGADOS CONTÁBEIS – BASE DEZ 2013

Bancos	Ativos Totais	Depósitos Totais	Operações de Crédito
Públicos	39,7	51,7	46,2
Privados	60,3	48,3	53,8
Nacionais	43,5	35,3	39,5
Estrangeiros	16,8	13	14,3

Fonte: Relatório de Estabilidade Financeira (2014).

Conforme as Notas econômicas-financeiras para a imprensa, do Relatório Política Monetária e Operações de Crédito do SFN, do BACEN, o crédito total do sistema financeiro, incluindo as operações com recursos livres e direcionados, atingiu R\$ 2.717 bilhões em janeiro de 2014, após expansão de 14,8% em doze meses, com crescimento dos bancos públicos em 24% enquanto que os bancos privados cresceram 6%. Nos últimos dez anos o mercado de crédito no Brasil cresceu de forma expressiva, reflexo da consolidação da estabilidade macroeconômica, de avanços institucionais e de aperfeiçoamento da infraestrutura. A relação crédito/PIB alcançou 56,1%, mas ainda é baixa em relação aos países desenvolvidos que apresentam uma relação acima de 100%, evidenciando um grande potencial de crescimento.

Dessa forma este trabalho visa examinar um segmento bastante representativo na economia, e avaliar se o subjetivismo emanado das normas internacionais proporciona

alteração no grau de conservadorismo na constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa das Demonstrações Contábeis Consolidadas das instituições financeiras.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está organizado em cinco capítulos. O primeiro apresenta a introdução que contempla a contextualização, questão de pesquisa, objetivos e delimitações e finaliza com as justificativas.

O segundo capítulo destinado à apresentação da plataforma teórica, são discutidos os conceitos e classificações do conservadorismo, suas aplicações, e as principais contribuições da literatura nacional e internacional. Também são discutidos os conceitos de mensuração e reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa adotados pelas normas locais e pelas normas internacionais de contabilidade.

O terceiro capítulo apresenta o método de pesquisa empregado que inclui o tipo de pesquisa, a descrição dos critérios utilizados para coleta dos dados e seleção da amostra e as definições operacionais das variáveis.

No quarto capítulo são apresentados e discutidos os resultados dos testes realizados, separados em duas partes. Na primeira são apresentados os resultados dos testes que mostram as diferenças entre os dois padrões contábeis. Na segunda são examinadas as variáveis que poderiam justificar aquelas diferenças.

No quinto capítulo são apresentadas as considerações finais, referências e apêndices.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão discutidos os conceitos e classificações do conservadorismo, suas aplicações, e as principais contribuições da literatura nacional e internacional. Também serão discutidos os conceitos de provisão para crédito de liquidação duvidosa adotados pelos dois métodos de contabilização, além dos conceitos de mensuração e reconhecimento da referida provisão adotados pelas normas locais e pelas normas internacionais de contabilidade, finalizando com a apresentação de uma simulação de cálculos comparativos pelos dois critérios de registros contábeis.

2.1 CONSERVADORISMO CONTÁBIL

O conservadorismo tem influenciado a prática e a teoria contábil durante séculos. Os registros históricos das parcerias comerciais do início do século 15 mostram que a contabilidade na Europa medieval era conservadora (PENNDORF, 1930 apud BASU, 1997 p. 6).⁴

2.1.1 CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS

A Estrutura conceitual para elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras do IASB (2001) estabelece que as características qualitativas são os atributos que tornam a informação proporcionada nas demonstrações financeiras útil aos usuários. As quatro principais características qualitativas são a compreensibilidade, relevância, comparabilidade e confiabilidade.

As informações apresentadas nas demonstrações contábeis que são prontamente entendidas pelos usuários possuem a característica qualitativa da compreensibilidade; mesmo para aquelas com maior grau de complexidade. Para tanto supõe-se que os usuários tenham um razoável conhecimento das atividades econômicas e contabilidade e se disponham a examinar as informações disponibilizadas. De outra forma, informações sobre assuntos complexos que devam ser incluídas nas demonstrações contábeis pela sua relevância para as necessidades de tomada de decisão pelos usuários não devem ser excluídas sob o pretexto de que seria difícil para certos usuários as entenderem.

⁴ No original: Conservatism has influenced accounting practice and theory for centuries. Historical records from early 15th century trading partnerships show that accounting in medieval Europe was conservative. (PENNDORF, 1930 apud BASU, 1997 p.6).

Para ser útil, a informação deve ser relevante às necessidades dos usuários. Informação relevante é aquela que faz a diferença no processo decisório do usuário; ajuda-o a avaliar os acontecimentos passados, presentes ou futuros, e a confirmar, ou corrigir, as suas avaliações passadas, ou seja, deve possuir poder preditivo; ajuda no controle das atividades e deve ser tempestiva. A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Uma informação é material se a sua omissão ou distorção puder influenciar as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas demonstrações contábeis. A materialidade depende do tamanho do item ou do erro, julgado nas circunstâncias específicas de sua omissão ou distorção. Assim, materialidade proporciona um patamar ou ponto de corte ao invés de ser uma característica qualitativa primária que a informação necessita ter para ser útil.

Para ser útil, a informação deve ser confiável, ou seja, deve estar livre de erros ou vieses relevantes e representar adequadamente aquilo que se propõe a representar. Uma informação confiável deve possuir cinco atributos: representação adequada; primazia da essência sobre a forma; neutralidade; integridade e prudência.

Uma informação confiável deve representar adequadamente as transações e outros eventos que resultam em ativos, passivos e patrimônio líquido da entidade e que atendam aos critérios de reconhecimento. Além disso, é necessário que essas transações e eventos sejam contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância e realidade econômica (essência) e não meramente sua forma legal (forma). As informações devem ser neutras, isto é, imparcial, não apresentando vieses que induziriam a tomada de decisão ou um julgamento, visando atingir um resultado ou desfecho predeterminado. Devem, ainda, ser completa, dentro dos limites de materialidade e custo.

A prudência ou conservadorismo consiste no emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos ou receitas não sejam superestimados e que passivos ou despesas não sejam subestimados. Entretanto, o exercício do conservadorismo não permite, por exemplo, a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas, a subavaliação deliberada de ativos ou receitas, a superavaliação deliberada de passivos ou despesas, pois as demonstrações contábeis deixariam de ser neutras e, portanto, não seriam confiáveis.

A estrutura conceitual do *Financial Accounting Standards Board - FASB* (1980) também classifica o conservadorismo como um atributo da confiabilidade e define o conservadorismo como uma reação prudente diante de riscos e incertezas com o objetivo de assegurar que os riscos inerentes aos negócios sejam adequadamente mitigados. Assim, se

duas estimativas de valores de contas a pagar ou a receber, no futuro, forem igualmente prováveis, o conservadorismo determinara o uso da menos otimista, porém, se tais estimativas não forem prováveis, o conservadorismo não recomendara o uso da mais pessimista, mas sim daquela que seja mais provável. (BRITO, 2010).

No Brasil, em conformidade com o processo de convergências às normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis divulgou em 2008 o CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico: estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Este pronunciamento seguiu as mesmas diretrizes traçadas pelo IASB ao identificar as quatro características qualitativas da informação contábil classificando o conservadorismo como atributo da confiabilidade.

No processo de atualização de seu quadro conceitual, o IASB (2010) alterou, entre outras coisas, o capítulo 3 - Características qualitativas das demonstrações financeiras da Estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras. Especificamente afirma que uma informação financeira é útil se for relevante e fielmente representada. A utilidade da informação financeira é reforçada se for comparável, verificável, tempestiva e compreensível. Afirma, ainda, que as características qualitativas fundamentais são relevância e representação fiel.

No tópico que traz as bases para as conclusões do capítulo 3 afirma que duas mudanças significativas ocorreram nesta edição: primeira, ele usa o termo representação fiel em vez de confiabilidade; segunda, substância sobre a forma, prudência (conservadorismo) e verificabilidade, que eram aspectos de confiabilidade na edição anterior ou na *Framework* (1989), não são considerados entre os aspectos de representação fiel.

Existia uma grande dificuldade para se entender o significado do termo confiabilidade, havendo confusão entre verificabilidade e neutralidade. Após diversas tentativas de esclarecer o que confiabilidade pretendia significar neste contexto, sem sucesso, o Conselho procurou um termo diferente, que iria transmitir com mais clareza o significado pretendido. O termo representação fiel, a representação fiel de fenômenos econômicos nos relatórios financeiros, foi o resultado dessa busca. Esse termo engloba as principais características que estavam incluídas como aspectos de confiabilidade nas estruturas anteriores.

Por outro lado, o Conselho entendeu que substância sobre a forma não é considerada um componente separado da representação fiel, porque seria redundante. Representação fiel significa que a informação financeira representa a substância de um fenômeno econômico em

vez de simplesmente representar sua forma jurídica. Representando uma forma legal que difere da substância econômica do fenômeno econômico subjacente não pode resultar em uma representação fiel. Quanto à verificabilidade é agora descrita como uma característica qualitativa de melhoria e não como parte desta característica qualitativa fundamental.

Também não foram incluídos prudência ou conservadorismo como aspectos da fiel representação porque incluindo não seria coerente com a neutralidade. Porém este entendimento não está pacífico entre as diversas correntes. Os favoráveis a manutenção do conservadorismo, prudência ou ambos alegam que o viés não deve ser sempre considerado como indesejável, especialmente em circunstâncias em que o viés produz informação que é mais relevante para alguns usuários. Acreditam que refletir deliberadamente estimativas conservadoras de ativos, passivos, receitas ou patrimônio líquido, por vezes, tem sido considerado desejável para neutralizar os efeitos de algumas estimativas de gestão que têm sido percebidas como excessivamente otimista.

A corrente formada por profissionais favoráveis à manutenção do conservadorismo entende que a neutralidade é impossível de alcançar e que a informação relevante deve ter propósito, e informação com um propósito não é neutra. Em outras palavras, é de se esperar que os relatórios financeiros influenciem a tomada de decisões e, portanto não podem ser neutros.

Por outro lado o Conselho não tenta incentivar ou prever ações específicas de usuários. Se a informação financeira é tendenciosa de uma forma que incentiva os usuários a tomar ou evitar ações pré-determinadas, essa informação não é neutra. Entende também que subestimar ativos ou passivos em um período frequentemente leva a superestimar o desempenho financeiro em períodos futuros, e este é procedimento que não pode ser descrito como prudente ou neutro. Pelo que pode ser observado, em futuras revisões desta *Framework* muita coisa ainda pode ser alterada. E esta situação já vem se desenrolando há muito tempo, como pode ser visto no exame das pesquisas realizadas.

Na literatura nacional e internacional o conservadorismo é um tema bastante estudado e discutido. Muitos autores defendem as práticas de conservadorismo e outros tantos criticam o seu uso.

Para Watts (2003) o conservadorismo é definido como a verificabilidade diferencial exigida para reconhecimento de lucros e perdas. Em sua forma extrema a definição incorpora o adágio de conservadorismo tradicional: "não antecipar nenhum lucro, mas antecipar todas as

perdas". Sugere, ainda, que o conservadorismo tem aumentado nos últimos trinta anos, opinião compartilhada por Basu (1997) com base em pesquisa no período de 1963 a 1990.

Lopes e Martins (2005) afirmam que o conservadorismo em termos contábeis, normalmente tem sido caracterizado como o reconhecimento assimétrico entre despesas e passivos e ativos e receitas.

O conservadorismo é tradicionalmente explicado pela tendência histórica e universal entre os contadores de seguir a regra informal de “não antecipar o registro de lucros, mas consignar antecipadamente todas as perdas” (BLISS, 1924, apud BASU, 1997, p. 7). Para Basu (1997), essa regra denota a tendência dos contadores de exigir um maior grau de verificação para reconhecer perspectivas positivas (*good news*) como ganho do que para registrar prováveis prejuízos (*bad news*) como perda.

Daí espera-se que os lucros publicados reflitam perdas econômicas mais tempestivamente que ganhos econômicos, devido à assimetria de tratamento dado a verificabilidade requerida para o registro antecipado dos dois tipos de fenômenos.

O conservadorismo é, frequentemente, conceituado como um degrau assimétrico de verificação requerida para reconhecer boas notícias como ganhos e más notícias como perdas. (BASU, 1997).

Para Riahi-Belkaoui (2005) o conservadorismo é um guia para ser seguido em situações extraordinárias e para ser rigidamente aplicado a todas as circunstâncias; é empregado em algumas situações que exigem o julgamento do contador, como escolher a vida útil estimada e residual, o valor de um ativo para a contabilização da depreciação e para a aplicação do conceito do custo ou mercado o menor na avaliação dos estoques e valores mobiliários negociáveis. Por sofrer a intervenção do contador, pode resultar na introdução de viés, erros, possíveis distorções e declarações enganosas, que pode levar a decisões incorretas dos usuários da informação contábil, opinião compartilhada por Hendriksen e Van Breda (1999) e por Lopes e Martins (2005) para quem o conservadorismo leva ao reconhecimento enviesado da realidade econômica, na medida em que projetos de investimento com valor presente líquido positivo não são reconhecidos integralmente.

Hendriksen e Van Breda (1999) entendem, ainda, que a utilização do conservadorismo é necessária para compensar o excesso de otimismo dos administradores e proprietários, opinião compartilhada por Iudícibus (2000). Por outro lado, as estimativas tendenciosas para baixo de ativos líquidos causadas pelo reconhecimento assimétrico de ganhos e perdas levam

a estimativas de altas tendenciosas de ganhos nos anos futuros quando esses ativos são realizados. (WATTS, 2003).

A prática do conservadorismo vai além da disposição dos contadores e gestores de fornecer informações sobre as empresas. Ela sofre influências externas como o modelo de governança. Ball, Kothari e Robin (2000) afirmam que o grau de conservadorismo está diretamente relacionado ao modelo de governança corporativa destacando que países com sistema jurídico *common-law*, entre eles o Reino Unido, Estados Unidos, Canadá e Austrália, com mercado de capitais desenvolvido e práticas contábeis determinadas no setor privado, tendem a apresentar uma contabilidade mais conservadora. Porém, em países com sistema jurídico *code-law*, como França, Alemanha e Japão onde existe forte influência política a nível nacional sobre a definição e aplicação de normas contábeis, ocorre uma tendência de enfraquecimento da demanda por resultado contábil oportuno e conservador.

Um detalhamento no estudo dos procedimentos do conservadorismo surge com a distinção entre o conservadorismo condicional e conservadorismo incondicional, e um novo embate se sobrepõe.

Coelho (2007, p. 145) define conceitualmente o conservadorismo em:

- (a) Incondicional, decorre da regra de que entre duas alternativas de mensuração e reconhecimento de eventos, igualmente validas, deve-se escolher aquela que resulte na menor avaliação do patrimônio dos proprietários; seu propósito é o da prudência e está relacionado ao grau de incerteza sobre os efeitos derivados de transações iniciadas;
- (b) Condicional, que se refere à possibilidade de antecipar o reconhecimento contábil de perdas econômicas – portanto, ainda não realizadas – à luz de estimativas realizadas pela gerência com base em eventos atuais de cunho negativo; note-se que esta forma equivale a reconhecer fatos econômicos na contabilidade com oportunidade, de maneira assimétrica, privilegiando os indícios de resultados negativos.

Brito (2010) afirma que o conservadorismo condicional, caracterizado pelo reconhecimento oportuno e assimétrico de perdas econômicas, aumenta a eficiência dos contratos de crédito, pois permite que os credores identifiquem tempestivamente a elevação do risco dos tomadores e adotem medidas para salvaguardar os seus capitais.

Ball e Shivakumar (2005b) separam os conceitos de conservadorismo condicional, referindo-se ao fenômeno que enfatiza a associação entre a antecipação do registro e a possibilidade de perdas econômicas, do processo que incondicionalmente divulga baixos valores de patrimônio líquido, independentemente de sinais de prováveis perdas econômicas.

A distinção fundamental entre o conservadorismo incondicional e conservadorismo condicional é que o primeiro utiliza apenas informações conhecidas no início da vida do ativo, enquanto que o conservadorismo condicional utiliza e, portanto, revela a informação quando é recebida em períodos futuros. (BASU, 2005).

O conservadorismo condicional está ligado à tendência de a contabilidade exigir um maior grau de verificação das boas notícias para reconhecê-las no resultado em relação ao grau de verificação das más notícias.

Watts (2003) argumenta que os dois tipos de conservadorismo são susceptíveis de melhorar a eficiência de contratante, porque eles representam a ligação ou compromisso pelos agentes. Em contraste, Ball e Shivakumar (2005b) argumentam que apenas conservadorismo condicional é provável que melhore a eficiência de contratante, pois emprega novas informações, enquanto o conservadorismo incondicional provavelmente reduzirá a eficiência contratante porque ele não faz isso.

Em síntese, as principais características do conservadorismo incondicional e condicional estão relacionadas abaixo:

O conservadorismo incondicional, também conhecido como conservadorismo patrimonial ou de balanço, ocorre independentemente dos sinais de prováveis perdas econômicas e está relacionado com a escolha que representa o menor valor atual para ativos e receitas e maiores valores para passivos e despesas quando se tem duas alternativas, igualmente válidas, para a mensuração e reconhecimento de eventos. Utiliza apenas informações conhecidas no início da vida do ativo, e decorrem de aspectos pré-determinados na forma de contabilização, como exemplos o registro em resultados dos gastos em propaganda e de pesquisa e desenvolvimento.

O conservadorismo condicional, também conhecido como conservadorismo de resultado ou de lucro, é caracterizado pelo reconhecimento antecipado de perdas econômicas no resultado contábil e está ligado à tendência de a contabilidade reconhecer as más notícias de forma mais oportuna e assimétrica em detrimento das boas notícias. O valor contábil é derivado de circunstâncias adversas relacionadas com as escolhas discricionárias de procedimentos permitidos pelas normas contábeis, como a contabilização de ativos financeiros utilizando a regra de custo ou mercado, o que for menor.

2.1.2 MOTIVAÇÕES PARA A PRÁTICA DO CONSERVADORISMO

A regra de custo ou mercado dos dois o menor, para o inventário, é um dos princípios mais antigos e mais difundidos de contabilidade, sendo exigido pelo Código Comercial francês, já em 1673 e na Prússia de 1794. Registros contábeis italianos revelam que baixas contábeis eram registradas no início de 1400 indicando que o conservadorismo condicional tem sido praticado, pelo menos, há seis séculos. (BASU, 2005).

Embora as considerações de contratação apareçam para explicar as origens do conservadorismo, outras fontes como impostos, litígios, o processo político e as forças reguladoras também têm influenciado o grau de conservadorismo nos princípios contábeis, particularmente durante este século. (BASU, 1997).

Watts (2003) segue na mesma linha, afirmando que pesquisadores promovem uma série de explicações que justificariam a motivação para a utilização do conservadorismo, destacando as relações contratuais, litígios, impostos e reguladores contábeis.

Por outro lado, Ball e Shivakumar (2005a) afirmam que a motivação para a prática de procedimentos conservadores não se devem a estruturas regulatórias, mas sim à existência de demanda por informações contábeis úteis para contratação e que sejam utilizáveis como mecanismos de governança, além de prevenirem contra custos políticos e de litígio.

De forma diferente todos os autores citados convergem para os mesmos pontos como mais prováveis motivos para as origens e utilização do conservadorismo contábil. Caminham pela teoria da agência, quando examinam os motivos para o controle na contratação. Passam pelos princípios da governança corporativa, e aspectos legais e fiscais. Percebe-se, contudo, a linha central de preocupação com a saúde e o valor da empresa.

Sob os aspectos contratuais o conservadorismo surge como um meio de lidar com o risco moral causado pelas partes da empresa que tem informações assimétricas, restringindo, assim, o comportamento gerencial oportunista (teoria da agência). Na prática, o conservadorismo mais do que compensa o viés gerencial, e, na média, adia os ganhos e subestima ganhos cumulativos e ativos líquidos. É um instrumento de contratação eficiente porque restringe pagamentos oportunistas das gerências para si mesmas e outras partes, como acionistas, e esses efeitos aumentam o valor da empresa. (WATTS, 2003).

O conceito de informação assimétrica tem origens na literatura econômica e ocorre quando um grupo de participantes tem a melhor ou a mais rápida informação que outros

grupos; decorre da separação entre propriedade e controle da empresa e pode refletir um perfil oportunista do agente. (COPELAND; WESTON; SHASTRI, 2005). Por um lado os gestores procuram incrementar os ganhos correntes devido às compensações contratuais, por outro lado os acionistas requerem resultados conservadores para maximizar o valor das empresas.

Ainda sobre o aspecto da contratação Ball e Shivakumar (2005a), concluem que embora o conservadorismo incondicional possa parecer ineficiente ou na melhor das hipóteses neutro, o conservadorismo condicional (reconhecimento oportuno de perda) pode aumentar a eficiência de contratante.

Muitos dos contratos firmados entre credores e gestores de empresas têm como base as informações contábeis. Os credores preferem resultados mais conservadores, para evitar a distribuição de dividendos aos acionistas e bônus para os gestores, assegurando, assim, um montante mínimo de ativos líquidos na empresa, garantindo recursos ao longo dos contratos para fazer face às responsabilidades assumidas pela empresa.

Outra fonte motivadora do conservadorismo são os litígios, que ocorrem com a supervalorização do ativo líquido. Por subavaliar o ativo líquido, o conservadorismo reduz custos de litígio esperados da empresa. Assim, a explicação de litígio sugere que outros interessados nos negócios da empresa valorizam este procedimento. (WATTS, 2003).

Ao praticar o conservadorismo as empresas antecipam despesas, postergando o reconhecimento de resultados, que são a base para a tributação, tendo como objetivo reduzir o valor presente dos impostos a pagar. Em países com elevadas taxas de tributação este procedimento tende a ser ainda maior.

Assim, um forte argumento para se ter a tributação como fonte do conservadorismo prende-se ao fato de que os resultados formam a base de cálculos para os tributos e o reconhecimento assimétrico dos resultados permite que os gerentes de empresas rentáveis reduzam o valor presente dos impostos, aumentando o valor da empresa. (WATTS, 2003).

O conservadorismo incondicional é provavelmente uma resposta para aspectos regulamentares ou de incentivos, através do qual a empresa tenta amenizar os efeitos fiscais potencialmente punitivos de políticas de estado. (BASU, 2005). Relativamente à regulamentação Ball, Kothari e Robin (2000) observaram que os resultados contábeis das empresas, em países com sistema jurídico “*commom law*”, são mais conservadores do que as empresas estabelecidas em países com sistema “*code law*”.

O sistema legal tem grande influência no processo de elaboração e apresentação da informação contábil. Países com influência anglo-saxônica e sistema legal “*common law*”, como o Reino Unido, Dinamarca, Holanda e Irlanda, têm como características profissão contábil forte e atuante; um sólido mercado de capitais atuando como principal fornecedor de financiamento; pouca interferência governamental no exercício da contabilidade; demonstrações contábeis visando à projeção apropriada da situação da empresa e voltadas prioritariamente para os investidores; tendem a apresentar lucro contábil mais oportuno visto que a perda econômica é rapidamente incorporada pelo lucro contábil em ambiente de conservadorismo.

Por outro lado, países com influência europeia-continental e sistema legal “*code law*”, como a Alemanha, Espanha, França e Itália, têm como características profissão contábil fraca e pouco atuante; interferência governamental nos padrões contábeis, notadamente nos aspectos fiscais; a regulamentação contábil é dirigida principalmente à proteção dos credores; predominam os bancos como fontes de financiamento empresarial, tendem a apresentar resultados menos conservadores.

Todavia outras pesquisas concluíram de forma oposta, como o estudo de Gray (1988), citado por Santos, Cia e Cia (2011) e por Salter e Niswander (1995) analisando as origens socioculturais das diferenças entre os sistemas contábeis dos diversos países, classifica o Brasil entre os países latinos mais desenvolvidos (juntamente com França, Itália, Espanha e Argentina), os quais se caracterizam por um menor espaço para julgamento do profissional no exercício da contabilidade, um maior formalismo e uniformidade na aplicação das normas, pouca transparência nas informações e um maior grau de conservadorismo na mensuração do resultado que decorreria de uma contabilidade mais voltada para o fisco nesses países.

A regulação tem seus próprios incentivos para favorecer o conservadorismo nos relatórios contábeis. Reguladores são mais susceptíveis de enfrentar críticas se empresas super avaliam o ativo líquido do que se eles subavaliem esses ativos. (WATTS, 2003). De outra forma, o FASB emitiu normas para reconhecimento de imparidade de ativos. Essas normas têm, indiscutivelmente, aumentado o conservadorismo contábil dos EUA nos últimos anos e podem explicar a importância contínua dessa prática nos GAAP. (BASU, 1997).

Finalmente, o conservadorismo reduz os custos políticos impostos aos reguladores. Esta assimetria em custos políticos é consistente com partes não contratantes valorizando a restrição do conservadorismo oportunista dos pagamentos aos gestores e outras partes. (WATTS, 2003).

2.1.3 ESTUDOS DESENVOLVIDOS SOBRE CONSERVADORISMO

Diversos trabalhos já foram realizados, no Brasil e no exterior, analisando aspectos do conservadorismo nas demonstrações contábeis, como os exemplos citados no quadro abaixo:

QUADRO 1 - REVISÃO DAS PESQUISAS SOBRE CONSERVADORISMO

Autor	Objetivo	Resultados
SOARES; NEIVA (2007)	Procura evidências da existência de conservadorismo entre as empresas maiores e melhores	Conclui que as empresas foram conservadoras no período de 2001 a 2004.
COELHO (2007)	Prática do conservadorismo em companhias de capital aberto e fechado.	Existência de pouca diferença no nível de conservadorismo entre os grupos examinados
MIRAN- DA (2008)	Calcula indicadores financeiros antes e depois da implementação do IFRS em países da UE	Apura poucos impactos com a adoção do IFRS; apenas em metade dos indicadores pesquisados na UK e Espanha e em apenas um na França
PONTES (2008)	Avalia os efeitos da ressalva sobre o conservadorismo contábil	As empresas da amostra incorporam perdas mais rapidamente do que ganhos, ao divulgarem os lucros no período pós-ressalva, indicando maior grau de utilização do conservadorismo contábil
BALSARI (2010)	Investiga o impacto da adoção do IFRS no conservadorismo como uma dimensão da qualidade da comunicação na Turquia	Adoção do IFRS aumentou tanto a tempestividade como o conservadorismo, com maior impacto em empresas financeiras
BRITO (2010)	Condições de empréstimos bancários em função do grau de conservadorismo	Não foram observadas evidências entre conservadorismo e taxas de juros; a baixa demanda por qualidade na informação contábil restringe os benefícios gerados pelo conservadorismo
DIE- GUEZ; HALLBA UER (2010)	Analisa o conservadorismo frente a relevância e verificabilidade	A contabilidade não esta estática, e que na verdade, existe uma busca incessante por melhores e mais refinados métodos para relatar a verdade sobre os assuntos financeiros das corporações.
MOREI- RA; CO- LAUTO (2010)	Analisa o conservadorismo condicional a partir do reconhecimento antecipado de perdas econômicas no resultado	O conservadorismo condicional não foi encontrado nos resultados publicados das companhias examinadas; as empresas listadas nos níveis de governança não apresentam maior qualidade informacional do que as empresas do mercado tradicional.

Continua

Continuação

Autor	Objetivo	Resultados
BRAGA (2011)	Analisa a influência dos padrões contábeis, dos incentivos econômicos e do reconhecimento assimétrico de perdas na qualidade da informação	Incentivos econômicos são mais relevantes do que os IFRS para explicar a qualidade da informação e que a adoção do IFRS não aumentou a qualidade da informação contábil
FERREIRA JR.; ROCHA; CARVALHO JR. (2011)	Verifica se maiores níveis de aderência ao princípios contábeis refletem maiores níveis de decisões conservadoras	Os resultados contradizem a teoria de reconhecer todas as perdas, mas não antecipar os ganhos
HAM-DAN (2011)	Analisa os fatores que afetam o nível de conservadorismo contábil nas empresas	As demonstrações financeiras das pequenas empresas eram conservadoras e as grandes não. Empresas menos endividadas eram mais conservadoras do que as mais endividadas; e que as demonstrações financeiras do setor financeiro no Kuwait Stock Exchange eram as mais conservadoras.
LARA (2011)	O efeito do conservadorismo na contabilidade	Um aumento no nível de conservadorismo leva a uma diminuição da assimetria de informação; a uma melhoria na precisão de previsões dos analistas; a redução no risco de crédito; e uma diminuição esperada no custo do capital próprio.
STER-ZECK (2011)	Análise do efeito da convergência contábil sobre o conservadorismo das instituições financeiras	A convergência contábil não afetou o nível de conservadorismo condicional nos lucros divulgados pelas instituições financeiras analisadas.
AMOR-TAPIA (2011)	Analisa o efeito da exposição de responsabilidade dos gestores sobre o conservadorismo no setor bancário	Maior supervisão estatal no setor bancário provoca maior grau de conservadorismo incondicional, mas não impede a busca pelo conservadorismo na tentativa de minimizar custos de litígio e também a probabilidade de uma ação política adversa.
ANDRE (2012)	Examina impacto da adoção do IFRS sobre o conservadorismo na Europa	Nível de conservadorismo pré e pós IFRS sem diferenças significativas

Continua

Conclusão

Autor	Objetivo	Resultados
AMARAL (2012)	Examinar como o conservadorismo esta sendo utilizado	Constatou que as discussões do tema são restauradas de forma acentuada com o surgimento do conservadorismo condicional
FILIPIN (2012)	Análise do nível de conservadorismo das empresas listadas na BMF após a adoção dos IFRS	Demonstrações contábeis elaboradas segundo os IFRS são mais conservadoras do que as elaboradas segundo os BR GAAP, e que o lucro contábil em IFRS incorpora mais significativamente o retorno econômico do que em BRGAAP.
GONÇALVES (2012)	Análise do impacto do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil	Quebra estrutural de 2009 para 2010, reflexo do processo de convergência; incremento do poder de explicação, projetando que as informações contábeis se tornaram mais relevantes.
WANG (2013)	Testa a relação entre o grau de conservadorismo contábil de uma empresa e seu nível de risco operacional	Empresas norte-americanas com um menor nível de risco operacional são mais propensas a adotar um maior nível de conservadorismo contábil

Fonte: Do autor

O conservadorismo tem sido objeto de muitos estudos. Amaral, Riccio e Sakata (2012) constataram que as discussões sobre o conservadorismo foram restauradas de forma acentuada com o surgimento do conservadorismo condicional, e faz um levantamento estatístico para fundamentar sua afirmação. Os periódicos *Journal of Accounting & Economics* e *The Accounting Review* compõem o grupo com a maior quantidade de publicações do assunto; a principal origem acadêmica dos autores de conservadorismo contábil é norte-americana; Ball é o autor com maior número de artigos e de citações do tema; e o artigo de Basu (1997), que traz à luz o conservadorismo condicional é o mais referenciado.

Examinando os efeitos da adoção obrigatória do IFRS nos países da União Europeia, André, Filip e Paugan (2013) destacaram que as diferenças institucionais e legais entre os países desapareceram e que o nível de conservadorismo pós-IFRS não é significativamente diferente do que era antes, para a grande maioria dos países daquela comunidade, quando observado através das origens legais ou tradições, através de governança e de proteção a investidores.

Miranda (2008) ao calcular indicadores financeiros antes e depois da implementação do IFRS em países da comunidade europeia concluiu que a adoção das normas internacionais

mostrou-se capaz de provocar mudanças significativas nos indicadores econômico-financeiros de alguns bancos europeus, como na metade dos indicadores pesquisados no Reino Unido e Espanha e apenas um na França. Tais resultados indicaram uma proximidade entre as normas antes e depois da implementação do IFRS no caso do Reino Unido e França ou no caso da Espanha pela diferenciação do grau de adoção das novas normas – os *carve-outs* da IAS 39.

Balsari, Ozkan e Durak (2010) investigaram o impacto da adoção do IFRS no conservadorismo como uma dimensão da qualidade da comunicação na Turquia. Os resultados mostraram que a adoção do IFRS aumentou tanto a tempestividade como o conservadorismo (reconhecimento assimétrico) dos ganhos, e que os impactos foram mais fortes para as empresas financeiras, para as empresas que tem menores níveis de endividamento e para as empresas menores.

Corroborando com as informações sobre o conservadorismo das empresas financeiras, Hamdan e Abzak (2011) analisaram os fatores que afetaram o nível de conservadorismo contábil nas empresas do Kuwait em relação ao tamanho da empresa, contratos de dívida, e do tipo de setor que a empresa pertence. Concluíram que as demonstrações financeiras das pequenas empresas e aquelas com menores dívidas, além das empresas do setor financeiro no Kuwait Stock Exchange eram as mais conservadoras.

Com o objetivo de verificar se havia diferença entre os indicadores econômico-financeiros calculados com base nas demonstrações preparadas nos dois modelos contábeis das instituições financeiras do Brasil, Calcado et al. (2013) concluíram que os resultados revelaram diferenças relevantes em relação à qualidade das operações de crédito, medida pelo quociente entre a provisão para de liquidação duvidosa e a carteira de crédito.

Por outro lado em estudo realizado com instituições financeiras no Brasil, Sterzeck (2011) conclui que a convergência contábil não afetou o nível de conservadorismo condicional nos lucros divulgados pelas instituições financeiras listadas na BM&FBOVESPA.

Ainda no setor bancário, Amor-Tapia et al. (2011) analisaram o efeito da exposição de responsabilidade dos gestores sobre o conservadorismo. Concluíram que embora uma maior supervisão estatal sobre o setor bancário provoque um maior grau de conservadorismo incondicional, não impede que os gestores recorram ao conservadorismo na tentativa de minimizar não só os custos de litígio, mas também a probabilidade de uma ação política adversa.

Outros estudos mostram um maior grau de conservadorismo nas demonstrações em IFRS, como no caso de Filipin et al. (2012) que analisaram o nível de conservadorismo condicional das empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA após a adoção dos IFRS. Concluíram que as demonstrações contábeis elaboradas segundo os IFRS são mais conservadoras do que as elaboradas em BRGAAP, e que o lucro contábil em IFRS incorpora mais significativamente o retorno econômico do que em BRGAAP.

Procurando evidências da existência de conservadorismo entre as empresas maiores e melhores, comparando os valores de mercado e valor patrimonial das empresas selecionadas Soares e Neiva (2007), concluíram que as empresas foram conservadoras no período de 2001 a 2004.

Por outro lado, comparando a prática do conservadorismo na apuração do lucro em companhias brasileiras de capital fechado e de capital aberto, Coelho (2007), conclui que as evidências empíricas do trabalho mostram que há baixa aplicação de conservadorismo nas empresas estudadas e que isso poderia ser devido ao ambiente institucional das mesmas, que apresenta baixo incentivo para a qualidade do lucro contábil. A mesma conclusão foi proferida por Brito (2010) quando examinou o conservadorismo contábil e o custo do crédito bancário no Brasil ao concluir que não foram obtidas evidências entre as medidas de conservadorismo e as taxas de juros das operações crédito e que a baixa demanda por qualidade da informação contábil restringe os benefícios gerados pelo conservadorismo.

Santos Cia e Cia (2011) investigaram o nível de utilização do conservadorismo nos demonstrativos contábeis em USGAAP e BRGAAP das empresas brasileiras com ADRs negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Utilizaram o modelo de Basu (1997) e apresentaram como hipótese que o nível de utilização do conservadorismo fosse maior nos demonstrativos com configuração contábil em US GAAP do que em BRGAAP. Os resultados encontrados geraram indícios contrários à hipótese para as empresas brasileiras que negociaram ADRs.

Ao examinar os efeitos da ressalva sobre o conservadorismo contábil Pontes (2009) concluiu que as empresas da amostra incorporam perdas mais rapidamente do que ganhos, ao divulgarem os lucros no período pós-ressalva, indicando maior grau de utilização do conservadorismo contábil.

Ao testar a relação entre o grau de conservadorismo contábil de uma empresa e seu nível de risco operacional Wang (2013) concluiu que as empresas norte-americanas com um

menor nível de risco operacional são mais propensas a adotar um maior nível de conservadorismo contábil do que as empresas com maior nível de risco operacional.

Finalmente, confirmando os fatores motivacionais mencionados por Ball e Shivakumar (2005a), Watts (2003), Basu (1997), Lara e Penalva (2011) destacaram que um aumento no nível de conservadorismo leva a uma diminuição da assimetria de informação; a uma melhoria na precisão de previsões dos analistas; a redução no risco de crédito; e uma diminuição esperada no custo do capital próprio.

Embora o conservadorismo faça parte do conjunto das práticas e procedimentos contábeis e ser um tema bastante estudado, poucas pesquisas têm sido desenvolvidas no Brasil com o objetivo de investigar a prática do conservadorismo em instituições financeiras.

2.2 PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A administração do fluxo de caixa é importante em qualquer empresa. Em uma instituição financeira é ainda mais importante porque a mercadoria do banco é o dinheiro. O descasamento do fluxo de caixa de um banco pode levá-lo ao redesconto do BACEN e esta situação impacta diretamente no risco de imagem. O risco de imagem pode ser fatal para um banco. Portanto é mandatório ajustar, adequadamente, os recebíveis das instituições, principalmente quanto às operações com características de crédito através das provisões para crédito de liquidação duvidosa.

As provisões são importantes para determinar a qualidade dos lucros, melhorando a utilidade das demonstrações financeiras em geral, e mais especificamente no contexto de governança corporativa, remuneração dos administradores e contratação da dívida. (BALL; SHIVAKUMAR, 2005b).

A provisão para créditos de liquidação duvidosa corresponde ao reconhecimento contábil da probabilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do risco de inadimplência dos devedores. Ou por outro lado é a exposição ao risco de crédito a que estão submetidos os credores.

Uma função econômica das provisões é um reconhecimento oportuno de perdas. Este reconhecimento oportuno se baseia, em parte, em revisões de expectativas de fluxo de caixa feitas antes de sua efetiva realização. Ganho oportuno e acréscimos de perdas melhoram a tempestividade do lucro. (BALL; SHIVAKUMAR, 2005b).

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa representa uma estimativa de perda provável dos créditos e atende aos Princípios Contábeis da Realização da receita e confrontação da despesa e ao do Conservadorismo. Isto é, quando do reconhecimento da receita de faturamento já se tem uma expectativa de perda e esta deve ser também reconhecida. No caso de instituições financeiras, Niyama e Gomes (2009, p. 54) afirmam que:

sua constituição apresenta características específicas que obrigam esses estabelecimentos a adotar procedimentos diferenciados em relação aos praticados pelas demais empresas (comerciais, industriais ou de prestação de serviços), principalmente em função das seguintes razões:

- a) O ativo a ser provisionado representa um crédito a receber decorrente usualmente de empréstimo, ou seja, a ‘matéria-prima’ utilizada por essas entidades é o próprio dinheiro;
- b) O ativo objeto de provisionamento normalmente é recebido em diversas parcelas, diferentemente de uma duplicata a receber, e representa parcela significativa, quando comparado com o patrimônio líquido, à medida que os bancos operam com captação de recursos de terceiros.

O principal ‘produto’ à venda pelas instituições financeiras é sua imagem perante o público (credibilidade e reputação); assim para honrar seus compromissos junto aos depositantes é necessário que o dimensionamento adequado da referida provisão proporcione a recuperação tempestiva de seus realizáveis em caixa.

Em sua estrutura básica o Comitê de Procedimentos Contábeis afirma que o conservadorismo consiste no emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos ou receitas não sejam superestimados e que passivos ou despesas não sejam subestimados.

2.2.1 PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA – NORMAS BRGAAP

As Instituições Financeiras devem elaborar suas demonstrações contábeis com base nas normas do CMN e do BACEN. Embora estas normas alcancem as demonstrações individuais e consolidadas, neste trabalho serão consideradas apenas as demonstrações consolidadas, possibilitando a comparação com as demonstrações consolidadas em IFRS. As normas estabelecidas pelo CMN, através do BACEN acompanham as diretrizes emanadas do acordo da Basileia; estão voltadas para uma legislação prudencial, adotam o conceito de perda esperada e procuram demonstrar um balanço com menor nível de risco de crédito, evidenciando um caráter bem mais conservador quando comparada com as normas do IASB.

Especificamente quanto ao cálculo e constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nas demonstrações elaboradas com base no BRGAAP, o CMN editou a Resolução nº 2.682 (BRASIL, 1999), de 21 de dezembro de 1999, que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para a provisão para créditos de liquidação duvidosa, e a Resolução nº 2.697 (BRASIL, 2000), de 24 de fevereiro de 2000, que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e divulgação de informações em notas explicativas às demonstrações financeiras.

A Resolução nº 2.682 (BRASIL, 1999) determinou que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem classificar as operações de crédito, em ordem crescente de risco em nove níveis de AA até H, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, pelo menos, os seguintes aspectos com relação ao tomador do crédito e seus garantidores:

- a) situação econômico-financeira do devedor;
- b) seu grau de endividamento;
- c) a capacidade de geração de resultados e fluxo de caixa;
- d) a administração e a qualidade de seus controles;
- e) a pontualidade e atrasos nos pagamentos;
- f) eventuais contingências;
- g) o setor de atividade econômica e o limite de crédito.

Quanto à operação, deve ser examinada a natureza e a finalidade da transação, as características das garantias, particularmente quanto à suficiência e liquidez e seu valor. No caso de operações realizadas com pessoas físicas, devem-se levar em conta, também, as situações de renda e de patrimônio, bem como outras informações cadastrais do devedor.

Quando se tratar de operações de crédito deferidas a um devedor pertencente a um grupo econômico, a classificação da operação deverá ser definida considerando aquela que apresentar o maior risco para a instituição.

Conforme artigo 4º da Resolução nº 2.682/1999 (BRASIL, 1999), a classificação da operação nos níveis de risco (*rating*) deve ser revista, no mínimo, mensalmente, por ocasião dos balancetes e balanços em função de atrasos nos pagamentos do principal ou encargos. A instituição deverá reavaliar o *rating* de suas operações, reclassificando-as conforme os atrasos verificados:

- a) **entre 15 e 30 dias:** risco nível B, no mínimo;
- b) **entre 31 e 60 dias:** risco nível C, no mínimo;
- c) **entre 61 e 90 dias:** risco nível D, no mínimo;
- d) **entre 91 e 120 dias:** risco nível E, no mínimo;
- e) **entre 121 e 150 dias:** risco nível F, no mínimo;
- f) **entre 151 e 180 dias:** risco nível G, no mínimo;
- g) **superior a 180 dias:** risco nível H.

Nos casos de operações de um mesmo cliente ou de um grupo econômico cujo montante seja superior a 5% (cinco por cento) ao Patrimônio Líquido Ajustado da instituição financeira, essa revisão deverá ser realizada semestralmente. Finalmente, exceto para as operações com valor abaixo de R\$50.000,00, todas as demais deverão ter seu *rating* revisado a cada doze meses.

As operações de crédito contratadas com cliente cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) podem ter sua classificação de forma automática unicamente em função dos atrasos, conforme estabelecido pelo artigo 4º da Resolução nº 2.682 (BRASIL, 1999), retro mencionado.

Dessa forma, a instituição deverá ter todas as suas operações divididas em nove faixas de risco, de AA até H. A provisão para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa deve ser constituída mensalmente, não podendo ser inferior ao somatório decorrente da multiplicação dos montantes das diversas faixas de riscos pelos percentuais correspondentes estabelecidos pela norma, que variam de 0,5% no caso de clientes no nível de risco A e finalizando com 100% para os clientes classificados no nível de risco H, conforme estabelecido no artigo 6º da referida Resolução, abaixo transcrito:

- a) 0,5% (meio por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível A;
- b) 1% (um por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível B;
- c) 3% (três por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível C;
- d) 10% (dez por cento) sobre o valor das operações classificados como de risco nível D;
- e) 30% (trinta por cento) sobre o valor das operações classificados como de risco nível E;
- f) 50% (cinquenta por cento) sobre o valor das operações classificados como risco nível F;

- g) 70% (setenta por cento) sobre o valor das operações classificadas como risco nível G;
- h) 100% (cem por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível H.

A operação classificada como de risco nível H deve ser transferida para a conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, após decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco, não sendo admitido o registro em período inferior.

E vedado o reconhecimento no resultado do período, de receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, no pagamento de parcela de principal ou encargos.

Ocorrendo renegociação, a operação deverá ser mantida no mesmo nível de risco que estiver classificada, exceto nos casos de operações registradas como prejuízo que serão reclassificadas para o nível H e, nos casos de ocorrer amortização significativa da operação, quando poderá ocorrer a reclassificação para a categoria de menor risco.

Devem ser divulgadas, em nota explicativa às demonstrações financeiras, informações detalhadas sobre a composição da carteira de operações de crédito, observado, no mínimo, a distribuição das operações segregadas por tipo de cliente e atividade econômica; a distribuição por faixa de vencimento; os montantes de operações renegociadas; lançadas contra prejuízo e de operações recuperadas, no exercício.

2.2.1.1 Relatórios divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras em BRGAAP

Este tópico tem como objetivo apresentar as informações publicadas pelas instituições financeiras referentes às operações com características de crédito, evidenciando a composição da carteira e seus desdobramentos quanto a níveis de risco e vencimentos.

Partindo das informações das demonstrações contábeis publicadas pelas instituições financeiras selecionadas, relativas aos balanços encerrados entre dez/2009 e dez 2013, foram elaboradas tabelas representativas dos montantes registrados nas respectivas contas de operações com características de crédito. Assim, as tabelas abaixo representam o total das operações de crédito desse grupo de instituições financeiras.

A Tabela 04 representa a composição da Carteira de Operações de Crédito. Traz as informações divulgadas nos Balanços, de forma mais sintética, mostrando as modalidades

operacionais das instituições da amostra. As operações de crédito são compostas por dois grandes grupos: os empréstimos e títulos descontados e os financiamentos.

Conforme informação do *site* do BACEN, o empréstimo é um contrato entre o cliente e a instituição financeira pelo qual ele recebe uma quantia que deverá ser devolvida ao banco em prazo determinado, acrescida dos juros acertados. Os recursos obtidos no empréstimo não têm destinação específica. Por outro lado o financiamento também é um contrato entre o cliente e a instituição financeira, mas com destinação específica, como, por exemplo, a aquisição de veículo ou de bem imóvel.

Complementam o grupo das contas com características de crédito as operações de arrendamento mercantil, os adiantamentos sobre contratos de câmbio, e contas do grupo outros créditos.

TABELA 4 - COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA POR MODALIDADE DE OPERAÇÕES – SOMATÓRIO DOS BANCOS DA AMOSTRA

CARTEIRA DE CRÉDITOS	31/dez/09	31/dez/10	31/dez/11	31/dez/12	31/dez/13
Operações de Crédito	1.209.773.924	1.519.707.147	1.869.794.547	2.192.753.198	2.549.090.600
Empréstimos e Títulos Descontados	696.877.100	819.099.888	984.920.091	1.152.944.701	1.273.642.247
Financiamentos	414.666.276	586.998.320	752.136.231	884.675.374	1.072.531.818
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	98.230.548	113.608.939	132.738.225	155.133.123	202.916.535
Operações de Arrendamento Mercantil	109.233.057	88.891.689	59.553.922	39.012.299	31.202.684
Adiantamentos Contratos de Câmbio	28.364.693	27.699.063	36.987.235	41.850.792	38.095.474
Outros Créditos	72.505.986	86.959.489	101.336.133	130.297.816	164.200.638
Total	1.419.877.660	1.723.257.388	2.067.671.837	2.403.914.105	2.782.589.396

Fonte: Do autor, com base nas demonstrações contábeis publicadas pelas instituições financeiras verificadas.

Com base nas Notas Explicativas dos balanços elaborados no padrão BRGAAP, publicados em dezembro de 2013, os saldos das operações com características de crédito foram classificados por níveis de risco, e separados entre as operações de curso normal e operações em atraso. Posteriormente aplicou-se o percentual de provisão estabelecido pela Resolução nº 2682 (BRASIL, 1999), e finalmente foram somados os valores de provisão excedente, para se obter o valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Na Tabela 05, está representado o cálculo da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, distribuída pelos níveis de riscos.

TABELA 5 - CÁLCULO DA PROVISÃO E NÍVEIS DE RISCO – SOMATÓRIO DOS BANCOS DA AMOSTRA

Níveis de Risco	Operações em Curso Normal	Em Curso Anormal	Total Carteira de Créditos	Cálculo Provisão	Provisão genérica	Provisão excedente	Total da Provisão
AA	942.589.102	5.846	942.594.948	0%	0	0	0
A	1.028.761.075	133.911	1.028.894.986	0,50%	5.144.472	749.279	5.893.751
B	411.846.709	7.607.534	419.454.243	1%	4.194.530	458.972	4.653.502
C	201.609.242	10.765.625	212.374.867	3%	6.371.246	2.553.236	8.924.482
D	39.874.976	6.705.397	46.580.373	10%	4.658.033	3.266.430	7.924.463
E	23.380.317	4.570.121	27.950.438	30%	8.385.133	2.113.647	10.498.780
F	12.299.240	3.989.636	16.288.876	50%	8.144.438	1.423.758	9.568.196
G	10.917.549	3.890.295	14.807.844	70%	10.365.494	1.734.948	12.100.442
H	53.519.924	20.122.897	73.642.821	100%	73.642.821	36.904	73.679.725
Total	2.724.798.134	57.791.262	2.782.589.396		120.906.168	12.337.174	133.243.342

Fonte: Do autor, com base nas demonstrações contábeis publicadas pelas instituições financeiras verificadas.

Dessa forma, de acordo com as normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682 (BRASIL, 1999), o montante contabilizado como Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa em 31/12/2013 foi de R\$ 133.243.342 e sua contrapartida tem impacto nas contas de resultados desse grupo de instituições.

2.2.2 PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL – IMPAIRMENT - IFRS

As Instituições Financeiras devem elaborar, ainda, suas demonstrações contábeis com base nas normas internacionais. As Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards – IAS*), atualmente conhecidas como *International Financial Reporting Standards* (IFRS), são pronunciamentos contábeis internacionais publicados pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e se baseiam em princípios, conforme pode ser visto em Ernst & Young e Fipecafi (2009, p. 256):

As normas norte-americanas (FASB) e internacionais (IASB) são conhecidas dentro de uma tradição jurídica consuetudinária (*commom law*). Ou seja, as normas devem oferecer princípios gerais de orientação (*principles-based rules*) e não regras detalhadas (*rules-based*). Essa tradição difere significativamente da brasileira (*code law*), na qual o contador está acostumado a estritamente cumprir normas.

As normas emitidas pela IAS são codificadas por assunto. Com a adoção das novas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), as antigas normas conhecidas como IAS, foram incorporadas a essas, mas mantiveram seus códigos anteriores. Embora a IAS 36 *Impairment of assets*, adaptada no CPC 01 trate especificamente sobre a redução ao valor rea-

lizável de ativos – imparidade, os critérios para a mensuração da imparidade de ativos financeiros estão estabelecidos na IAS 39.

A IAS 39 (IASB, 2011) *Financial Instruments: Recognition and Measurement* – tem por objetivo estabelecer os princípios para o reconhecimento e mensuração dos ativos e passivos financeiros e de alguns contratos de compra e venda de itens não financeiros. A norma institui, ainda, definições relacionadas a tais instrumentos financeiros e determina procedimentos contábeis específicos para o reconhecimento inicial, baixa e avaliação subsequente desses itens.

A norma estabelece quatro categorias em que os instrumentos financeiros devem ser classificados, a saber: a) ativos ou passivos financeiros avaliados pelo valor justo; b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; c) empréstimos e recebíveis; d) ativos financeiros disponíveis para a venda. A classificação dos instrumentos financeiros em cada categoria é realizada com base na intenção e capacidade financeira da instituição quando da aquisição desses itens e essa classificação, atribuída ao instrumento financeiro no registro inicial, irá determinar o método de mensuração e reconhecimento contábil a ser aplicado:

- a. **Ativos ou passivos financeiros avaliados pelo valor justo, com ajuste no resultado** – esses ativos têm as seguintes características: no momento do reconhecimento inicial, a direção da instituição determina, de acordo com uma estratégia de gestão do risco ou de investimento, a classificação a valor justo no resultado; são classificados como mantido para a negociação, aqueles ativos adquiridos individualmente ou em grupo com o propósito de negociação em curto prazo; a instituição não deve reclassificar um instrumento financeiro colocando-o ou retirando-o da categoria de valor justo no resultado. A existência de cotações de preços em um mercado é a melhor evidência de um valor justo e essas devem ser utilizadas para mensurar o ativo ou passivo financeiro classificados na categoria avaliados pelo valor justo. Assim sendo, o próprio valor de mercado já reflete o valor provável de realização de um ativo ou passivo financeiro mensurado por tal método.
- b. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento** – são instrumentos financeiros não derivativos com prazo fixo ou pré-determinável de pagamento e para os quais a entidade possui a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento. Note-se que a norma proíbe a classificação de novos ativos financeiros na categoria de mantido até o vencimento caso a instituição tenha vendido montante relevante desses ativos no ano corrente ou nos dois anos anteriores, antes de seu vencimento, sem que tenha uma

justificativa aceitável. Poderá, contudo, reclassificá-los para disponíveis para venda, obedecendo ao tratamento de disponíveis para venda a partir da data da reclassificação.

- c. **Empréstimos e recebíveis** – são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixados ou pré-determináveis e que não são cotados em mercado ativo. Quando do registro da operação, devem ser mensurados pelo valor justo e posteriormente ao custo amortizado, calculado pelo método da taxa de juros efetiva. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros esperados, ao valor presente, líquido de comissões pagas ou recebidas entre as partes.
- d. **Ativos financeiros disponíveis para a venda** – são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda e que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros a valor justo no resultado. Também são avaliados pelo valor justo, porém com reajuste reconhecido em conta destacada do patrimônio líquido.

O Guia de Aplicação da IAS 39 (IASB, 2011) determina que qualquer ativo financeiro não derivativo com pagamentos fixos ou determináveis (incluindo ativos de empréstimo, contas a receber comerciais, investimentos em instrumentos de dívida e depósitos mantidos em bancos) pode potencialmente satisfazer a definição de empréstimos e contas a receber. Contudo, um ativo financeiro que esteja cotado num mercado ativo (tal como um instrumento de dívida cotado) não se qualifica para classificação como empréstimo ou conta a receber.

O Guia define que um instrumento financeiro é considerado como cotado num mercado ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis provenientes de uma troca, negócio, corretor, grupo industrial, serviço de preços ou agência reguladora, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes. O objetivo de determinar o valor justo de um instrumento financeiro que seja negociado num mercado ativo é chegar a um preço mediante o qual uma transação poderia ocorrer na data do balanço relativamente a esse instrumento no mercado ativo mais vantajoso ao qual a entidade tenha acesso imediato. A existência de cotações de preços publicadas num mercado ativo é a melhor evidência do justo valor e quando elas existem são usadas para mensurar o ativo financeiro ou o passivo financeiro, não sendo necessário qualquer ajuste quanto ao seu valor de realização.

Dessa forma, as operações de crédito, sujeitas à provisão para créditos de liquidação duvidosa como forma de ajuste ao seu valor provável de realização, por serem instrumentos financeiros não derivativos com fluxo de pagamento fixos ou determináveis sem cotação em

mercado ativo, satisfazem as condições para enquadramento na categoria de empréstimos concedidos e contas a receber e, assim, devem ser mensurados ao custo amortizado pelo método do juro efetivo, atendendo, então, ao disposto na IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Neste tópico serão apresentadas as normas operacionais para a redução ao valor realizável de ativos – imparidade, equivalente a constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa. Os aspectos contábeis de mensuração e reconhecimento serão tratados no próximo tópico.

Avaliação inicial

Na avaliação e reconhecimento inicial os ativos e passivos financeiros devem ser considerados pelo seu valor justo e adicionados os custos da operação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. No caso de operações classificadas na categoria ativos ou passivos financeiros avaliados pelo valor justo com ajuste no resultado, reconhece-se, apenas, o valor justo.

Data do registro

A IAS 39 (IASB, 2011) estabelece que um ativo ou passivo financeiro deve ser reconhecido na data de sua transação. Contudo, é permitido que os ativos e passivos financeiros sejam reconhecidos ou baixados na data que são adquiridos ou baixados, procedimento que a norma definiu como “contrato padrão” (*regular way purchase or sale*), desde que mantida consistência no tratamento. Nesse caso precisarão ser reconhecidos os ganhos e as perdas das variações do valor justo a partir da data da transação, caso a mensuração seja feita com base no valor justo, ainda que os ativos financeiros somente sejam reconhecidos no balanço patrimonial por ocasião de sua liquidação.”

Perda do Valor Recuperável

Ao se referir à provisão a IAS 39 (IASB, 2011) usa os termos *impairment loss* que foram traduzidos oficialmente pela UE (Jornal Oficial da União Europeia) por perda por imparidade e no Brasil o CPC adotou o termo Perda do Valor Recuperável. A Perda do Valor Recuperável ou Perda por Imparidade de um ativo acontece quando o valor contábil atual é

maior do que o valor estimado de recuperação, considerando, inclusive, o valor do dinheiro no tempo. Assim, a perda do valor recuperável de uma operação de crédito corresponde ao seu ajuste para provável valor de realização, ou seja, à provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Como avaliar se existe a Perda do Valor Recuperável

A IAS 39 (IASB, 2011) determina que as instituições devam avaliar, à data de cada balanço, se existe ou não qualquer prova objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estejam com indícios de perda do valor recuperável. Para tanto estabelece dois procedimentos. No primeiro, é feita uma avaliação individual das operações relevantes da instituição. No segundo, é feita uma avaliação coletiva, que contempla: a) um grupo de operações com características de risco de crédito semelhantes que não sejam individualmente relevantes; b) os ativos relevantes, avaliados individualmente, e que não foram encontradas evidências de perdas por imparidade. A Ernst & Young Brasil, no Anexo III, do documento publicado pela CVM, sintetizou assim:

A determinação de quando um ativo necessita de uma provisão para perda do valor recuperável deve ser efetuada separadamente para cada ativo individualmente relevante, mas pode ser efetuada coletivamente para grupos de ativos com riscos similares que não sejam individualmente significantes. Porém, nos casos em que os ativos individualmente relevantes forem testados e nenhuma provisão for necessária, eles devem ser incluídos na chamada avaliação coletiva (*collective assessment*).

Para efetuar uma avaliação coletiva, os ativos financeiros devem ser agrupados de acordo com as características de risco de crédito semelhantes, as quais indicam a capacidade do devedor para liquidar todos os valores devidos, dentro dos termos contratuais. (CVM, 2008, p. 20-21).

Ainda de acordo com a IAS 39 (IASB, 2011), a prova objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos está com imparidade pode advir da combinação de mais de um evento e inclui análises de informações coletadas no ambiente interno e externo. Entre os indicadores previstos pela norma, que podem ser observados pelo credor estão os abaixo relacionados:

- a) Dificuldade financeira ou inadimplência por parte do devedor;
- b) Quebra de contrato, tal como o atraso ou falta de pagamento de juro ou do principal;

- c) O credor, por razões econômicas ou legais, relacionadas com as dificuldades financeiras do devedor, oferece a ele, concessões que o credor de outra forma não consideraria;
- d) Quando ocorre alta probabilidade de falência, concordata ou reorganização financeira do devedor;
- e) Desaparecimento de um mercado ativo, no qual opera o devedor, devido a dificuldades financeiras;
- f) Existência de informações externas sobre a ocorrência de redução nos fluxos de caixa futuros esperados de um grupo de ativos financeiros, embora o decréscimo ainda não possa ser relacionado aos ativos financeiros individuais do grupo, caracterizadas por mudanças adversas na situação e nos pagamentos dos devedores ou condições econômicas que se correlacionam com o desempenho dos ativos da entidade.

Além dos indicadores acima, a prova objetiva de imparidade inclui informação acerca de alterações significativas com um efeito adverso que tenham tido lugar no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual o emissor opere, e indica que o ativo financeiro pode não ser recuperado. Um declínio significativo ou prolongado no valor justo de um ativo financeiro abaixo do seu custo também constitui prova objetiva de imparidade.

A análise dos fluxos de caixa futuros, quando de uma avaliação coletiva, deve ser realizada com base na experiência de perdas históricas para ativos com características de risco de crédito semelhantes às do grupo. É admitida a utilização de bases históricas de outros credores, quando a instituição não tenha histórico de perdas ou o histórico de perdas seja insuficiente.

O modelo de reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa estabelecido pela IAS 39 está baseado no método de perda incorrida, que é bastante diferente do conceito de perda esperada. O parágrafo número 59 da IAS 39, assim define a aplicação dos métodos de perda incorrida e perda esperada:

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está com imparidade e tem perda incorrida se, e somente se, existir prova objetiva de imparidade como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e cujo impacto possa ser fielmente mensurados nos fluxos de caixa futuros estimados deste ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros. Pode não ser possível identificar um único evento que causou a imparidade. O efeito combinado de vários eventos pode ser a causa da imparidade. Perdas esperadas como resultados de eventos futuros não são reconhecidas. Evidência objetiva que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está com imparidade inclui dados observáveis que

chamam a atenção do credor do ativo acerca dos acontecimentos, como os eventos de perdas retro listados. (IASB, 2011, p. 16, tradução nossa)

Uma perda incorrida na data do balanço é caracterizada como resultado de eventos passados de perdas efetivamente ocorridas após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e antes da data de encerramento do balanço, isto é, é aquela cujo evento econômico que a ocasionou já aconteceu, como exemplo a quebra de contrato de um mutuário ou o desaparecimento de um mercado ativo, em que operava o devedor.

Conforme mencionado anteriormente, na avaliação e reconhecimento inicial, os ativos financeiros devem ser considerados pelo seu valor justo e adicionados os custos da operação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Por outro lado, a provisão para créditos de liquidação duvidosa deve ser constituída pelo método das perdas incorridas. Dessa forma, uma perda por imparidade não pode ser reconhecida simultaneamente ao reconhecimento inicial do ativo financeiro, visto que só é admitido o reconhecimento de uma perda se existir prova objetiva de imparidade ocorrida após o momento do reconhecimento do ativo e antes da data do balanço. Assim sendo, o eventual risco de cada operação já deverá estar precificado na taxa de risco de crédito do cliente.

Se, na data do balanço, uma instituição financeira tem alguma informação de que certo acontecimento econômico poderá ocorrer, como, por exemplo, a expectativa de aumento na taxa de desemprego de um segmento de mercado ou da quebra da safra agrícola de uma *commodity*, os resultados desses eventos seriam reconhecidos pela contabilidade e constituído o registro de um provável aumento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, somente caso o modelo utilizado para o reconhecimento fosse baseado em perdas esperadas. Esse procedimento não encontra respaldo na IAS 39 que adotou o conceito de perdas incorridas.

Divulgação de informações

Juntamente com a publicação das Demonstrações Contábeis, as instituições financeiras deverão publicar as Notas Explicativas. Especificamente quanto aos ativos financeiros e suas provisões, a IAS 39 (IASB, 2011) determina a divulgação dos seguintes detalhes:

- a) Quanto aos ativos, deverão ser informados os montantes classificados em cada categoria, bem como o montante de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

- b) Quando a instituição registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em uma conta de atrasos individuais ou em conta semelhante utilizada para registrar atrasos coletivos em vez de reduzir diretamente o saldo escriturado no ativo, deve divulgar a reconciliação das variações dessa conta de provisão durante o período para cada classe de ativos financeiros.
- c) As instituições deverão informar sua exposição máxima ao risco de crédito, a descrição das garantias colaterais a título de caução, a qualidade dos créditos que não estejam vencidos, o montante de operações renegociadas, que caso contrário, estariam vencidas.
- d) Deverão divulgar, ainda, uma análise dos prazos das operações vencidas, bem como uma análise das operações em atraso (*default*), esclarecendo os motivos que a instituição considera na determinação dessa situação. Para essas operações deverão divulgar, também, uma descrição das garantias detidas pela instituição.

2.3 RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO DA PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

O Comitê de Conceitos Contábeis da *American Accounting Association* (1957) propôs a seguinte definição para ativos: "Conceitualmente, a medida de valor de um ativo é a soma dos preços futuros de mercado dos fluxos de serviços a serem obtidos, descontados pela probabilidade de ocorrência e pelo fator juro, a seus valores atuais".

Sprouse e Moonitz, no ARS n. 3, do AICPA, de 1962, trazidos por Iudícibus (2000, p. 103), afirmam que: "(...) ativos representam benefícios futuros esperados, direitos que foram adquiridos pela entidade como resultado de alguma transação corrente ou passada".

Embora essas definições tenham mais de cinquenta anos, já traziam em seu bojo características que hoje são destacadas para o reconhecimento de um ativo, como as listadas abaixo e que podem ser vistas, também, em Riahi-Belkaoui (2005), Barth (2007), Hendriksen e Van Breda (1999) e Niyama e Silva (2008).

- a) o ativo deve ser considerado à luz de sua propriedade e/ou posse ou controle;
- b) precisa estar incluído no ativo algum direito específico a benefícios futuros;
- c) o benefício econômico deve ser o resultado de transação ou eventos passados.

Assim com base nas características comuns retro mencionadas, pode-se afirmar que os ativos representam direitos exclusivos de uma entidade, com direito específico a benefícios econômicos futuros e são decorrentes de transações ou eventos passados.

Neste estudo, os ativos examinados são as carteiras de Operações de Crédito. Estas carteiras representam os empréstimos e financiamentos concedidos pelas instituições financeiras a clientes, sendo, portanto direitos exclusivos da instituição financeira. Outra característica, estas carteiras geram benefícios econômicos futuros que são os juros das operações, e finalmente decorrem de um evento passado que foi o deferimento do crédito ao cliente. Ao deferir um crédito a um cliente a instituição financeira incorre em um risco – a inadimplência do devedor. Para mitigar este risco é calculada a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Mensuração

Uma vez identificado o ativo, inicia-se o processo de sua mensuração. A mensuração pode ser comparada a uma "lente" e como qualquer "lente", ela pode aumentar reduzir ou distorcer a imagem que se tem da realidade. Assim, o principal problema será estabelecer a "lente" que melhor auxilie na visão desta realidade. A lente, no caso, são os critérios utilizados para mensurar os ativos das empresas. (LEMES, 1996).

O processo de mensuração contábil de um ativo consiste em atribuir um valor monetário a esse recurso econômico. Apesar de dados monetários não relevantes para o processo decisório, prevalece na medição do ativo a utilização da moeda, como unidade de medida. (NIYAMA; SILVA, 2008).

A mensuração de um ativo pode ser realizada utilizando-se atributos de custo ou valor. Estes atributos estão diretamente relacionados à qualidade da informação contábil, em especial a relevância e a confiabilidade. Custo é uma medida pouco relevante às necessidades do usuário, mas ao mesmo tempo tem objetividade e é verificável. Por outro lado, valor é bastante relevante para o usuário, mas é subjetivo e de difícil verificação. Custo e valor são atributos representativos de um recurso: o custo, é o sacrifício inerente à sua obtenção (entrada); e valor, é o benefício inerente à sua disposição (saída). Portanto, custo histórico ou custo corrente são medidas alternativas do atributo “custo”, da mesma forma que os valores de realização ou valor presente, são medidas alternativas do atributo “valor”.

E esta é uma das diferenças na mensuração e reconhecimento do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa entre os dois métodos sob análise. Enquanto nas

demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a Resolução nº 2682 (BRASIL, 1999), são utilizados os conceitos de custo, que tem objetividade e é verificável, a norma internacional – IFRS adota o conceito de valor, que é bastante relevante para o usuário, mas é subjetivo e de difícil verificação.

Para a mensuração do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a norma local estabelece que todas as operações devam ser classificadas em nove níveis de riscos de AA até H. A provisão a ser constituída não poderá ser inferior ao somatório decorrente da multiplicação dos montantes das diversas faixas de riscos pelos percentuais correspondentes estabelecidos pela norma, que variam de 0,5% no caso de clientes no nível de risco A e finalizando com 100% para os clientes classificados no nível de risco H. Assim, também na mensuração da norma local os atributos de objetividade e verificabilidade estão presentes.

A norma internacional estabelece que, observada a ocorrência de prova objetiva de que foi incorrida uma perda por imparidade em empréstimos concedidos ou contas a receber, a quantia da perda deve ser mensurada pela diferença entre o montante registrado contabilmente e o valor em uso desse ativo. A quantia escriturada do ativo deve sofrer uma redução até atingir o seu valor recuperável. O montante do ajuste da perda deve ser registrado em contas de resultados.

Este procedimento é bastante diferente da norma local, visto que para a apuração do valor em uso são adotados conceitos do atributo valor. O valor em uso de um ativo é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado pela taxa efetiva de juros da operação original, isto é, a taxa de juro efetiva calculada no reconhecimento inicial da operação; assim, a taxa de juro efetivo é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros esperados durante a vida do ativo financeiro.

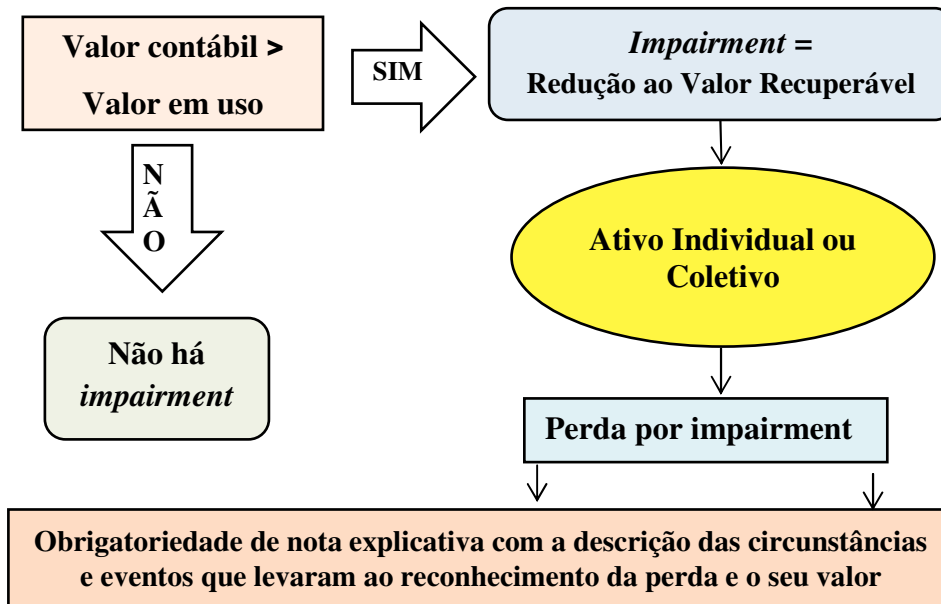
A IAS 36 apresenta em seus parágrafos 30 e seguintes alguns procedimentos para o cálculo do valor em uso que devem ser atendidos pelas empresas:

estimar os fluxos de caixa futuros que espera obter com esse ativo; o valor do dinheiro no tempo, representado pela atual taxa de juros livre de risco, isto é trazer os fluxos de caixa futuros a valor presente, as expectativas sobre variações no montante dos fluxos de caixa futuros, além de fatores de incerteza como falta de liquidez do mercado. As projeções baseadas nessas previsões ou nos orçamentos devem abranger, como regra geral, um período máximo de cinco anos, a menos que se justifique, fundamentadamente, um período mais longo. Adicionalmente, as estimativas de fluxos de caixa futuros não devem incluir as entradas ou saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento; ou recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda. (IASB, 2010a, p. 7, tradução nossa).

Redução ao valor recuperável de ativos

Assim se o valor contábil for maior que o valor em uso a empresa deve reconhecer a diferença como perda por redução ao valor recuperável do ativo. Quando o valor contábil for inferior ao valor estimado de recuperação não haverá perda e nenhuma providência será requerida. A figura abaixo representa essa situação:

FIGURA 1 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DO ATIVO - IMPAIRMENT



Fonte: Adaptado do parágrafo 63 da IAS 39 (IASB, 2011).

Reconhecimento

Quanto ao reconhecimento do valor da provisão, isto é, o registro contábil da provisão para crédito de liquidação duvidosa de uma operação de crédito, as normas do BRGAAP têm duas referências que tem objetividade e podem ser verificadas e têm, portanto, atributos de confiabilidade: os atrasos nos pagamentos das operações e o modelo de risco de crédito próprio de cada instituição, que geralmente estão estabelecidos em processos estatísticos de modelagens. Além disso, para o reconhecimento da provisão a norma local adota o conceito de perda esperada, isto é: o evento econômico que lhe dará causa, poderá ocorrer no futuro. Provém da expectativa da ocorrência de eventos possíveis ou esperados. A norma local prevê, ainda, que o reconhecimento das receitas deve ser interrompido nos casos de operações com atraso superior a sessenta dias.

A norma internacional estabelece que, o reconhecimento da provisão para crédito de liquidação duvidosa de uma operação de crédito, deve ocorrer se existir prova objetiva de

perda incorrida, como resultado de um ou mais eventos que aconteceram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e cujo impacto dessa perda possa ser seguramente mensurado nos fluxos de caixa futuros estimados. O valor da perda deve ser reconhecido no resultado do período. A contrapartida poderá ser lançada diretamente na conta do ativo financeiro ou por meio do uso de uma conta redutora.

A IAS 39 (IASB, 2011) dispensa todo esse procedimento se o efeito do desconto a valor presente for imaterial, mas não esclarece qual o conceito de imaterial utilizado, cabendo, destarte, à própria instituição essa definição.

Apropriação de rendas de juros sobre empréstimos com imparidade

A IAS 39 (IASB, 2011) estabelece que, mesmo depois de incorrida a imparidade de uma operação, os juros referentes a ela deverão ser contabilizados normalmente, em contrapartida, nos resultados da instituição. O rendimento de juro será calculado sobre o saldo devedor depois de deduzida a perda por imparidade, utilizando a taxa efetiva de juro original da operação.

Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa

A IAS 39 (IASB, 2011) determina que, sendo observada a existência de prova objetiva de que foi incorrida uma perda por imparidade de ativos financeiros, deve ser constituída uma provisão para ajustar o valor do ativo ao seu provável valor de realização. Todavia, se, posteriormente, for constatada uma redução nessa imparidade, esse montante deverá ser revertido da quantia lançada anteriormente. A Ernst & Young Brasil, no Anexo III, do documento publicado pela CVM, definiu assim:

Se, num período subsequente, o valor da perda do valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser objetivamente relacionada com um acontecimento que ocorreu após o reconhecimento da perda (tal como uma melhoria no *rating* de crédito do devedor), a perda do valor recuperável anteriormente reconhecida deve ser revertida. A reversão não deve resultar num valor contábil do ativo financeiro que exceda o que o custo amortizado poderia ter sido, caso a perda não tivesse sido reconhecida na data em que a perda foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida no resultado do período. (CVM, 2008, p. 19).

2.4 COMPARAÇÃO DOS SALDOS CONTÁBEIS PELOS DOIS MÉTODOS - CÁLCULOS DA PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Para comparar os efeitos nos cálculos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos resultados e na contabilização de uma operação de crédito com imparidade, foram simuladas as duas situações. Na primeira foram simulados cálculos de provisões em operações de crédito com base nos critérios estabelecidos pela Resolução nº 2682 (BRASIL, 1999) – BRGAAP. Na segunda foram simulados cálculos de perda por imparidade em operações de crédito com base nos critérios estabelecidos pela IAS 39 (IASB, 2011) – IFRS. Evidentemente que, partindo de informações externas às instituições financeiras, as simulações têm um efeito puramente acadêmico, no sentido de demonstrar as diferenças técnicas na elaboração desses cálculos e seus resultados têm como objetivos comprovar e quantificar, sob determinadas condições, a existência dessas divergências. As tabelas 6 a 10 têm como objetivo refletir a evolução dos saldos dessas simulações.

Supondo que, em 25 de fevereiro de 2012, uma instituição financeira tenha concedido um empréstimo de R\$ 232.900,00, pelo prazo de 10 meses, à taxa nominal de 12% a.m. O empréstimo deveria ser pago em 10 parcelas mensais e sucessivas, cujos valores são obtidos por meio da fórmula abaixo:

$$PV = \frac{PMT \times (1+i)^n - 1}{i \times (1+i)^n} \Rightarrow PMT = \frac{PV \times i \times (1+i)^n}{(1+i)^n - 1}$$

em que:

PMT = valor da parcela mensal;

PV = valor presente do empréstimo (R\$ 232.900,00);

i = taxa de juro nominal (12% a.m.);

n = quantidade de parcelas (10).

Pela fórmula acima, o valor da prestação mensal será de R\$ 41.219,61. A instituição cobra uma taxa de abertura de crédito (TAC) de 3% sobre o principal que corresponde a R\$ 6.987,00, que também foi financiado. Considerando que o valor da prestação continua o mesmo e o valor do empréstimo ficou em R\$ 239.887,00, a taxa efetiva do contrato passou a ser de 11,1824%. O fluxo de caixa da operação na data do contrato está apresentado a seguir:

TABELA 6 - FLUXOS DE CAIXA FUTUROS ESPERADOS NA DATA DO CONTRATO – UMA SIMULAÇÃO

Data	Fluxos de caixa	Saldo Anterior	Juros	Amortização	Saldo Atual
25/02/2012	-239.887,00				239.887,00
31/03/2012	41.219,61	239.887,00	30.695,75	10.523,86	229.363,14
30/04/2012	41.219,61	229.363,14	24.913,57	16.306,04	213.057,10
31/05/2012	41.219,61	213.057,10	23.780,15	17.439,46	195.617,64
30/06/2012	41.219,61	195.617,64	21.140,02	20.079,59	175.538,05
31/07/2012	41.219,61	175.538,05	19.436,96	21.782,65	153.755,41
31/08/2012	41.219,61	153.755,41	16.915,42	24.304,19	129.451,22
30/09/2012	41.219,61	129.451,22	13.741,04	27.478,57	101.972,64
31/10/2012	41.219,61	101.972,64	10.921,08	30.298,53	71.674,12
30/11/2012	41.219,61	71.674,12	7.280,18	33.939,43	37.734,69
31/12/2012	41.219,61	37.734,69	3.484,92	37.734,69	0
	412.196,10		172.309,10	239.887,00	

Fonte: Do autor

Para o cálculo da parcela, na Tabela 6, foi utilizada a taxa nominal de 12% a.m. sobre o valor do empréstimo, enquanto para o cálculo da receita de juros foi utilizada a taxa de juro efetiva de 11,1824% a.m. Essa taxa irá igualar o valor total emprestado de R\$ 239.887,00 à soma dos fluxos de caixa futuros de R\$ 41.219,61 descontados a valor presente, isto é, o valor equivalente dos recebimentos deve ser igual ao valor equivalente dos pagamentos.⁵

Supondo que, no levantamento efetuado no final do mês de maio, a instituição constatou evidências de dificuldades financeiras do devedor, decorrentes de situações adversas de mercado o que acabou refletindo em uma piora no risco de crédito desse cliente e o não pagamento da parcela vencida.

As providências tomadas foram diferentes em cada um dos critérios. Para tornar o entendimento melhor serão apresentadas todas as etapas dos procedimentos do BRGAAP e depois todas as etapas dos procedimentos do IFRS e no final serão cotejados os resultados.

2.4.1 PROCEDIMENTOS ADOTADOS COM BASE NO BRGAAP

Constatada a inadimplência no final do mês de maio já se iniciou a formação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, apropriando 0,5% sobre o saldo do contrato.

⁵ A taxa interna de retorno que permite essa equivalência e é dada pela função XTIR do Excel ®.

As rendas do período foram reconhecidas. Como pode ser observado na Tabela 07 - Fluxo de caixa com base na Resolução nº 2682 (BRASIL, 1999) – uma simulação, que está inserido página 58, o cliente só pagou duas primeiras parcelas ficando inadimplente todo o resto do contrato. No final do mês de julho, completaram-se mais de sessenta dias de atraso e a instituição passou a registrar as receitas em Rendas a Apropriar. Dessa forma com o passar do tempo a instituição foi aumentando o nível de provisionamento, chegando a 100% da operação no final de novembro.

Os saldos mensais desta tabela foram transportados para um balancete, evidenciando a situação da operação em cada mês como se fosse a única operação da instituição. As contas dos balancetes que refletem a operação estão na Tabela 08 - Balancetes simulados com base na Resolução nº 2682 (BRASIL, 1999) – BRGAAP, que esta inserido na página 59.

TABELA 7 - FIXO DE CAIXA COM BASE NA RESOLUÇÃO 2682

Tabela 7 - Fluxo de caixa com base na Resolução 2682

Data	Nº de dias	Índice	VI atualizado	Rendas do Período	Rendas no mês	RAP no mês	RAP Acumulado	Recebimento	Saldo	Valor não Recebido	Saldo efetivo do mês	Provisão		Saldo Líquido
												Índice	Valor	
25/02/2012		1,00353964							239.887,00					
29/02/2012	4	1,01423392	243.301,53	3.414,53	3.414,53			0,00	243.301,53		243.301,53			243.301,53
25/03/2012	25	1,09235380	265.771,35	22.469,82				41.219,61	224.551,74					
31/03/2012	6	1,02142668	229.363,14	4.811,40	27.281,22			0,00	229.363,14	0,00	229.363,14			229.363,14
25/04/2012	25	1,09235380	250.545,70	21.182,56				41.219,61	209.326,09					
30/04/2012	5	1,01782395	213.057,10	3.731,02	24.913,57			0,00	213.057,10	0,00	213.057,10			213.057,10
25/05/2012	25	1,09235380	232.733,74	19.676,63				41.219,61	191.514,12					
31/05/2012	6	1,02142668	195.617,64	4.103,51	23.780,15			0,00	195.617,64	41.219,61	236.837,25	0,50%	1.184,19	235.653,06
25/06/2012	25	1,09235380	213.683,67	18.066,03				41.219,61	172.464,06					
30/06/2012	5	1,01782395	175.538,05	3.073,99	21.140,02			0,00	175.538,05	82.439,22	257.977,27	3,00%	7.739,32	250.237,95
25/07/2012	25	1,09235380	191.749,65	16.211,61				41.219,61	150.530,04					
31/07/2012	6	1,02142668	153.755,40	3.225,36	15.563,14	3.873,82	3.873,82	0,00	153.755,40	123.658,84	273.540,41	10,00%	27.354,04	246.186,37
25/08/2012	25	1,09235380	167.955,30	14.199,90				41.219,61	126.735,68					
31/08/2012	6	1,02142668	129.451,21	2.715,52		16.915,42	20.789,24	0,00	129.451,21	164.878,45	273.540,41	30,00%	82.062,12	191.478,29
25/09/2012	25	1,09235380	141.406,52	11.955,31				41.219,61	100.186,91					
30/09/2012	5	1,01782395	101.972,63	1.785,73		13.741,04	34.530,28	0,00	101.972,63	206.098,06	273.540,41	50,00%	136.770,21	136.770,21
25/10/2012	25	1,09235380	111.390,19	9.417,56				41.219,61	70.170,58					
31/10/2012	6	1,02142668	71.674,11	1.503,52		10.921,08	45.451,36	0,00	71.674,11	247.317,67	273.540,41	70,00%	191.478,29	82.062,12
25/11/2012	25	1,09235380	78.293,48	6.619,38				41.219,61	37.073,87					
30/11/2012	5	1,01782395	37.734,67	660,80		7.280,18	52.731,54	0,00	37.734,67	288.537,28	273.540,41	100,00%	273.540,41	0,00
25/12/2012	25	1,09235380	41.219,61	3.484,94				41.219,61	0,00					
31/12/2012						3.484,94	56.216,48	0,00	0,00	329.756,89	273.540,41	100,00%	273.540,41	0,00

Fonte: Do autor

TABELA 8 - BALANCETES ELABORADOS COM BASE NA RESOLUÇÃO 2682

Tabela 8 - Balancetes elaborados com base na Resolução 2682

	25/02/12	29/02/12	31/03/12	30/04/12	31/05/12	30/06/12	31/07/12	31/08/12	30/09/12	31/10/12	30/11/12	31/12/12
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO												
DISPONIBILIDADES	0	0	41.220	82.439	82.439	82.439	82.439	82.439	82.439	82.439	82.439	82.439
OPERAÇÕES DE CRÉDITO												
Empréstimos e Títulos Descontados	239.887	243.302	229.363	213.057	235.653	250.238	246.186	191.478	136.770	82.062	0	0
Valor Presente (parcelas futuras)	239.887	243.302	229.363	213.057	195.618	175.538	153.755	129.451	101.973	71.674	37.735	0
Parcelas vencidas (não recebidas)	0	0	0	0	41.220	82.439	123.659	164.878	206.098	247.318	288.537	329.757
(-) Rendas a Apropriar	0	0	0	0	0	0	-3.874	-20.789	-34.530	-45.451	-52.732	-56.216
(-) Provisão p/ Créditos de Liquidação	0	0	0	0	-1.184	-7.739	-27.354	-82.062	-136.770	-191.478	-273.540	-273.540
TOTAL GERAL DO ATIVO	239.887	243.302	270.583	295.496	318.092	332.677	328.626	273.918	219.209	164.501	82.439	82.439
Rendas Apropriadas	0	3.415	30.696	55.609	79.389	100.529	116.093	116.093	116.093	116.093	116.093	116.093
Despesas Apropriadas	0	0	0	0	1.184	7.739	27.354	82.062	136.770	191.478	273.540	273.540

Fonte: Do autor

2.4.2 PROCEDIMENTOS ADOTADOS COM BASE NAS IFRS

Embora o cliente estivesse em atraso desde maio, por não ter atendido as evidências exigidas na IAS 39 (IASB, 2011), isto é: existir prova objetiva de perda incorrida, como resultado de um ou mais eventos que aconteceram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e cujo impacto dessa perda possa ser seguramente estimado, a instituição só pode ajustar a situação da operação no encerramento do balanço de junho de 2012.

Em decorrência dessa evidência objetiva de imparidade, isto é a dificuldade financeira ou inadimplência por parte do devedor, a instituição financeira não acredita que o devedor poderá honrar as parcelas mensais ainda pendentes do contrato no valor de R\$ 41.219.61. A fim de equacionar o problema, foi proposto um novo fluxo de pagamentos das parcelas a vencer no valor de R\$ 38.000,00 mantendo, dessa forma, o vencimento final do contrato para 31 de dezembro de 2012.

Aplicando-se a fórmula da taxa interna de retorno, foi obtido o valor equivalente do recebimento igual ao valor equivalente do fluxo de pagamentos futuros, negociados à taxa de juro efetiva original da operação de 11,1824% a.a.

Assim, o valor atual da dívida ajustada em 30/06/2012, passou a ser de R\$ 159.919,31. Considerando que essa dívida estava em R\$ 257.977,27, ou seja, o valor contábil estava acima do valor recuperável da operação, a instituição reconheceu uma perda por imparidade, no resultado do exercício, no valor de R\$ 98.057,96, e o fluxo financeiro da operação passará a ser o seguinte:

TABELA 9 - FLUXOS DE CAIXA FUTUROS ESPERADOS APÓS IMPARIDADE - UMA SIMULAÇÃO

Data	Nº de dias	Valor atualizado	Rendas Período	Rendas no mês	Recebimento	Saldo	Valor não Recebido	Saldo efetivo do mês
25/02/12					0	239.887		
29/02/12	4	243.302	3.415	3.415	0	243.302		243.302
25/03/12	25	265.771	22.470		41.220	224.552		
31/03/12	6	229.363	4.811	27.281	0	229.363	0	229.363
25/04/12	25	250.546	21.183		41.220	209.326		
30/04/12	5	213.057	3.731	24.914	0	213.057	0	213.057
25/05/12	25	232.734	19.677		41.220	191.514		
31/05/12	6	195.618	4.104	23.780	0	195.618	41.220	236.837

Continua

								Conclusão	
Data	Nº de dias	Valor atualizado	Rendas Período	Rendas no mês	Recebimento	Saldo	Valor não Recebido	Saldo efetivo do mês	
25/06/12	25	213.684	18.066		41.220	172.464			
30/06/12	5	175.538	3.074	21.140	0	175.538	82.439	257.977	
30/06/12		RECONHECE PERDA POR IMPARIDADE							-98.058
30/06/12		SALDO APÓS RECONHECER PERDA POR IMPARIDADE							159.919
25/07/12	25	175.252	15.333		38.000	137.252			
31/07/12	6	140.301	3.049	18.382		140.301	120.439	260.740	
25/08/12	25	153.753	13.452		38.000	115.753			
31/08/12	6	118.324	2.572	16.023	0	118.324	158.439	276.764	
25/09/12	25	129.669	11.345		38.000	91.669			
30/09/12	5	93.363	1.694	13.039	0	93.363	196.439	289.802	
25/10/12	25	102.314	8.951		38.000	64.314			
31/10/12	6	65.743	1.429	10.380	0	65.743	234.439	300.182	
25/11/12	25	72.046	6.303		38.000	34.046			
30/11/12	5	34.675	629	6.932	0	34.675	272.439	307.115	
25/12/12	25	38.000	3.325		38.000	0			
31/12/12		0	0	3.325	0	0	310.439	310.439	

Fonte: Do autor

Conforme estabelece a IAS 39 (IASB, 2011), os fluxos de caixa futuros esperados devem ser descontados pela taxa efetiva de juro original da operação (11,1824% a.m.) e a perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor presente atual da dívida renegociada e o montante registrado de acordo com os termos contratuais inicialmente previstos. E esse é o valor equivalente à provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Os saldos mensais desta tabela foram transportados para um balancete, evidenciando a situação da operação em cada mês como se fosse a única operação da instituição. As contas dos balancetes que refletem a operação estão na Tabela 10 - Balancetes simulados com base na IAS 39 – IFRS (IASB, 2011), inserida na página 62.

TABELA 10 - BALANCETES ELABORADOS COM BASE NA IAS 39

Tabela 10 - Balancetes elaborados com base na IAS 39

	25/02/12	29/02/12	31/03/12	30/04/12	31/05/12	30/06/12	31/07/12	31/08/12	30/09/12	31/10/12	30/11/12	31/12/12
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO												
DISPONIBILIDADES	0	0	41.220	82.439	82.439	82.439	82.439	82.439	82.439	82.439	82.439	82.439
OPERAÇÕES DE CRÉDITO												
Empréstimos e Títulos Descontados	239.887	243.302	229.363	213.057	236.837	159.919	162.682	178.706	191.744	202.124	209.057	212.381
Valor Presente (parcelas futuras)	239.887	243.302	229.363	213.057	195.618	175.538	140.301	118.324	93.363	65.743	34.675	0
Parcelas vencidas (não recebidas)	0	0	0	0	41.220	82.439	120.439	158.439	196.439	234.439	272.439	310.439
(-) Rendas a Apropriar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Provisão p/ Créditos de Liquidação	0	0	0	0	0	-98.058	-98.058	-98.058	-98.058	-98.058	-98.058	-98.058
TOTAL GERAL DO ATIVO	239.887	243.302	270.583	295.496	319.276	242.359	245.122	261.145	274.183	284.564	291.496	294.820
Rendas Apropriadas	0	3.415	30.696	55.609	79.389	100.529	118.911	134.934	147.973	158.353	165.286	168.610
Despesas Apropriadas	0	0	0	0	0	98.058	98.058	98.058	98.058	98.058	98.058	98.058

Fonte: Do autor

Comparando os resultados

Como resultado dessas simulações, pode-se encaminhar respostas a algumas perguntas pertinentes. Quanto aos procedimentos para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa existem algumas divergências conceituais entre as normas locais que tem por base o BRGAAP e as internacionais - IFRS. Essas divergências têm impactado, de maneira representativa no reconhecimento e mensuração da constituição provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como nas Demonstrações Contábeis, como pode ser observado nas tabelas 7 a 10 apresentadas no tópico 2.4. As principais divergências estão comentadas a seguir.

O modelo de cálculo para a apuração da provisão para devedores duvidosos, adotado no Brasil, é baseado no conceito de perdas esperadas, enquanto na IAS 39 (IASB, 2011) está baseado no conceito de perdas incorridas. Essa é uma das maiores mudanças, visto tratar-se de mudança no conceito, na forma como se interpreta a incidência de uma perda por imparidade.

Outra divergência consiste na forma de se obter o valor da provisão. As normas locais têm duas referências: os atrasos das operações e o modelo de risco de crédito próprio de cada instituição. A norma internacional define a provisão como a diferença entre o valor registrado no ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados, descontados pela taxa efetiva de juros da operação original. A definição de que uma operação está com imparidade é consequência de duas análises: uma análise individual das operações mais representativas e uma análise coletiva das operações de menor porte, agrupadas com riscos semelhantes, além de incluir aquelas mais representativas que não apresentaram evidências de imparidade.

Pela Resolução nº 2.682 (BRASIL, 1999), o fato de uma operação estar em atraso já define um nível de provisão, chegando ao final de 180 dias de atraso com a operação totalmente provisionada, enquanto pela IAS 39 (IASB, 2011) fica a critério do gestor definir se existe evidência clara de imparidade e se essa pode ser mensurada adequadamente.

Assim a subjetividade da norma internacional pode proporcionar um maior ou menor valor das despesas. Pelas simulações realizadas, os balancetes elaborados pelas normas do BRGAAP somaram R\$ 273.540,41 como despesas de provisão enquanto que aqueles elaborados com base na norma internacional somaram R\$ 98.057,96.

Outra diferença relevante refere-se às contas de resultados. Pela Resolução nº 2.682 (BRASIL, 1999), - BRGAAP, após 60 dias de atraso, a renda não poderá ser reconhecida,

devendo ser registrada em Rendas a Apropriar. No período foi registrado o montante de R\$ 56.216,14 nessa conta; essa restrição não existe na norma internacional. Mesmo depois de contabilizada a imparidade as rendas continuam sendo reconhecidas normalmente. Dessa forma, nas simulações realizadas com base na norma local foram apropriadas rendas até o mês de julho no total de R\$ 116.092,64; pela norma internacional as rendas apropriadas até o mês de dezembro, somaram R\$ 168.610,19.

Pelo critério de contabilização da Resolução nº 2682 (BRASIL, 1999), os saldos das rubricas representaram cada fato contábil ocorrido, ou seja, o valor da operação, as parcelas em atraso, as rendas a apropriar e a provisão constituída a cada mês. Na hipótese de existir apenas uma operação de empréstimo e essa estiver totalmente provisionada, a soma dessas rubricas deverá ser igual a zero, como de fato pode ser observado no balancete de 31 de dezembro de 2012. Pelos critérios estabelecidos pela IAS 39 (IASB, 2011), os fluxos ficam totalmente distintos e pode-se dizer que dois gestores diferentes poderão gerar informações desiguais. A Tabela 11– Resumo das diferenças entre BRGAAP e IFRS, abaixo, traz uma síntese das diferenças apuradas entre os dois padrões de contabilidade.

TABELA 11 - RESUMO DAS DIFERENÇAS ENTRE BRGAAP E IFRS

RUBRICAS	BRGAAP	IFRS	Diferenças
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
DISPONIBILIDADES	82.439	82.439	0
OPERAÇÕES DE CRÉDITO			
Empréstimos e Títulos Descontados	0	212.381	-212.381
Valor Presente (parcelas futuras)	0	0	0
Parcelas vencidas (não recebidas)	329.757	310.439	19.318
(-) Rendas a Apropriar	-56.216	0	-56.216
(-) Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	-273.540	-98.058	-175.482
TOTAL GERAL DO ATIVO	82.439	294.820	-212.381
Rendas Apropriadas	116.093	168.610	-52.518
Despesas Apropriadas	273.540	98.058	175.482

Fonte: Do autor

De todo o exposto neste capítulo, constatou-se que o conservadorismo é um atributo da qualidade da informação e um dos princípios contábeis mais antigos e que, mesmo assim, encontra correntes de estudiosos que o defendem e outras que o criticam. Uma aplicação

prática do conservadorismo na contabilidade consiste na constituição de provisões. As provisões antecipam o fato econômico, tornando a informação tempestiva e, portanto útil ao seu usuário.

No processo de convergência às normas internacionais de contabilidade ocorre uma mudança conceitual na mensuração e reconhecimento das provisões, notadamente nos critérios de reconhecimento de perdas esperadas e perdas incorridas. Essas mudanças acabam por interferir no nível de conservadorismo dos montantes provisionados das operações com características de crédito. Nos capítulos seguintes serão verificados se existem diferenças nos níveis de conservadorismo e se essas diferenças são estatisticamente significativas, ou seja, se as normas internacionais proporcionam maior conservadorismo na constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa nas demonstrações contábeis consolidadas.

3 METODOLOGIA

Este capítulo tem por objetivo apresentar o método de pesquisa empregado que inclui o tipo de análise, a descrição dos critérios utilizados para coleta dos dados e seleção da amostra, as definições das variáveis, bem como descrever os aspectos operacionais para se obter os índices que serão utilizados na verificação das diferenças nos níveis de conservadorismo encontrados nos dois critérios de contabilização.

3.1 CAMPO DE ESTUDO

As pesquisas descritivas têm como principais objetivos observar, identificar, descrever, relatar, registrar, comparar, analisar e correlacionar fenômenos, de determinada população sem manipulá-los ou estabelecer relações entre as variáveis. Este estudo tem como base a pesquisa descritiva e como estratégia a pesquisa bibliográfica, pois procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em fontes secundárias, isto é, referências publicadas em livros, periódicos, revistas, enciclopédias, dicionários, jornais, *sites*, CDs, anais de congressos etc. São analisadas as demonstrações contábeis publicadas bem como suas notas explicativas, as normas divulgadas pelo BACEN, pelo CPC e pelo IASB, referentes às provisões para crédito de liquidação duvidosa. (RAUPP; BEUREN, 2004).

Quanto ao processo, será uma pesquisa quantitativa, pois está ligada à quantificação de dados obtidos mediante pesquisa. Para esta abordagem é necessário o uso de recursos e técnicas estatísticas, como porcentagem, média, mediana, desvio padrão; o coeficiente de correlação, análise de regressão, escalas e implica em descobrir e classificar a relação entre variáveis e determinar relações de causalidade entre fenômenos.

Com a edição da Resolução nº 3.786 (BACEN, 2009), o CMN determinou que as instituições financeiras estabelecidas sob a forma de companhia aberta ou que estejam obrigadas a constituir comitê de auditoria pública, adicionalmente às normas vigentes, suas demonstrações contábeis consolidadas elaboradas com base nas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), a partir da data base de 31 de dezembro de 2010. Assim, as instituições financeiras alcançadas pela referida norma passaram a elaborar e publicar duas demonstrações contábeis consolidadas: uma no padrão BRGAAP e outra no padrão IFRS.

O presente estudo visa examinar as demonstrações contábeis consolidadas das instituições financeiras que operam no Brasil, publicadas no período de 2009 a 2013. Especificamente pretende-se analisar as operações com características de crédito, cotejando as informações contidas nos balanços elaborados com base no BRGAAP com aquelas contidas nos balanços elaborados com base nas IFRS, visando conhecer suas divergências, notadamente quanto à provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Para a elaboração deste estudo foi examinado o relatório “50 maiores bancos e o consolidado do Sistema Financeiro Nacional”, disponível no *site* do BACEN (BACEN, 2014). A data-base para esta classificação foi de 31 de dezembro de 2013.

Dessa forma, para a seleção da amostra para a análise, foram pesquisados os *sites* das instituições financeiras, constantes na relação obtida no *site* do BACEN. Nos *sites* das instituições financeiras procurou-se localizar onde estavam disponibilizadas as demonstrações contábeis encerradas no período de dezembro de 2009 a dezembro de 2013. Para a maior parte das instituições, as demonstrações contábeis estavam disponíveis através do *link* “Relações com Investidores”. Registre-se, contudo, que em algumas instituições as informações estavam quase que escondidas, exigindo um grande trabalho de pesquisar todo o *sítio* da instituição.

Observou-se, contudo, que muitas instituições não estavam obrigadas a elaborar as Demonstrações Financeiras em IFRS por não atenderem aos quesitos da Resolução nº 3786 (BACEN, 2009). Assim, as instituições que não apresentaram demonstrações contábeis em IFRS em nenhum ano do período examinado foram descartadas.

Por outro lado alguns bancos como o Opportunity e o Morgan Stanley apresentaram balanços em IFRS, porém não tinham carteira de operações de crédito. Efetuados todos os ajustes chegou-se a quarenta e três conglomerados financeiros que estão listados na Tabela 12 abaixo. Todos os balanços em IFRS, bem como os elaborados com base no BRGAAP, publicados com data-base no período de dezembro de 2009 a dezembro de 2013 foram baixados e arquivados.

TABELA 12 - RELAÇÃO DOS BANCOS SELECIONADOS

Bancos	Controle	Capital	Listado	Segmento
Banco ABC Brasil S.A.	Privado	Estrangeiro	Só Brasil	Atacado
Banco Alfa de Investimento S.A.	Privado	Nacional	Só Brasil	Atacado
Banco BBM S.A.	Privado	Nacional	Não Listado	Atacado
Banco BMG S.A.	Privado	Nacional	Só Brasil	Atacado
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	Privado	Nacional	Só Exterior	Atacado
Banco Bradesco S.A.	Privado	Nacional	Brasil e Ext.	Varejo
Banco BTG Pactual S.A.	Privado	Nacional	Só Brasil	Atacado
Banco Citibank S.A.	Privado	Estrangeiro	Só Exterior	Atacado
Banco Crédit Agricole Brasil S.A.	Privado	Estrangeiro	Só Exterior	Atacado
Banco Daycoval S.A.	Privado	Nacional	Só Brasil	Middle
Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.	Privado	Estrangeiro	Só Exterior	Atacado
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.	Privado	Estrangeiro	Só Exterior	Atacado
Banco do Brasil S.A.	Público	Nacional	Só Brasil	Varejo
Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE	Público	Nacional	Só Brasil	Desenvol.
Banco do Estado do Espírito Santo - BANESTES S.A.	Público	Nacional	Só Brasil	Desenvol.
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Banrisul	Público	Nacional	Só Brasil	Desenvol.
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	Público	Nacional	Só Brasil	Desenvol.
Banco Fator S.A.	Privado	Nacional	Não Listado	Atacado
Banco Fibra S.A.	Privado	Nacional	Não Listado	Middle
Banco GMAC S.A.	Privado	Estrangeiro	Não Listado	Varejo
Banco Industrial do Brasil S.A.	Privado	Nacional	Não Listado	Atacado
Banco Industrial e Comercial S.A. BIC-BANCO	Privado	Nacional	Só Brasil	Atacado
Banco Indusval S.A.	Privado	Nacional	Só Brasil	Middle
Banco Itaú S.A.	Privado	Nacional	Brasil e Ext.	Varejo
Banco JP Morgan S.A.	Privado	Estrangeiro	Só Exterior	Atacado
Banco Mercantil do Brasil S.A.	Privado	Nacional	Só Brasil	Middle
Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.	Privado	Estrangeiro	Não Listado	Atacado
Banco Ourinvest S.A.	Privado	Nacional	Não Listado	Atacado
Banco Pine S.A.	Privado	Nacional	Só Brasil	Atacado
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE	Público	Nacional	Não Listado	Desenvol.

continua

				Conclusão
Bancos	Controle	Capital	Listado	Segmento
Banco Safra S.A.	Privado	Nacional	Não Listado	Middle
Banco Santander S.A.	Privado	Estrangeiro	Brasil e Ext.	Varejo
Banco Société Générale Brasil S.A.	Privado	Estrangeiro	S�� Exterior	Atacado
Banco Sofisa S.A.	Privado	Nacional	S�� Brasil	Atacado
Banco Volkswagen S.A.	Privado	Estrangeiro	S�� Exterior	Atacado
Banco Votorantim S.A.	Privado	Nacional	Não Listado	Middle
Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.	Privado	Estrangeiro	S�� Exterior	Atacado
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econ��mico e Social	Público	Nacional	S�� Brasil	Desenvol.
BRB - Banco de Brasília S.A.	Privado	Nacional	S�� Brasil	Desenvol.
CEF - Caixa Econ��mica Federal	Público	Nacional	Não Listado	Varejo
Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão	Privado	Estrangeiro	S�� Exterior	Atacado
HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo	Privado	Estrangeiro	S�� Exterior	Varejo
Paraná Banco S.A.	Privado	Nacional	S�� Brasil	Middle

Fonte: Do autor

Conforme Tabela 01, o SFN estava composto por 1.592 institui  es financeiras, sendo 155 conglomerados do segmento bancário. Embora a amostra selecionada para o teste contemple apenas 43 (quarenta e três) institui  es financeiras do segmento bancário, conforme dados do relatório do BACEN, em 31 de dezembro de 2013, (BACEN, 2014) essas institui  es somavam R\$ 2.564.404.929 em Opera  es de Crédito e Arrendamento Mercantil, equivalentes a 93,29% do total do Sistema Financeiro Nacional naquelas rubricas. Em termos de Ativos Totais a amostra representou 93,85%, dos Ativos do SFN. A tabela abaixo evidência a representatividade da amostra em rela  o    popula  o examinada. Por outro lado, o volume de relatórios analisados chegou a 414 demonstra  es contábeis consolidadas examinadas em conjunto com suas respectivas Notas Explicativas, correspondente a 43 institui  es financeiras, verificadas no período de cinco anos, pelos dois padrões contábeis (43x5x2 – 16), visto que, algumas institui  es não apresentaram demonstra  es em IFRS em todos os anos do período analisado.

TABELA 13 - PARTICIPA  O PERCENTUAL DAS IFS ANALISADAS NO SFN

Data-Base 31 dez 2013	SFN	IFs Analisadas	Participa��o
Por Opera��es de Crédito	2.748.740.169	2.564.404.929	93,29%
Por Ativos Totais	6.574.861.488	6.170.546.617	93,85%

Fonte: BACEN ([2014a]).

Como principais características da amostra pode-se destacar que estão contemplados os maiores conglomerados financeiros nacionais e internacionais que atuam no país; as instituições de capital público e privado; instituições listadas e não listadas na BM&FBOVESPA e listadas em outras bolsas internacionais, como de Nova York, de Londres, de Frankfurt e de Tokyo; ainda, bancos de segmentos específicos, como os bancos de montadoras, e bancos de desenvolvimento, além de bancos de portes médio e pequeno.

3.2 VARIÁVEIS DA PESQUISA

Martins e Theóphilo (2007), citando Bacon, afirmam que o método científico é um conjunto de regras para observar fenômenos e inferir conclusões a partir de tais observações. A pesquisa científica consiste em determinar um objeto de estudo, selecionar as variáveis que seriam capazes de influenciá-lo, definir as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto.

As instituições financeiras são obrigadas a elaborar e publicar duas demonstrações contábeis consolidadas, utilizando dois padrões distintos de mensuração e reconhecimento contábil. Assim, o objeto de estudo foi examinar se nas demonstrações contábeis consolidadas elaboradas com base na convergência às normas internacionais – IFRS –, aumentam os efeitos do conservadorismo na apuração da provisão para crédito de liquidação duvidosa, vis-à-vis às demonstrações contábeis consolidadas elaboradas com base no BRGAAP.

Para atingir os objetivos estabelecidos, isto é: i) verificar se existem diferenças entre os valores de PCLD calculados pelos dois sistemas e se seriam estatisticamente significativas e ii) verificar se as características das instituições financeiras influenciam nos saldos de PCLD, foram examinadas as demonstrações contábeis consolidadas elaboradas com base nas normas locais – BRGAAP, bem como aquelas elaboradas com base nas normas internacionais – IFRS, publicadas pelas instituições financeiras, no Brasil, no período de 2009 até 2013.

Para atender ao primeiro objetivo, as variáveis que seriam capazes de influenciar nos resultados do estudo são as carteiras com características de crédito das instituições financeiras e as provisões para créditos de liquidação duvidosa. Para este estudo, os saldos apresentados no final de cada ano, nas contas de provisões para crédito de difícil liquidação, foram divididos pelos saldos das contas com características de crédito de cada instituição financeira selecionada na amostra. Este procedimento foi repetido nos dois padrões de contabilidade.

O resultado encontrado nesta operação indicou o nível de risco que a instituição estava procurando controlar. Assim quanto maior for este índice, maior será o conservadorismo empregado na gestão do negócio da instituição. Procurou-se, então verificar se as normas internacionais proporcionavam maior nível de conservadorismo nas demonstrações contábeis consolidadas. Para tanto, os índices obtidos nestes cálculos foram comparados, ano a ano entre os dois padrões de contabilização, tendo por objetivo verificar se existiam diferenças entre eles e se eram significativas.

Para avaliar as diferenças apuradas nos cálculos dos índices entre os dois padrões contábeis, foram utilizadas as regressões das provisões frente ao montante das carteiras de crédito visando obter uma projeção desses valores. Foram examinadas as estatísticas descritivas (média, mediana, desvio padrão, coeficiente de variação, máximo e mínimo) dos índices obtidos nos dois padrões contábeis analisados em cada ano. Também foram realizados testes de diferenças de médias identificados como teste de hipótese t - para dados emparelhados ou pareados, para aferir se as diferenças entre os dois modelos eram estatisticamente relevantes. O teste de hipótese t – para dados emparelhados são frequentemente empregados para comparar dois métodos diferentes e são usados para decidir se as médias de duas populações são iguais. (STEVENSON, 2001). A hipótese nula representou a situação onde as médias obtidas nos dois padrões contábeis eram iguais e esta definida como: $H_0: \mu_{BRGAAP} - \mu_{IFRS} = 0$

e a hipótese alternativa representou a situação onde as médias obtidas nas demonstrações elaboradas no padrão BRGAAP eram maiores que as médias obtidas nas demonstrações elaboradas no padrão IFRS, isto é: $H_1: \mu_{BRGAAP} - \mu_{IFRS} > 0$.

Ou seja, o teste focalizou a diferença relativa entre as médias das duas amostras, de cada padrão contábil. Se H_0 for rejeitada, podemos concluir que as diferenças das médias das duas amostras são estatisticamente significantes.

Para os cálculos foi utilizado o software Minitab ® 16, com nível de significância de $\alpha = 0,01$, ou grau de confiança de 0,99 ($1 - \alpha$). Foram elaborados cálculos para cada ano e um cálculo para todo o período.

Para atender ao segundo objetivo, foram definidas as variáveis dependente e independentes. Para obter a variável dependente, os saldos das contas de PCLD foram divididos pelos saldos das carteiras com características de crédito nos balanços elaborados em BRGAAP de cada instituição, em cada ano. O mesmo procedimento foi realizado nas

demonstrações elaboradas em IFRS. As diferenças entre os resultados encontrados nos dois padrões de contabilização foram definidas como variável dependente Y.

A variável dependente sofre os efeitos da manipulação das variáveis independentes. Procurou-se então identificar as variáveis independentes que poderiam explicar as diferenças encontradas entre os dois padrões contábeis, isto é; se as características das instituições financeiras poderiam justificar maiores ou menores diferenças nos valores das provisões. Para tanto foram selecionadas as seguintes variáveis independentes:

CONTR – Esta variável identifica se a instituição tem controle capital público ou privado. As informações são obtidas diretamente do *site* do BACEN. Para esta variável foram definidos os seguintes atributos: 0 (zero) para as instituições públicas e 1 (um) para as instituições privadas.

CAPIT – Esta variável identifica se a instituição tem controle de capital nacional ou estrangeiro. As informações são obtidas diretamente do *site* do BACEN. Para a origem do capital foram determinados os seguintes valores: 0 (zero) para as instituições com controle de capital estrangeiro e 1 (um) para as instituições com controle de capital nacional.

PORT – Segundo Forte (1995), dentre os critérios para a classificação do porte das instituições estão o volume de depósitos, o saldo em operações de crédito, o patrimônio líquido. Cita, ainda, estudo da Consultoria Austin Assis que utilizava como critério de classificação o ativo total. As instituições eram classificadas por ordem decrescente do ativo total, e calculava-se a participação de cada instituição em relação ao total, a seguir o percentual acumulado, ou seja, o grau de concentração do sistema. Assim, até 80% do total estavam classificados como grande porte; entre 81% a 95% bancos de médio porte e o restante como pequeno porte. Considerando que ainda assim teríamos uma classificação subjetiva, optou-se por utilizar como porte da instituição, o valor do ativo total das demonstrações consolidadas em BRGAAP de cada instituição financeira no final de cada ano examinado. Para melhorar o entendimento dos resultados foram calculados os logaritmos dos valores dos ativos, obtendo um ranking das instituições financeiras.

ROE – esta variável calcula o retorno sobre o Patrimônio Líquido das instituições financeiras nas demonstrações consolidadas em BRGAAP em cada ano examinado.

LIST – Esta variável identifica se a instituição esta listada ou não em alguma Bolsa de Valores. Tem como atributos os seguintes valores: 0 (zero) se a instituição não esta listada em nenhuma bolsa de valores; 1 (um) se a instituição só está listada na BM&FBOVESPA; 2

(dois) se a instituição está listada no Brasil e no exterior; e 3 (três) se a instituição está listada somente em bolsas no exterior.

SEGM – Esta variável identifica o segmento que atua um grupo de bancos com características semelhantes. Tem os seguintes atributos: 0 (zero) para bancos com características de desenvolvimento; 1 (um) para bancos que atuam no atacado; 2 (dois) para bancos que atuam na *middle market*; e 3 (três) para grandes bancos com atuação diversificada no varejo.

De forma sintética pode-se montar o quadro das variáveis como demonstrado abaixo:

QUADRO 2 - QUADRO DE VARIÁVEIS UTILIZADAS NA PESQUISA

Sigla	Nome	Descrição	Fonte	Especificação
Y	Variável dependente	Diferença entre a divisão dos saldos das contas de PCLD pelos saldos das carteiras com características de crédito nos balanços elaborados em BRGAAP em cada ano, e os saldos das contas de PCLD pelos saldos das carteiras com características de crédito nos balanços elaborados em IFRS em cada ano.	Demonstrações Contábeis Consolidadas encerradas entre Dez de 2009 e Dez de 2013	
CONTR	Controle do Capital	Identifica se a instituição tem controle público, privado	Cadastro BACEN	0 - Público 1 - Privado
CAPIT	Origem do Capital	Identifica se a instituição tem capital nacional ou estrangeiro	Cadastro BACEN	0 - Estrangeiro 1 - Nacional
PORT	PORTE	Classifica as instituições pelo valor do Logaritmo Neperiano dos Ativos Totais das Demonstrações em BRGAAP	Site das Instituições	Em valores
ROE	Retorno sobre Patrimônio	Calcula o retorno sobre o Patrimônio Líquido das Instituições Financeiras nas Demonstrações Consolidadas em BRGAAP	Site das Instituições - Relatórios referentes a Dez/2009 a Dez/2013	Em percentuais
LIST	Instituições Listadas	Identifica as instituições listadas em alguma Bolsa de Valores	Bolsa de Valores no Brasil e no exterior	1 - Listada só no Brasil 2 - Listada no Brasil e no exterior 3 - Listada só no exterior 0 - Não listada
SEGM	Segmento	Identifica um grupo de bancos com características semelhantes	Site das Instituições - Notas Explicativas às Demonstrações Consolidadas em BRGAAP	1 - Atacado 2 - Midle Market 3 - Varejo 0 - Desenvolvimento

Fonte: Do autor.

Este grupo de variáveis contempla tanto as variáveis qualitativas quanto as quantitativas.

Variáveis exploradas por métodos quantitativos

Variável dependente = Y

Corresponde a diferença entre os quocientes dos saldos das contas de PCLD pelos saldos das carteiras com características de crédito nos balanços elaborados em BRGAAP em cada ano, e os saldos das contas de PCLD pelos saldos das carteiras com características de crédito nos balanços elaborados em IFRS em cada ano e pode ser representado pela fórmula abaixo:

$$Y = \frac{\text{PCLD BR GAAP}}{\text{Carteira de Créditos BR GAAP}} - \frac{\text{PCLD IFRS}}{\text{Carteira de Créditos IFRS}}$$

Ativo total das instituições financeiras como porte da instituição.

O ativo total foi utilizado como porte da instituição. Para torna-lo operacional e melhor entender seus resultados foram calculados os logaritmos neperianos (naturais) dos valores dos ativos totais de cada instituição no padrão contábil BRGAAP no período analisado. O resultado encontrado possibilita classificar o porte das instituições.

LN (Ativo Total)

Retorno sobre o Patrimônio Líquido – ROE

Representado pelo quociente entre o lucro líquido registrado na demonstração de resultados do período e o saldo do patrimônio líquido no final de cada ano, com base nas demonstrações contábeis consolidadas elaboradas no padrão BRGAAP de cada instituição financeira. Pode ser representado pela fórmula abaixo:

$$\text{ROE} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Para verificar se as características das instituições influenciam na constituição da PCDL, serão calculadas as correlações entre as variáveis independentes e a variável dependente; também serão examinadas as estatísticas descritivas (média, mediana, desvio padrão, coeficiente de variação) das variáveis independentes e dependente. Também serão realizadas regressões lineares utilizando todas as variáveis descritas anteriormente. Para os cálculos será utilizado o software Minitab® 16, com nível de significância de $\alpha = 0,05$, ou grau de confiança de 0,95 ($1 - \alpha$). Foram elaborados cálculos para cada ano e um cálculo para todo o período.

3.3 COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados, foram utilizados os balanços dos bancos selecionados listados na tabela 12. Exames preliminares atestaram que, nos Balanços elaborados com base nas IFRS todos os saldos das contas com características de crédito estavam concentrados em uma

única linha, pelo seu valor líquido, obrigando-se ao exame também das notas explicativas para se conhecer a composição daquela conta, bem como da provisão e das despesas do período.

Constatou-se que além das contas de Operações de Crédito, faziam parte daquele total, as contas de Arrendamento Mercantil, bem como contas do grupamento de Outros Créditos que traziam características de concessão de crédito. Para que fosse possível a comparação entre os dois padrões de balanços, fez-se necessário incluir nos saldos dos balanços em BRGAAP, além das contas de Operações de Crédito, as mesmas contas que compunham o balanço em IFRS. Também foram objeto de ajustes os valores de cessão de créditos com coobrigação, que eram baixados das contas de crédito nas demonstrações em BRGAAP e permaneciam no ativo nas demonstrações em IFRS. A partir de janeiro de 2012 a Resolução nº 3533/2009 equalizou os procedimentos.

A Resolução nº 3786 (BACEN, 2009) estabeleceu a data de 31 de dezembro de 2010 como início das publicações em IFRS e a Carta-Circular nº 3435 (BACEN, 2010) estabeleceu as regras para a elaboração do balanço de abertura das demonstrações contábeis consolidadas em IFRS. Assim, as instituições poderiam optar pelas seguintes datas de abertura:

- I - 1º de janeiro de 2010, para as instituições que não apresentarem demonstrações contábeis consolidadas de forma comparativa;
- II - 1º de janeiro de 2009, para as instituições que optarem por fazer a apresentação comparativa das demonstrações contábeis consolidadas dos anos de 2010 e 2009; ou
- III - 1º de janeiro de 2008, para as instituições que optarem por fazer a apresentação comparativa das demonstrações contábeis consolidadas dos anos de 2010, 2009 e 2008.

Observa-se que o balanço de abertura mencionado no parágrafo anterior, deve apresentar os saldos iniciais a serem utilizados na elaboração das primeiras demonstrações contábeis consolidadas, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB.

Dessa forma algumas instituições optaram por não apresentar demonstrações contábeis consolidadas de forma comparativa, como o Itaú, Safra, Citi, Banrisul, BRDE, BRB, GMAC, Credit Suisse, Banese, BBM, Paraná. Como consequência, não foi possível identificar o total de despesas de provisões dessas instituições em dezembro/2009, e para não contaminar as análises foram excluídas as respectivas despesas das demonstrações em BRGAAP.

Com base nas demonstrações financeiras publicadas data-base de dez/2010, foi possível conhecer os saldos patrimoniais de dez/2009 de todas as instituições analisadas, exceto

Mercedes-Benz, Deutsche e Sofisa. Também não foi possível identificar a despesa de provisão do Banco Mercedes-Benz em dez/2010. Os bancos BNB, BBM e Credit Agricole não apresentaram demonstrações em IFRS em dez/2012 e dez/2013. Os Bancos GMAC, CEF e Industrial do Brasil não apresentaram demonstrações em IFRS em dez/2013. Para todos esses casos foi adotado o mesmo procedimento, isto é: foram ajustados os saldos nas respectivas contas das demonstrações em BRGAAP e tais demonstrações financeiras não fizeram parte dos exames.

Efetuados todos os ajustes, foi possível elaborar tabelas por tipo de balanços publicados, informando o valor das contas com características de crédito, as provisões, bem como o volume de despesas lançadas a cada ano. Assim, nas tabelas a seguir, isto é da tabela 13 até a tabela 16 os valores apresentados referem-se à somatória dos saldos dos balanços das instituições financeiras que compõem a amostra da pesquisa, publicados nos dois padrões contábeis.

Nos balanços elaborados com base nas normas locais, conhecidas no mercado como balanços em BRGAAP, os saldos das carteiras com características de crédito dos bancos selecionados somaram, no período sob análise, o montante de R\$ 9.842.891.796 mil, enquanto as contas de PCLD somaram R\$ 530.533.229 mil, como pode ser visto na Tabela 14, abaixo.

**TABELA 14 - SOMATÓRIO DAS CARTEIRAS DE CRÉDITO
DOS BANCOS DA AMOSTRA – BRGAAP**

ANOS	Carteira	Provisão	Valor Líquido	Despesa
2.009	1.398.624.039	91.935.715	1.306.688.324	64.619.336
2.010	1.723.006.947	90.991.233	1.632.015.714	54.444.694
2.011	2.067.671.837	112.242.056	1.955.429.781	80.469.215
2.012	2.390.136.466	127.122.160	2.263.014.306	92.939.209
2.013	2.263.452.507	108.242.065	2.155.210.442	78.895.403
Total	9.842.891.796	530.533.229	9.312.358.567	371.367.857

Fonte: Do autor, com base nas demonstrações contábeis publicadas pelas instituições financeiras verificadas.

Nos balanços elaborados com base nas normas internacionais, conhecidas no mercado como balanços em IFRS, os saldos das carteiras com características de crédito dos bancos selecionados somaram, no mesmo período, o montante de R\$ 9.672.765.628 mil, enquanto as contas de PCLD somaram R\$ 426.747.251 mil, como pode ser visto na Tabela 15, abaixo.

TABELA 15 - SOMATÓRIO DAS CARTEIRAS DE CRÉDITO DOS BANCOS DA AMOSTRA – IFRS

ANOS	Carteira	Provisão	Valor Líquido	Despesa
2.009	1.392.533.006	72.865.883	1.319.667.123	40.984.587
2.010	1.701.397.510	72.269.699	1.629.127.811	54.502.511
2.011	2.009.998.736	85.939.455	1.924.059.281	68.284.784
2.012	2.338.026.940	102.713.336	2.235.313.604	90.304.925
2.013	2.230.809.436	92.958.878	2.137.850.558	71.395.224
Total	9.672.765.628	426.747.251	9.246.018.377	325.472.031

Fonte: Do autor, com base nas demonstrações contábeis publicadas pelas instituições financeiras verificadas.

No mesmo período as despesas somaram R\$ 371.367.857 e R\$ 325.472.031 respectivamente, nas demonstrações em BRGAAP e em IFRS.

Com base nas normas estabelecidas para a elaboração de cada balanço, era de se esperar que a carteira em IFRS tivesse saldos maiores em valores a receber e menores em provisões e despesas. Esta expectativa mostrou-se confirmada no período entre 2009 e 2012, com a carteira em IFRS acumulando R\$ 76.277.709 mil a mais que a carteira em BRGAAP. Porém no encerramento de 2013 muitas instituições financeiras republicaram seus balanços em IFRS – a maior parte republicou as três últimas demonstrações – e o valor acumulado das diferenças entre os dois padrões no período de 2009 a 2013 passou para R\$ 170.126.168 a maior em BRGAAP.

Nas duas situações, isto é, antes e depois dos ajustes dos balanços em IFRS os valores das provisões e das despesas permaneceram maiores nas demonstrações contábeis em BRGAAP, confirmando as expectativas iniciais.

A Tabela 16 abaixo apresenta os valores após os ajustes dos balanços em IFRS, evidenciando um volume acumulado a maior de provisões e despesas em BRGAAP no montante de R\$103.785.978 e R\$ 45.895.826, respectivamente. Percentualmente, a relação PCLD sobre operações de crédito em BRGAAP, ficou 22,17% maior que a relação PCLD sobre operações de crédito em IFRS. Da mesma forma, as despesas ficaram 12,13% maior nas demonstrações em BRGAAP.

TABELA 16 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA PROVISÃO E DAS DESPESAS SOBRE A CARTEIRA

Padrões	Carteira	Provisão	Percentual	Despesa	Percentual
BRGAAP	9.842.891.796	530.533.229	5,39%	371.367.857	3,77%
IFRS	9.672.765.628	426.747.251	4,41%	325.472.031	3,36%
Diferenças	170.126.168	103.785.978	122,17%	45.895.826	112,13%

Fonte: Do autor.

A partir dessas análises preliminares observaram-se diferenças entre os dois padrões de contabilidade. As provisões constituídas seguindo o BRGAAP são representadas pelo conservadorismo emanado do acordo da Basileia, o que resultaram em um maior volume de provisão. Em virtude das divergências conceituais e legais entre os dois modelos, as mesmas operações apresentaram menores volumes de provisões nas demonstrações em IFRS.

Em todos os anos analisados foi possível observar diferenças entre os dois modelos, notadamente em decorrência da assimetria dos conceitos de perdas esperadas e perdas incorridas, aliados à necessidade de um valor mínimo estabelecido pela Resolução nº 2.682 (BRASIL, 1999), em contraste com a liberdade de julgamento proporcionado pela norma internacional.

A Tabela 17, abaixo, reflete esta afirmação ao mostrar, ano a ano, os resultados obtidos da relação entre as provisões e as carteiras de crédito. Em todos os anos, os percentuais obtidos nos balanços elaborados com base no BRGAAP ficaram maiores que os obtidos nos balanços elaborados com base nas IFRS.

TABELA 17 - BANCOS DA AMOSTRA - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL

ANOS	PROVISÃO			DESPESA		
	BRGAAP	IFRS	Diferença %	BRGAAP	IFRS	Diferença %
2.009	6,57	5,23	25,62	4,62	2,94	56,98
2.010	5,28	4,25	24,33	3,16	3,20	-1,25
2.011	5,43	4,28	26,96	3,89	3,40	14,56
2.012	5,32	4,39	21,07	3,89	3,86	0,67
2.013	4,78	4,17	14,76	3,49	3,20	8,91
Total	5,39	4,41	22,17	3,77	3,36	12,13

Fonte: Do autor.

Isto significa que os critérios utilizados para a elaboração das demonstrações em IFRS, como aqueles descritos no tópico 2.2.2, notadamente a aplicação do conceito de “perda incorrida” e do reconhecimento de rendas em operações com imparidade, refletem um posicionamento de menor conservadorismo; ou olhando pelo outro lado, as normas emanadas do acordo de Basileia estão voltadas para uma legislação prudencial e procuram demonstrar um balanço com menor nível de risco de crédito, indo ao encontro da afirmação de Iudícibus (2000, p. 80) sobre o conservadorismo: “entre duas ou mais alternativas igualmente relevantes, o contador escolherá aquela que apresentar menor valor para o ativo ou para o lucro e/ou maior valor para o passivo”.

3.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Um primeiro aspecto que pode ser considerado uma limitação da pesquisa, refere-se ao alcance da Resolução nº 3.786 (BACEN, 2009b), ao estabelecer que somente as instituições constituídas sob a forma de companhia aberta (de forma direta ou indireta) ou que sejam obrigadas a manter comitê de auditoria nos termos da regulamentação em vigor devam elaborar e divulgar anualmente demonstrações contábeis consolidadas, adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Accounting Standards Committee Foundation (IASC Foundation)*. A norma, contudo, não proíbe a elaboração dessas demonstrações para as instituições não obrigadas.

Por outro lado, por força do Comunicado nº 14.259 (BACEN, 2006), as demonstrações contábeis em IFRS das instituições financeiras do SFN deverão ser elaboradas e divulgadas tendo por base as demonstrações consolidadas não trazendo, portanto, impactos fiscais sobre a apuração de tributos, ou de limites operacionais, ou mesmo sobre aspectos societários. O BACEN não criou um documento interno catalogado para a remessa dessas demonstrações pelas instituições ao órgão fiscalizador, limitando sua obrigatoriedade à divulgação, que geralmente é feita no *site* da própria instituição, e a manutenção de sua guarda por cinco anos à disposição da autarquia.

A estrutura da presente pesquisa, contemplando os objetivos, questão de pesquisa e metodologia aplicada, não possibilita nem tem por finalidade o exame relacionado a indícios de gerenciamento de resultados, o que poderia, contudo ser objeto de trabalhos futuros.

4 ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS

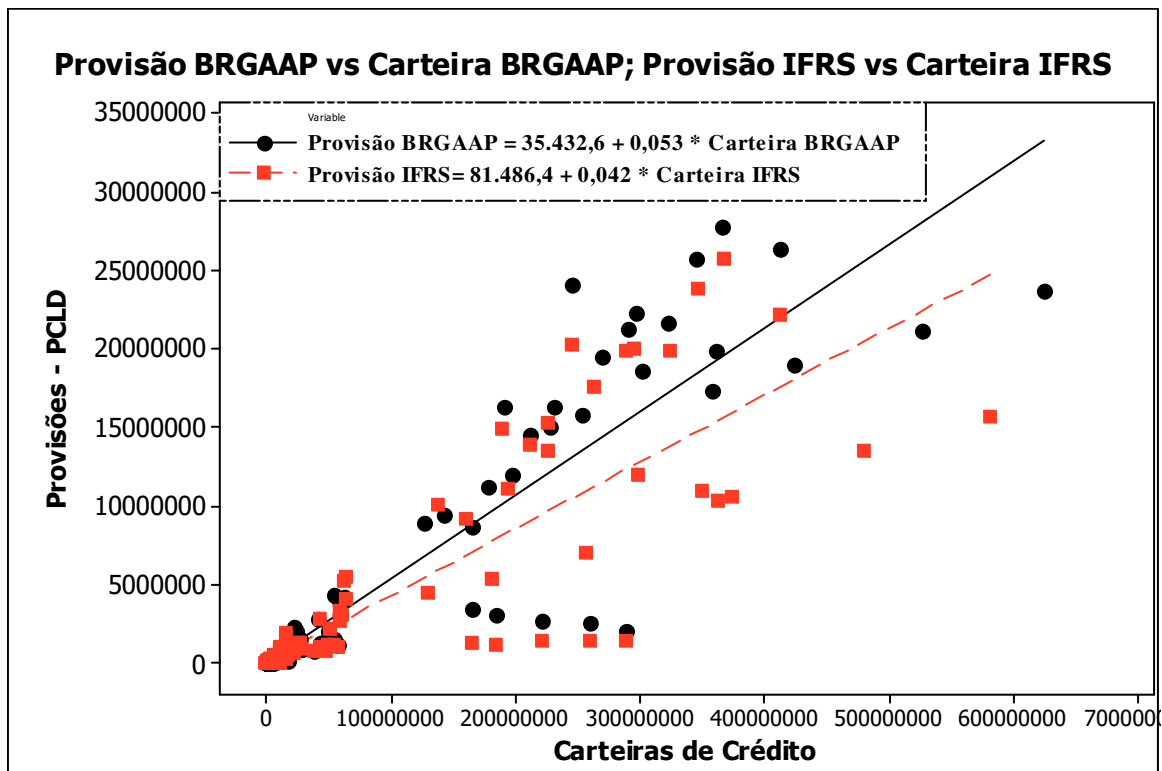
Este capítulo tem como objetivo, apresentar os resultados dos testes estatísticos comentados anteriormente e relacioná-los com alguns conceitos correspondentes aos procedimentos adotados na mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa estabelecidos para a elaboração das demonstrações financeiras nos padrões BRGAAP e IFRS.

A análise dos resultados está dividida em duas partes. Na primeira, foram discutidos os testes que visam atender ao primeiro objetivo do trabalho, que foi determinar se existiam diferenças entre os valores das provisões para créditos de difícil liquidação calculados pelos dois padrões de contabilização e se estas diferenças eram estatisticamente significantes. Na segunda parte, foram discutidos os testes que tinham como objetivo verificar se as variáveis independentes poderiam explicar as diferenças encontradas entre os dois padrões contábeis. Ou seja, procurou-se averiguar se as características das instituições financeiras, representadas pelas variáveis independentes, poderiam justificar maiores ou menores diferenças nos valores das provisões.

4.1 CONSERVADORISMO BRGAAP X IFRS

Em uma primeira abordagem foram examinados os gráficos que esboçam os modelos de regressão dos dois padrões de contabilidade e demonstram o comportamento da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A análise visual das retas permite observar que, o padrão IFRS tem uma inclinação menor, sugerindo a projeção de menores valores neste modelo. Por outro lado, o padrão BRGAAP apresenta uma menor dispersão em torno da reta, talvez por refletir uma norma mais rígida para a constituição da provisão, em comparação com o caráter mais subjetivo da norma internacional.

GRÁFICO 1 - REGRESSÃO PCLD X CARTEIRA DE CRÉDITOS – PADRÕES BRGAAP E IFRS



Fonte: Elaborado pelo autor através do Minitab® (2014).

Essas observações foram confirmadas pelas equações de regressão geradas pelo software Minitab ® 16, indicando um crescimento de 5,3% na carteira em BRGAAP e de 4,2% na carteira em IFRS, como abaixo representado.

$$\text{Provisão BRGAAP} = 35432,6 + 0,0531856 \text{ Carteira BRGAAP}$$

$$\text{Provisão IFRS} = 81486,4 + 0,0424734 \text{ Carteira IFRS}$$

Complementando os exames preliminares para a análise comparativa entre os dois padrões contábeis – BRGAAP e IFRS –, foram avaliadas as estatísticas descritivas (média, mediana, desvio padrão, coeficiente de variação, mínimo e máximo) extraídas a partir do cálculo da relação entre a provisão para créditos de liquidação duvidosa e a carteira de crédito de cada banco selecionado, em cada ano, e também um cálculo geral, contemplando todo o período de 2009 a 2013, nos dois padrões contábeis analisados. Os resultados das estatísticas descritivas estão apresentados na Tabela 18 abaixo.

TABELA 18 - ESTATÍSTICA DESCRITIVA - PCLD / OC

Ano	Padrão	Média	Mediana	Desvio	CoefVar	Máximo
2009	BRGAAP	5,02	4,96	2,72	54,15	13,19
	IFRS	4,05	3,84	2,67	65,75	9,91
2010	BRGAAP	4,18	3,30	3,56	85,18	20,12
	IFRS	3,48	3,01	3,28	94,29	19,01
2011	BRGAAP	4,02	4,16	2,49	61,86	10,61
	IFRS	3,18	2,75	2,24	70,54	9,58
2012	BRGAAP	4,08	3,89	2,29	56,13	9,23
	IFRS	3,54	2,93	2,56	72,22	11,02
2013	BRGAAP	4,50	3,96	2,42	53,70	9,33
	IFRS	4,03	3,70	2,81	69,83	11,59
2009 a 2013	BRGAAP	4,35	3,96	2,74	62,96	20,12
	IFRS	3,64	3,15	2,72	74,82	19,01

Fonte: Elaborado pelo autor através do Minitab® (2014).

Pode-se observar pela Tabela 18, que em todos os anos e também no cálculo geral que contempla todas as observações entre 2009 e 2013, as médias e as medianas representadas pelas participações das provisões para créditos de difícil liquidação nas carteiras com características de crédito foram maiores nas demonstrações contábeis elaboradas com base BRGAAP, sugerindo, assim, maior grau de conservadorismo nestas demonstrações.

Por outro lado, quando se examina o desvio padrão, constata-se que nos dois modelos os resultados estão bastante próximos. O coeficiente de variação auxilia na interpretação, pois avalia a relação entre o desvio padrão e a média. Quanto menor este coeficiente mais homogêneo é o conjunto de dados. Pela tabela observou-se que em todos os anos e também no cálculo geral contemplando todo o período, os valores atribuídos ao padrão IFRS eram maiores, refletindo, assim, maior dispersão de seus dados. Os resultados obtidos na coluna de coeficiente de variação corroboram com a informação visual no gráfico anterior, quanto à menor dispersão dos dados das demonstrações em BRGAAP.

Resta ainda saber se estas diferenças seriam relevantes. A diferença algébrica entre as médias e medianas obtidas pelos dois padrões contábeis fornece uma informação pobre para efeito de análise. Optou-se, então, pela análise da relação entre elas; isto é: calcular a diferença percentual entre as médias e medianas dos dois padrões contábeis a cada ano e no período todo. A Tabela 18 mostra que as diferenças percentuais entre as médias estavam variando

entre 12% e 26%, sempre maiores nas demonstrações em BRGAAP. Da mesma forma as diferenças percentuais entre as medianas apresentaram variações entre 7% e 51% maiores nas demonstrações BRGAAP. Na análise global do período as diferenças relativas chegaram a 19% e 25% para as médias e medianas, respectivamente.

TABELA 19 - DIFERENÇAS PERCENTUAIS DA PCLD/CARTEIRA DE CRÉDITO ENTRE OS DOIS PADRÕES CONTÁBEIS

Anos	Média	Mediana
2009	23,91	29,23
2010	20,07	9,84
2011	26,49	51,31
2012	15,17	32,49
2013	11,67	6,80
2009 a 2013	19,43	25,43

Fonte: Elaborado pelo autor através do Minitab® (2014).

Embora tais índices mostraram-se bastante expressivos, os resultados obtidos com a aplicação do Teste de Hipótese t de diferenças de médias – para dados emparelhados, confirmou, estatisticamente, aqueles achados.

Para a realização do teste de hipótese t de diferenças de médias para dados emparelhados foi utilizado o software Minitab ® 16. Foram efetuados sete testes, sendo um para cada ano pesquisado e um teste com os dados de todos os anos de forma conjunta. Adicionalmente, foi realizado um teste para o ano de 2013. com um nível de confiança menor. O teste global, incluindo todo o período, esta apresentado abaixo na Tabela 20. Todos os demais resultados estão demonstrados no APÊNDICE A .

TABELA 20 - TESTE GLOBAL – TESTE DE HIPÓTESE t DE DIFERENÇA DE MÉDIA

Padrão	N	Mean	StDev	SE Mean
BRGAAP GERAL	199	4,346	2,736	0,194
IFRS GERAL	199	3,639	2,722	0,193
Difference	199	0,707	1,305	0,093

Fonte: Elaborado pelo autor através do Minitab® (2014).

99% lower bound for mean difference: 0,4900 T crítico = 2,345

T-Test of mean difference = 0 (vs > 0): T-Value = 7,64 P-Value = 0,000

Para os testes foram utilizadas as seguintes hipóteses:

$$H_0: \mu_{BRGAAP} (-) \mu_{IFRS} = 0 \quad e \quad H_1: \mu_{BRGAAP} (-) \mu_{IFRS} > 0$$

Foi adotado o nível de significância de 0,01. Foram adotados também os resultados uni-caudal para valor-p e para o t crítico.

O valor-p obtido foi de 0,000 e, portanto menor que o nível de significância. Por outro lado, o limite inferior obtido no teste foi 0,4900, portanto acima de zero. Enquanto que o valor da estatística foi de 7,64 e, portanto maior que o valor obtido no teste e ao t crítico. Dessa forma, com os resultados obtidos a hipótese nula foi rejeitada.

Em síntese, em todos os cálculos foram adotados o nível de significância de $\alpha = 0,01$ e resultados uni-caudal para o valor-p e para o t crítico. Exceto no ano de 2013, em todos os outros anos examinados bem como no cálculo geral, incluindo todos os anos do período, os testes confirmam que as diferenças entre os dois padrões contábeis eram estatisticamente significantes, tanto quando se compara o valor da estatística encontrada com o t crítico, quanto ao se examinar o valor-p obtido em cada teste realizado com o nível de significância. Para o ano de 2013, foi realizado um novo teste adotando nível de significância de $\alpha = 0,05$, obtendo-se um resultado consistente com os outros anos. A Tabela 21 – Resumo dos Teste de Hipótese t – para dados emparelhados – Resultados, que contempla todos os resultados encontrados, esta apresentada abaixo.

TABELA 21 - RESUMO DOS TESTES DE HIPÓTESE t DE DIFERENÇAS DE MÉDIAS – PARA DADOS EMPARELHADOS

Ano	Padrão	Média	Mediana	Desvio Padrão	Teste de diferença de média				Sign.
					t encontrado	t crítico	valor-p	Resultados	
2009	BRGAAP	5,022	4,956	2,719	4,4151	2,4314	0,00004	BRGAAP > IFRS	**
	IFRS	4,053	3,835	2,665					
2010	BRGAAP	4,181	3,303	3,562	3,8497	2,4233	0,00021	BRGAAP > IFRS	**
	IFRS	3,482	3,007	3,283					
2011	BRGAAP	4,020	4,158	2,487	4,3582	2,4185	0,00004	BRGAAP > IFRS	**
	IFRS	3,178	2,748	2,241					
2012	BRGAAP	4,078	3,886	2,289	3,2818	2,4258	0,00109	BRGAAP > IFRS	**
	IFRS	3,541	2,933	2,557					
2013	BRGAAP	4,499	3,956	2,416	1,7655	1,6883	0,04298	BRGAAP > IFRS	*
	IFRS	4,029	3,704	2,813					
2009 a	BRGAAP	4,346	3,956	2,736	7,6816	2,3453	0,00000	BRGAAP > IFRS	**
2013	IFRS	3,639	3,154	2,722					

Sign. **; * indicam significância estatística a 1% e 5%, respectivamente.

Fonte: Elaborado pelo autor através do Minitab® (2014).

Assim, considerando-se os resultados do teste geral, incluindo todos os anos do período, pode-se concluir com 99% de confiança que as diferenças apuradas na constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa entre os dois padrões contábeis revelaram maior conservadorismo nas demonstrações contábeis elaboradas no padrão BRGAAP. Ou seja, a adoção das normas internacionais de contabilidade não aumentou o conservadorismo

na constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nas Demonstrações Contábeis Consolidadas das instituições financeiras, no Brasil, publicadas no período de 2009 até 2013.

Estes resultados são consistentes com Calcado et al. (2013), que avaliaram as diferenças entre os indicadores econômico-financeiros representativos dos blocos de análise da metodologia CAMELS dos bancos no Brasil em virtude do uso de diferentes padrões de contabilização, sendo um definido pelo IASB e outro estabelecido pelo BACEN e concluíram que, em todos os blocos analisados, foi possível observar diferenças estatisticamente significativas entre as médias e/ou medianas dos indicadores. Afirmaram que os testes aplicados sobre o indicador do bloco qualidade do ativo, definida como – Qualidade das operações de crédito = PCLD / Carteira de Crédito – revelaram diferenças significativas entre os padrões Cosif e IFRS, e que as provisões constituídas segundo o Cosif são delineadas pelo conservadorismo do órgão regulador, que resultaram em um maior volume de provisão.

Sterzeck (2011), concluiu que a convergência contábil não afetou o nível de conservadorismo nos lucros divulgados pelas instituições financeiras que tem ações negociadas na BM&FBOVESPA, mas constatou uma postura mais conservadora dessas instituições em relação à avaliação das respectivas carteiras de crédito, registrando que as despesas com PCLD foram menores em IFRS do que em BRGAAP.

Por outro lado, Balsari, Ozkan e Durak (2010), concluíram que a adoção do IFRS na Turquia aumentou tanto a tempestividade como o conservadorismo (reconhecimento assimétrico) dos ganhos, e que os impactos eram mais fortes para as empresas financeiras. Filipin et al. (2012) afirmaram que as demonstrações contábeis elaboradas segundo os IFRS, eram mais conservadoras do que as elaboradas segundo os BRGAAP nas empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA. Hamdan e Abzak (2011) analisando o nível de conservadorismo contábil nas empresas do Kuwait, concluíram que as demonstrações contábeis do setor financeiro no Kuwait Stock Exchange eram as mais conservadoras.

4.2 POSSÍVEIS FATORES EXPLICATIVOS DAS DIFERENÇAS

A análise se inicia com o exame da correlação de Pearson entre as variáveis independentes quantitativas e a variável dependente. Para efeito desta tabela, entende-se a variável BRGAAP como o quociente resultado da divisão tendo no numerador as contas de PCLD e no denominador a carteira com característica de crédito das demonstrações em BRGAAP; e

da mesma forma, para a variável IFRS. Existe uma correlação muito baixa entre as variáveis independentes PORTE e ROE e a variável dependente Y. A correlação entre as variáveis independentes também era baixa. Observou-se que variável ROE tinha uma correlação positiva com a variável dependente, isto é; na medida em que aumentava a rentabilidade, aumentavam, também, as diferenças entre os dois padrões contábeis. Ou de outra forma, bancos com maior rentabilidade tendem a apresentar maiores diferenças entre os saldos das PCLD.

Por outro lado, a variável PORTE tem uma correlação negativa com a variável dependente, indicando que na medida em que se aumentavam os ativos dos bancos reduziam-se as diferenças nos valores das provisões dos dois padrões contábeis. De outra forma, bancos maiores tendem a apresentar diferenças menores nas PCLD. As variáveis PORTE e ROE apresentavam correlação fraca e positiva, o que confirma uma situação esperada que o crescimento em valores absolutos dos resultados das instituições financeiras acompanham o crescimento de seus ativos totais. A correlação forte e positiva entre as variáveis BRGAAP e IFRS era esperada. A correlação destas variáveis com a variável dependente era fraca e trazia sinais contrários, indicando que o crescimento da variável BRGAAP leva ao crescimento da variável Y e que o crescimento da variável IFRS leva a uma redução da variável Y, tudo em correspondência com a forma do cálculo da variável dependente. A tabela abaixo representa os valores encontrados neste teste.

TABELA 22 - CORRELAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS QUANTITATIVAS

	Y	PORTE	ROE	BRGAAP
PORTE	-0,044	1,000		
ROE	0,156	0,186	1,000	
BRGAAP	0,248	0,251	-0,121	1,000
IFRS	-0,228	0,273	-0,196	0,887

Fonte: Elaborado pelo autor através do Minitab® (2014).

O software Minitab ® 16 calcula o teste Durbin-Watson Statistic que mede se existe correlação entre as variáveis. O valor desta estatística varia de 0 a 4 e como regra prática, se Durbin-Watson é inferior a 1,0, pode ser motivo de preocupação. O resultado apresentado no Durbin-Watson Statistic foi de 2,15102 confirmando, então, os resultados da correlação de Pearson.

Outro teste desenvolvido referia-se a estatística descritiva das variáveis independentes. No grupo das variáveis Controle os bancos públicos apresentavam maiores diferenças entre os dois padrões contábeis, porém os bancos privados, com 157 demonstrações contábeis, no período, apresentaram a maior dispersão com média de 0,62 e desvio padrão de 1,28. O desvio

padrão é a medida mais comum da dispersão estatística. Ele mostra o quanto de variação ou "dispersão" existe em relação à média. Um baixo desvio padrão indica que os dados tendem a estar próximos da média; um desvio padrão alto indica que os dados estão espalhados por uma gama de valores. Um desvio padrão pode ser considerado grande ou pequeno, dependendo da ordem de grandeza da variável. Uma maneira de se expressar a variabilidade dos dados, tirando a influência da ordem de grandeza da variável, é através do coeficiente de variação - CV, definido pelo quociente entre o desvio padrão e a média.

O CV é interpretado como a variabilidade dos dados em relação à média. Quanto menor o CV mais homogêneo é o conjunto de dados. Geralmente é apresentado em percentagem; um CV é considerado baixo (indicando um conjunto de dados razoavelmente homogêneo) quando for menor ou igual a 25%. Entretanto, esse padrão varia de acordo com a aplicação. Embora não seja fácil classificar um coeficiente de variação como baixo, médio, alto ou muito alto, mas este pode ser bastante útil, na comparação de duas variáveis ou dois grupos que a princípio não são comparáveis.

Na variável Capital os bancos nacionais com 139 demonstrações financeiras, no período, apresentaram as maiores diferenças entre os dois padrões contábeis com média de 0,81 e desvio padrão de 1,16, enquanto que os bancos com controle estrangeiro apresentaram média de 0,46 representando menores diferenças entre os dois padrões de contabilização mas com grande dispersão visto que o desvio padrão foi de 1,57 e o CV chegou a 339,41.

O exame da variável Listadas evidência que as instituições com ações em bolsas no Brasil e no exterior apresentaram as menores diferenças de provisões, com médias de 0,48, os menores desvios padrão com 0,47, os menores coeficiente de variação com 98,36 e também o menor contingente com apenas 18 demonstrações financeiras. As instituições não listadas apresentaram as maiores diferenças dentre os padrões contábeis com média de 0,94, desvio padrão de 1,56 evidenciando uma grande dispersão com CV de 166,53.

Finalmente, no grupo da variável Segmentos, as instituições que atuam no middle market apresentaram as menores diferenças entre os dois modelos contábeis, com média de 0,43, mas ainda assim com grande dispersão medidos pelo desvio padrão, com 0,73 e CV com 171,28. As instituições financeiras do segmento varejo registraram as maiores diferenças na comparação dos dois modelos com média de 1,03, com a menor dispersão do grupo, com 107,64. A tabela abaixo apresenta os resultados gerados pelo software Minitab ® 16.

TABELA 23 - ESTATÍSTICA DESCRITIVA – VARIÁVEIS QUALITATIVAS

Variáveis	Fatores	Média	Mediana	Desvio Padrão	Coef Variação	Obs.
CONTR	Público	1,02	1,06	1,33	130,03	42
	Privado	0,62	0,38	1,29	205,68	157
CAPIT	Estrangeiro	0,46	0,22	1,58	339,41	60
	Nacional	0,81	0,56	1,16	142,07	139
LIST	Só Brasil	0,56	0,42	0,87	155,84	88
	Brasil e Exterior	0,48	0,56	0,47	98,36	18
	Só no Exterior	0,84	0,46	1,83	215,26	44
	Não Listada	0,94	0,41	1,56	166,53	49
SEGM	Atacado	0,73	0,42	1,51	208,24	102
	Middle	0,43	0,23	0,73	171,28	35
	Varejo	1,03	0,65	1,11	107,64	29
	Desenvolvimento	0,66	0,59	1,18	177,92	33

Obs. Refere-se ao número de Demonstrações Contábeis examinadas.

Fonte: Elaborado pelo autor através do Minitab® (2014).

Fazendo uma leitura geral, procurando as menores diferenças entre os dois padrões contábeis, pode-se observar que as instituições que operavam no segmento de middle market, os bancos com capital estrangeiro e os conglomerados que estavam listados no Brasil e no exterior, apresentaram diferenças inferiores a meio ponto percentual, menos da metade das diferenças encontradas entre os bancos públicos e as instituições que atuavam no varejo que apresentaram diferenças acima de um ponto percentual, entre os dois modelos de contabilização.

Quanto à dispersão medida pelo coeficiente de variação, os resultados reclassificados mostraram que os conglomerados listados no Brasil e no exterior apresentaram o menor coeficiente de variação com 98,36, seguido das instituições do segmento varejo com 107,64, evidenciando que têm as menores dispersões entre os saldos de PCLD entre os dois modelos contábeis. Mesmo sendo os menores entre todos pesquisados, estes índices estão muito longe de ser considerados bons, indicando o quanto heterogêneo estão estes conjuntos de dados. O grupo de instituições que tem controle de capital estrangeiro apresentou o maior coeficiente de variação com 339,41.

A Tabela 24 – Estatística descritiva – variáveis quantitativas, abaixo, mostra que a média das diferenças entre os dois padrões contábeis era de 0,71 pontos percentuais, com dispersão medida pelo desvio padrão de 1,30. O coeficiente de variação de 183,64% indicava que os dados estavam bastante dispersos, fato que pode ser observado entre os valores máxi-

mo de 5,60 e mínimo de -5,95. A média de 0,71 correspondia à diferença das médias das duas variáveis BRGAAP com 4,35 e IFRS com 3,64. O retorno médio dos bancos pesquisados foi de 10,50% no período, com coeficiente de variação de 125,93%, refletindo uma grande dispersão, com a rentabilidade variando entre o máximo de 39,79% e o mínimo de -79,83%.

TABELA 24 - ESTATÍSTICA DESCRITIVA – VARIÁVEIS QUANTITATIVAS

Variáveis	Média	Mediana	Desvio Padrão	Coef. Variação	Máximo	Mínimo
Y	0,71	0,45	1,30	183,64	5,60	-5,95
PORTE	16,82	16,35	1,90	11,30	20,99	11,70
ROE	10,50	11,41	13,22	125,93	39,79	-79,83
BRGAAP	4,35	3,96	2,74	62,96	20,12	0,00
IFRS	3,64	3,15	2,72	74,82	19,01	0,00

Fonte: Elaborado pelo autor através do Minitab® (2014).

Também foram realizadas regressões lineares. A análise de regressão linear é uma técnica estatística de dependência, usada na análise do relacionamento entre uma única variável dependente e uma ou mais variáveis independentes tendo como objetivo, verificar se as variáveis independentes explicam uma variação significativa da variável dependente, assim como determina uma equação matemática que relaciona as variáveis independentes com a dependente.

Utilizando o software Minitab ® 16, foram realizadas as regressões lineares considerando os dados das instituições financeiras no final de cada ano pesquisado, bem como um teste incluindo todo o período de 2009 a 2013. Foram utilizadas todas as variáveis descritas no quadro de variáveis, adotando 95% como grau de confiança. O modelo de regressão linear é dado por: $Y = \beta_0 + \beta_1 \text{CONTR}_i + \beta_2 \text{CAPIT}_i + \beta_3 \text{PORT}_i + \beta_4 \text{ROE}_i + \beta_5 \text{LIST}_i + \beta_6 \text{SEGM}_i + \varepsilon_i$.

Onde,

Y é o valor da variável dependente – a diferença entre os valores de PCLD;

β_0 é o termo constante, é o ponto de interseção na reta;

β_1 a β_6 são coeficientes angulares;

CONTR_i , CAPIT_i , PORT_i , ROE_i , LIST_i , SEGM_i , são as variáveis independentes da instituição financeira;

ε_i é resíduo ou termo de erro.

Os resultados das regressões anuais calculadas pelo software Minitab ® 16 estão apresentados no APÊNDICE B. Os resultados dos testes globais são apresentados a seguir.

TABELA 25 - GENERAL REGRESSION ANALYSIS - 2009 A 2013

Variáveis	Coefficientes	Erro padrão	Estatística t	Valor-P	Signif.
Constante	4,130	1,215	3,399	0,001	***
CONTR					
Público	1,122	0,319	3,519	0,001	***
CAPIT					
Estrangeiro	-0,451	0,141	-3,205	0,002	***
PORT	-0,184	0,067	-2,731	0,007	**
ROE	0,012	0,007	1,670	0,097	*
LIST					
Não Listada	-0,235	0,214	-1,102	0,272	
Só Brasil	-0,661	0,207	-3,197	0,002	***
Brasil exterior	0,279	0,361	0,772	0,441	
SEGM					
Desenvolvim	-1,572	0,428	-3,673	0,000	***
Atacado	0,600	0,270	2,218	0,028	**
Middle	0,410	0,323	1,272	0,205	

Signif. ***,**, * indicam significância estatística a 1% ; 5% e 10%, respectivamente.

Fonte: Elaborado pelo autor através do Minitab® (2014).

Summary of Model

S = 1,20025 R-Sq = 19,66% R-Sq(adj) = 15,39%

PRESS = 296,047 R-Sq(pred) = 12,18%

TABELA 26 - ANÁLISE DA VARIÂNCIA - 2009 A 2013

Source	DF	Seq SS	Adj SS	Adj MS	F	Valor-P	Signif.
Regression	10	66,294	66,294	6,629	4,602	0,000	***
CONTR	1	5,213	17,844	17,844	12,387	0,001	***
CAPITAL	1	2,643	14,798	14,798	10,272	0,002	***
PORTE	1	1,300	10,748	10,748	7,461	0,007	***
ROE	1	4,655	4,016	4,016	2,788	0,097	*
LIST	3	25,669	21,942	7,314	5,077	0,002	***
SEG	3	26,815	26,815	8,939	6,205	0,000	***
Error	188	270,831	270,831	1,441			
Total	198	337,126					

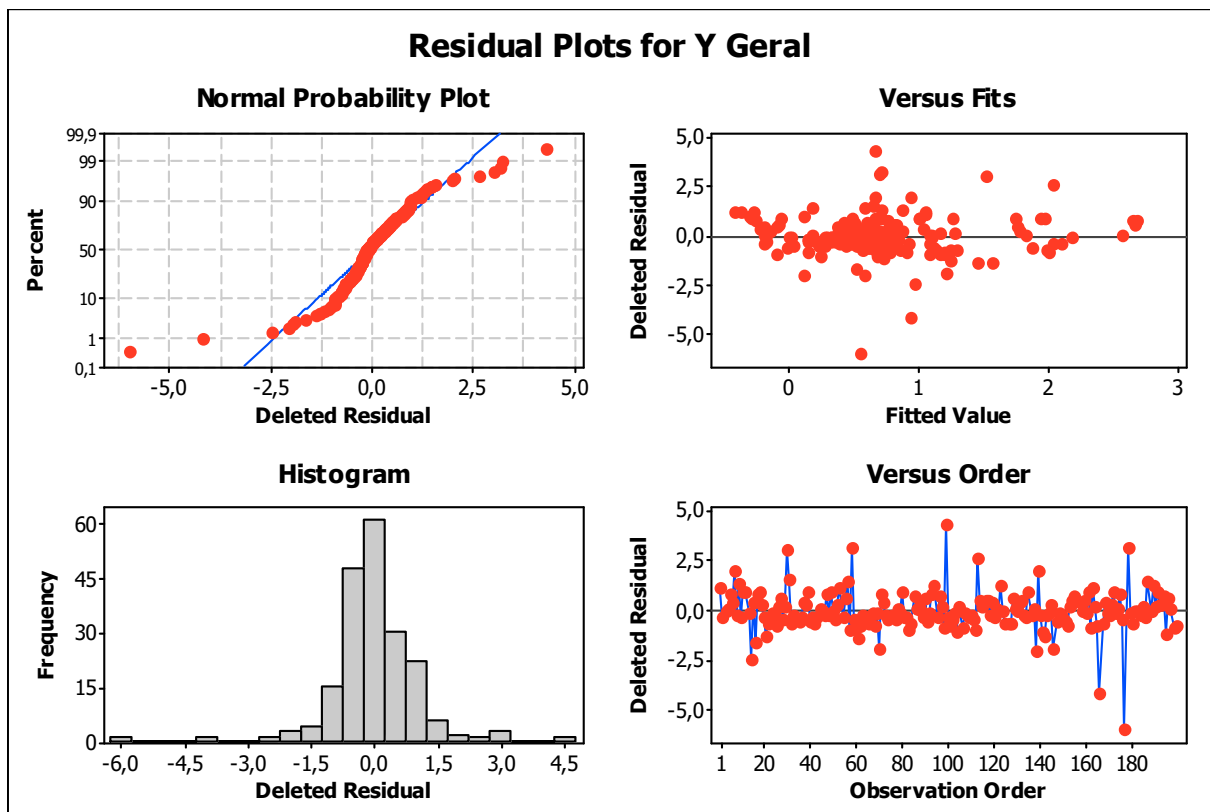
Signif. ***,**, * indicam significância estatística a 1% ; 5% e 10%, respectivamente.

Fonte: Elaborado pelo autor através do Minitab® (2014).

A análise dos coeficientes da regressão do período de 2009 a 2013 e a análise da variância mostram que a variável ROE não apresentou valor-p significativo. O coeficiente de determinação - R^2 - foi de 19,66%, mas quando se examina o R^2_{ajust} com 15,39% observa-se que tem um baixo poder explicativo da regressão.

Além das informações numéricas o software Minitab ® 16 gera também os gráficos para o exame dos resíduos. Os gráficos estão apresentados abaixo.

GRÁFICO 2 - REGRESSÃO 2009 A 2013 – ANÁLISE DE RESÍDUOS



Fonte: Elaborado pelo autor através do Minitab® (2014).

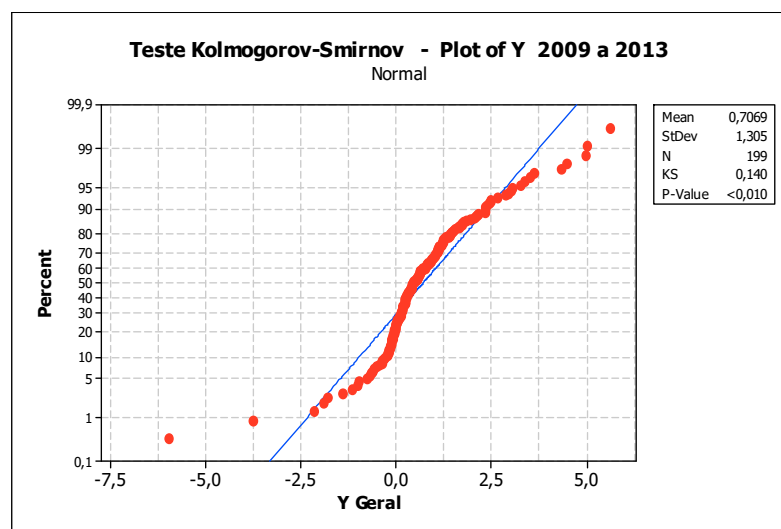
A análise de resíduos é um método utilizado para verificar se as suposições associadas a um modelo de regressão são válidas. Porém, mesmo se nenhuma violação for encontrada, não significa, necessariamente, que o modelo fornecera boas previsões.

- A linha azul (a reta do primeiro gráfico) é o percentil teórico da curva normal. Se os resíduos estiverem sobre a reta azul indica uma curva normal. Não é este o caso. O teste de Kolmogorov-Smirnov confirmou esta situação na regressão geral;
- No segundo gráfico (à direita), os resíduos devem estar dispersos uniformemente pela reta; no caso, tem uma grande concentração no início do gráfico e depois há uma dispersão grande. Existem muitos pontos com características de *outliers*;

- c. No terceiro gráfico (histograma), a forma deve ser de uma curva normal; e este quesito também não está atendido;
- d. No último gráfico, os pontos devem estar equidistantes da reta; no caso, embora uma grande parte atenda este quesito, ainda existem muitos pontos distantes da reta, identificados como *outliers*.

O software Minitab ® 16 calcula o teste de normalidade de Kolmogorov-Smirnov; o gráfico com os testes de normalidade está abaixo.

GRÁFICO 3 - TESTE DE KOLMOGOROV-SMIRNOV



Fonte: Elaborado pelo autor através do Minitab® (2014).

As condições para os Testes de Normalidade ($\alpha = 0,010$)

H_0 : resíduos possuem distribuição normal.

H_1 : resíduos não possuem distribuição normal.

Teste de Kolmogorov-Smirnov (D) = 0,140

Valor-p < 0,010 (rejeita-se a hipótese H_0)

No caso deve-se rejeitar a hipótese nula.

Se algum dos pressupostos não for atendido, não se tem uma boa regressão. Conforme Fávero (2009), em diversas áreas do conhecimento, incluindo a contabilidade, seria estranho que determinada variável de estudo fosse influenciada somente por meio de relação linear de variáveis explicativas. Neste estudo, embora algumas condições tivessem sido atendidas, não foi o suficiente para aceitar a regressão como boa, e o modelo de regressão linear como satisfatório, devendo, então, ajustar as variáveis para se ter um novo modelo.

Para ajustá-la podem-se introduzir variáveis ou mudar a escala, por exemplo, fazendo a transformação Box-Cox ou mesmo excluindo situações de *outliers*. A transformação Box-Cox não se mostrou viável, posto que, para implementá-la, não se pode ter variáveis com valor zero. Por outro lado, observou-se a presença de diversos pontos de possíveis *outliers*.

Os *outliers* podem afetar a qualidade da estatística do modelo e comprometer as inferências realizadas. Para o tratamento desse problema, optou-se um procedimento usual na literatura, que é a *winsorização*⁶ das variáveis. A *winsorização* consiste na ordenação das variáveis e na substituição dos valores extremos pelos valores não extremos a eles adjacentes (BARNETT; LEWIS, 1994, apud BRITO, 2010). A *winsorização* foi aplicada considerando 2,5% do total da amostra nas extremidades inferior e superior.

Considerando que a análise de todo o período trouxe um resultado melhor quando comparado com aqueles anuais, concentraram-se as novas análises apenas na regressão que contempla todo o período examinado. Os resultados da regressão com os dados ajustados estão abaixo:

TABELA 27 - GENERAL REGRESSION ANALYSIS 2009 A 2013 - WINSORIZAÇÃO 2,5%

Variáveis	Coefficientes	Erro padrão	Estatística t	Valor-P	Signif.
Constante	3,335	0,891	3,742	0,000	***
CONTR					
Público	1,246	0,214	5,825	0,000	***
CAPIT					
Estrangeiro	-0,366	0,099	-3,686	0,000	***
PORT	-0,133	0,050	-2,682	0,008	***
ROE	0,015	0,005	2,889	0,004	***
LIST					
Não Listada	-0,277	0,149	-1,851	0,066	*
Só Brasil	-0,607	0,146	-4,152	0,000	***
Brasil exterior	0,292	0,255	1,145	0,254	
SEGM					
Desenvolvim	-1,520	0,286	-5,322	0,000	***
Atacado	0,601	0,190	3,168	0,002	***
Middle	0,491	0,225	2,176	0,031	**

Signif. ***,**, * indicam significância estatística a 1% ; 5% e 10%, respectivamente.

Fonte: Elaborado pelo autor através do Minitab® (2014).

A estimativa do intercepto ($\beta_0 = 3,335$), o seu erro padrão (0,891), o valor da estatística para o teste $H_0: a = 0$ vs. $H_1: a \neq 0$ é $T = 3,742$ e o nível descritivo do teste é $P = 0,000$.

⁶ Método de tratamento de valores extremos proposto pelo engenheiro e bioestatístico Charles P. Winsor.

A estimativa da inclinação ($\beta_1 = 1,246$), o seu erro padrão (0,214), o valor da estatística para o teste $H_0: b = 0$ vs. $H_1: b \neq 0$ é $T = 5,825$ e o nível descritivo do teste é $P = 0,000$. Nestes dois casos a estatística t são significantes.

O exame dos p-valores indicou que a variável independente PÚBLICO apresentou-se significativa a 1% com efeitos positivos, indicando que maiores diferenças entre os dois padrões contábeis estão relacionados aos bancos de capital público. A variável independente ESTRANGEIRO foi significativa a 1% e apresentou efeitos negativos, indicando que menores diferenças entre os dois padrões contábeis estão relacionados aos bancos estrangeiros. A variável independente ROE foi significativa a 1% com efeitos positivos, indicando que os bancos com maiores rentabilidade apresentaram maiores diferenças entre os dois padrões contábeis. A variável PORT mostrou-se significativa a 1%, com efeitos negativos, indicando que as grandes instituições tendem a apresentar menores diferenças entre os dois padrões contábeis.

As variáveis independentes representando as instituições do segmento de DESENVOLVIMENTO e aquelas com ações LISTADAS só no Brasil, mostraram-se significativa a 1% e apresentaram efeitos negativos, indicando que menores diferenças entre os dois padrões contábeis estão relacionados aos bancos de desenvolvimento e bancos listados na BM&FBOVESPA. A variável independente MIDDLE foi significativa a 5% com efeitos positivos, indicando que os bancos que atuam neste segmento apresentaram maiores diferenças entre os dois padrões contábeis. A variável NÃO LISTADA mostrou-se significativa a 5%, com efeitos negativos, indicando que as instituições que não têm ações em bolsa tendem a apresentar menores diferenças entre os dois padrões contábeis. Finalmente, a variável LISTADA no Brasil e exterior não se mostrou estatisticamente significativa para explicar as diferenças entre os dois padrões contábeis.

Summary of Model

$S = 0,848633$ $R\text{-Sq} = 37,11\%$ $R\text{-Sq}(\text{adj}) = 33,77\%$
 $\text{PRESS} = 149,075$ $R\text{-Sq}(\text{pred}) = 30,76\%$

A estimativa do desvio padrão é $S = 0,848633$, o coeficiente de determinação (R^2) é $R\text{-Sq} = 37,11\%$ e o coeficiente de determinação ajustado (R^2 ajust) para o número de parâmetros é $R\text{Sq}(\text{adj}) = 33,77\%$, representando uma melhora em relação à situação anterior.

Na análise da variância, todas as variáveis apresentaram valor-p significativa. As variáveis CONTR (33,929) e CAPIT (13,584) apresentaram os melhores resultados para o teste F.

TABELA 28 - ANÁLISE DA VARIÂNCIA 2009 A 2013 – VINSORIZAÇÃO 2,5%

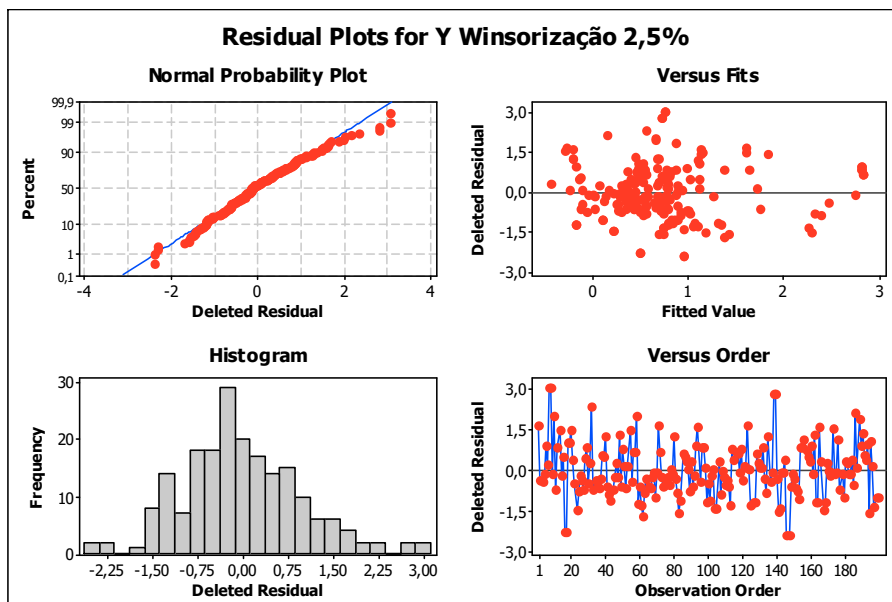
Source	DF	Seq SS	Adj SS	Adj MS	F	Valor-P	Signif.
Regression	10	79,900	79,900	7,990	11,095	0,000	***
CONTR	1	23,234	24,435	24,435	33,929	0,000	***
CAPITAL	1	0,770	9,783	9,783	13,584	0,000	***
PORTE	1	0,073	5,182	5,182	7,196	0,008	***
ROE	1	7,391	6,010	6,010	8,345	0,004	***
LIST	3	22,397	18,559	6,187	8,590	0,000	***
SEG	3	26,036	26,036	8,679	12,051		
Error	188	135,394	135,394	0,720			
Lack-of-Fit	178	135,394	135,394	0,761			
Pure Error	10	0,000	0,000	0,000			
Total	198	215,294					

Signif. ***,**, * indicam significância estatística a 1% ; 5% e 10%, respectivamente.

Fonte: Elaborado pelo autor através do Minitab® (2014).

Além das informações numéricas, o software Minitab ® 16 gera também os gráficos para o exame dos resíduos, que tem como objetivo analisar o atendimento aos pressupostos da regressão. Os gráficos estão apresentados abaixo.

GRÁFICO 4 - GRÁFICOS DE RESÍDUOS – 2009 A 2013 – EXCLUÍDOS OUTLIERS– VINSORIZAÇÃO 2,5%



Fonte: Elaborado pelo autor através do Minitab® (2014).

O exame dos gráficos dos resíduos mostrou grande melhora em relação à situação anterior, evidenciando que as variáveis independentes pudessem explicar de forma satisfatória as diferenças entre os dois padrões contábeis.

- Embora o gráfico de probabilidade normal apresentasse um padrão aproximadamente consistente com uma distribuição normal, o teste de Kolmogorov-Smirnov, abaixo, rejeita esta situação.
- O gráfico resíduos versus valores ajustados mostra um padrão aleatório, sugerindo que os resíduos tenham variância constante.
- No histograma pode-se observar uma curva aproximada da normal. No gráfico abaixo, esta situação pode ser melhor verificada.
- O gráfico de resíduos versus ordem mostra a ordem que os dados foram coletados e pode ser utilizado para encontrar erro não aleatório especialmente dos efeitos relacionados com o tempo.

O software Minitab ® 16 gera gráficos para teste de alguns pressupostos. O gráfico abaixo mostra o teste de normalidade de resíduos de Kolmogorov-Smirnov evidenciando o não atendimento deste pressuposto. Gera, também, o gráfico com a curva normal sobre o histograma dos resíduos, mostrando que o histograma tem um delineamento bastante próximo de uma curva normal.

GRÁFICO 5 - NORMALIDADE DE RESÍDUOS

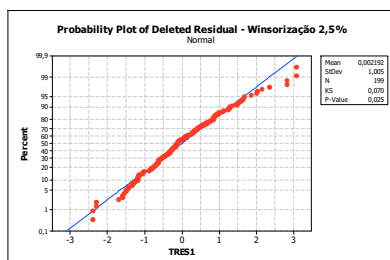
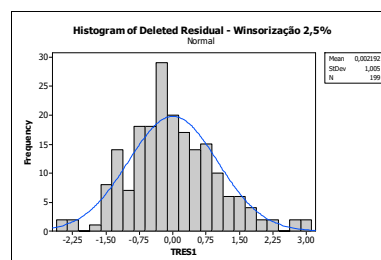


GRÁFICO 6 - HISTOGRAMA DOS RESÍDUOS



Fonte: Elaborado pelo autor através do Minitab® (2014).

Com base nos exames realizados, apenas o pressuposto da normalidade dos resíduos não foi atendido. Dessa forma pode-se, então, proceder a uma análise específica nos coeficientes identificando as características das instituições que apresentaram as maiores e menores diferenças nos valores das provisões para crédito de liquidação duvidosa, registrados nos dois padrões contábeis. Além dos resultados da regressão esta análise contemplou, também, os resultados obtidos na estatística descritiva.

No Quadro 3 – Diferenças entre os dois padrões, abaixo, pode-se observar que as instituições financeiras com controle público, as instituições que tem capital nacional, as instituições listadas só no exterior, além daquelas que operam no segmento do varejo, apresentaram as maiores diferenças entre os dois modelos contábeis. Também apresentaram maiores diferenças as instituições de menor porte e aquelas com maior rentabilidade sobre o patrimônio líquido.

QUADRO 3 - DIFERENÇAS ENTRE OS DOIS PADRÕES

Variáveis	Maiores Diferenças	Menores Diferenças
CONTROLE	Público	Privado
CAPITAL	Nacional	Estrangeiro
LISTADAS	Só no exterior	Só no Brasil
PORTE	Menores bancos	Maiores bancos
SEGMENTO	Varejo	Desenvolvimento
RENTABILIDADE	Maiores rentabilidades	Menores rentabilidades

Fonte: Do autor

Assim, os bancos do segmento de varejo, as instituições públicas, os grandes conglomerados, estão entre aqueles que apresentaram as maiores diferenças entre os dois padrões contábeis, enquanto que os conglomerados estrangeiros, os bancos com ações listadas em bolsas de valores, apresentaram as menores diferenças entre os dois padrões contábeis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conservadorismo faz parte do conjunto das práticas e procedimentos contábeis e foi classificado como um atributo da confiabilidade que compõe as características qualitativas da informação contábil. O *IASB* define o conservadorismo como o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos ou receitas não sejam superestimados e que passivos ou despesas não sejam subestimados. A ideia do conservadorismo é fornecer informações confiáveis aos seus usuários com o objetivo de apresentar uma visão justa e verdadeira das demonstrações contábeis.

Dentre as aplicações práticas do conservadorismo está a constituição de provisões. No caso das instituições financeiras, uma das principais provisões refere-se ao ajuste do valor de suas carteiras de crédito, isto é, a PCLD. Esta pesquisa examinou as diferenças entre os valores das provisões para crédito de liquidação duvidosa nas instituições financeiras calculadas com base nos padrões BRGAAP e IFRS.

O objetivo foi investigar se a convergência às normas internacionais proporciona alteração no nível de conservadorismo na constituição da PCLD nas demonstrações contábeis consolidadas de instituições financeiras no Brasil e para tanto examinou, empiricamente, se existiam diferenças entre os valores de PCLD calculados pelos dois padrões e se essas diferenças seriam estatisticamente significativas; verificou, também, se as características das instituições financeiras, isto é, seu porte, controle público ou privado, origem de capital, se estão listadas em bolsas de valores ou o segmento de atuação influenciam na constituição da PCLD.

Considerando-se que o exame das diferenças em valores absolutos não produziriam informações necessárias para essas análises, optou-se pelo exame das diferenças relativas e para tanto o valor da provisão para crédito de liquidação duvidosa, registrado nas demonstrações financeiras de cada instituição, foi dividido pelos respectivos valores das carteiras de crédito, em cada ano do período analisado. O procedimento foi repetido nos dois padrões contábeis. Os resultados encontrados indicaram o nível de risco que a instituição estava procurando mitigar. Quanto maior for este resultado, maior o conservadorismo empregado na gestão da instituição.

A amostra está composta por 43 (quarenta e três) instituições financeiras e as análises contemplaram o período de 2009 a 2013, perfazendo o exame de 414 demonstrações financeiras verificadas em conjunto com as respectivas notas explicativas. Algumas

instituições financeiras não apresentaram demonstrações financeiras em IFRS no período examinado.

Para atender ao primeiro objetivo e verificar se existiam e se eram significantes as diferenças entre os valores das provisões para crédito de difícil liquidação, registrados nos dois padrões contábeis, no final de cada ano, foram utilizadas técnicas de estatísticas descritivas, regressão e teste de hipótese de diferenças de médias para amostras pareadas.

O estudo das regressões das provisões e carteiras de créditos dos dois padrões contábeis projetou um valor maior de provisões para as demonstrações elaboradas com base no BRGAAP, assim como, uma menor dispersão em torno da reta. Esta situação mostrou-se confirmada pela análise das estatísticas descritivas, notadamente quando se examinou as médias e as medianas, sempre maiores nas demonstrações em BRGAAP e dos coeficientes de variação que se mostraram maiores, em todos os anos examinados, nas demonstrações em IFRS.

Para os testes de diferenças de média foram aplicados os testes de hipóteses t (Student) para dados emparelhados, adotando as seguintes hipóteses:

$$H_0: \mu_{\text{BRGAAP}} (-) \mu_{\text{IFRS}} = 0 \quad \text{e} \quad H_1: \mu_{\text{BRGAAP}} (-) \mu_{\text{IFRS}} > 0$$

Foram aplicados testes para cada ano pesquisado e também um teste global incluindo todos os anos. Para todos os casos, foi adotado o nível de significância de 0,01; para o valor-p e o t crítico foram utilizados os resultados uni-caudal. Em todos os testes realizados, a hipótese nula foi sempre rejeitada, exceto no ano de 2013 que teve o teste repetido adotando o nível de significância de 0,05, quando a hipótese nula também foi rejeitada. Com base nos testes realizados, pode-se concluir que as demonstrações em BRGAAP são mais conservadoras que as demonstrações em IFRS.

Para atender ao segundo objetivo e verificar se as características das instituições financeiras, isto é, seu porte, controle público ou privado, origem de capital, se estão listadas em bolsas de valores ou o segmento de atuação poderiam influenciar na constituição da PCLD, foram utilizadas análise de correlação, técnicas de estatísticas descritivas e de regressão linear.

O estudo das correlações mostra que as variáveis independentes tem baixa correlação entre si e com a variável dependente. Ainda que fracas, as correlações revelaram que bancos

maiores tendem a apresentar diferenças menores nas PCLD e que bancos com maior rentabilidade, tendem a apresentar maiores diferenças entre os saldos das PCLD.

No exame das estatísticas descritivas, a variável Controle apresentou a maior média com 0,82, indicando as maiores diferenças entre as duas PCLD, enquanto que a variável Capital apresentou a menor diferença com 0,64. As variáveis Listadas e Segmentos ficaram com 0,70 e 0,71, respectivamente.

Quanto ao exame das regressões, os resultados não apresentaram valores estatisticamente significantes e os pressupostos também não foram atendidos. Observou-se a ocorrência e possíveis *outliers*. Os testes foram refeitos, excluindo os efeitos dos outliers, utilizando a técnica da *winsorização*. Os coeficientes obtidos na nova regressão apresentaram valores estatisticamente significantes, e apenas o pressuposto da normalidade dos resíduos não foi atendido.

Diante dos resultados obtidos no primeiro objetivo, considerando-se o teste global, pode-se concluir, com 99% de confiança, que as diferenças encontradas são significantes, isto é: as provisões para crédito de difícil liquidação constituídas com base no BRGAAP são mais conservadoras que as PCLD constituídas com base nas IFRS, ou seja, a convergência contábil não aumentou o nível de conservadorismo na constituição da PCLD nas demonstrações financeiras examinadas, publicadas no Brasil, no período de 2009 a 2013. Porém tal situação sugere maior risco para as instituições financeiras.

No segundo objetivo, a análise dos coeficientes de regressão em conjunto com os resultados das estatísticas descritivas foi possível identificar grupos de instituições financeiras que apresentavam maiores e menores diferenças entre os dois padrões contábeis, ou seja, algumas características das instituições financeiras que poderiam estar influenciando a constituição da provisão.

Como sugestão para futuros trabalhos, poderiam ser estudados os reflexos da adoção do IFRS 9 que vai modificar a IAS 39, e trará importantes alterações na mensuração e reconhecimento da PCLD, principalmente quanto à aplicação do conceito de perdas esperadas.

Embora no caso das instituições financeiras, as demonstrações contábeis consolidadas em IFRS, não são utilizadas pelo órgão fiscalizador como parâmetros para avaliar os aspectos regulatórios, societários e de limites operacionais, cabe destacar que, as diferenças apuradas nos testes empíricos, demonstraram o quanto é importante a utilização das normas internacionais de contabilidade, sob o ponto de vista dos usuários da informação – tanto para o investi-

dor, no caso de um banco listado em alguma bolsa de valores, como para um organismo internacional fornecedor de recursos, para análise do risco de crédito – visto que, o registro de uma mesma operação, pode ser influenciado em razão da utilização de diferentes padrões contábeis, com técnicas de reconhecimento e mensuração específicas. A utilização de diferentes padrões contábeis geram resultados diferentes, os quais poderiam ser inviáveis para a comparação entre as demonstrações contábeis e conseqüentemente, para a tomada de decisões.

REFERÊNCIAS

AMARAL, J. V.; RICCIO, E. L.; SAKATA, M. G. Conservadorismo contábil ainda é discutido? **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 8, n. 1, p. 70-85, 2012.

AMOR-TAPIA, B. et al. Earnings conservatism and litigation exposure in the banking industry. **Revista Española de Financiación y Contabilidad**, [S.l.], v. 40, n. 152, p. 556-585, dic. 2011. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1786352>. Acesso em 27 abr. 2014.

ANDRE, P.; FILIP, A.; PAUGAN, L. **Accounting conservatism in Europe and the Impact of mandatory IFRS adoption**: do country, institutional and legal differences survive? Aug. 2013. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1979748>>. Acesso em: 23 set. 2013.

ANJOS, S. O. **Abertura**: 13ª Semana de Contabilidade do Banco Central do Brasil. 2010. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/evento/arquivos/2010_8_121/sergio%20odilon.pdf>. Acesso em: 28 out. 2012.

BALL, R. J.; SHIVAKUMAR, L. Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness. **Journal of Accounting and Economics**, Amsterdam, v. 39, n. 1, p. 82-129, Feb. 2005a. Disponível em: <http://faculty.london.edu/ISHIVAKUMAR/Ernqual2004_10_19.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2013.

_____; _____. **The role of accruals in asymmetrically timely gain and loss recognition**. Jan. 2005b. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=649681>. Acesso em: 20 ago. 2013

_____; KOTHARI, S. P.; ROBIN, A. The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings. **Journal of Accounting and Economics**, Amsterdam, v. 29, n. 1, p. 1-51, Feb. 2000.

BALSARI, K. C.; OZKAN, S.; DURAK, G. Earnings conservatism in pre - and post - IFRS periods in turkey: panel data evidence on the firm specific factors. **Accounting and Management Information Systems**, [S.l.], v. 9, n. 3, p. 403-421, 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **50 maiores bancos e o consolidado do Sistema Financeiro Nacional**. [2014a]. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/top50/port/top50.asp>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

_____. **Carta-Circular nº 3435** de 10 de março de 2010. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/c_circ/2010/pdf/c_circ_3435_v1_O.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2013.

_____. **Comunicado nº 14.259**, de 10 de março de 2006. Brasília, DF, 2006.

_____. **Notas econômico-financeiras para a imprensa**. Fev. 2014b. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPOM>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

_____. **Resolução nº 2.682**, de 21 de dezembro de 1999. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2682_v2_L.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2013.

_____. **Resolução nº 2.697**, de 24 de fevereiro de 2000. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2000/pdf/res_2697_v1_O.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2013.

_____. **Resolução nº 3.786**, de 24 de setembro de 2009. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2009/pdf/res_3786_v1_O.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2013.

BARTH, M. E. Standard-setting measurement issues and the relevance of research. **Accounting and Business Research**, [S.l.], v. 37, Special Issue: International Accounting Policy Forum, p. 7-15, 2007. Supplement 1.

BASU, S. Discussion of conditional and unconditional conservatism: concepts and modeling. **Review of Accounting Studies**, [S.l.], v. 10, n. 2-3, p. 311-321, Sept. 2005.

_____. The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. **Journal of Accounting and Economics**, Amsterdam, v. 24, n. 1, p. 3-37, Dec. 1997. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0165410197000141>>. Acesso em: 12 out. 2012.

BRAGA, J. P. **Padrões contábeis, Incentivos econômicos e reconhecimento assimétrico de perdas**. 2011. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BRASIL. **Lei nº 4.595**, de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.htm>. Acesso em: 04 jul. 2009.

_____. **Lei nº 11.638**, 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em: 04 jul. 2009.

_____. **Lei nº 11.941**, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto... Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/leis/2009/lei11941.htm>>. Acesso em: 20 maio 2012.

BRITO, G. A. S. **Conservadorismo contábil e o custo do crédito bancário no Brasil**. 2010. 171 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CALCADO, E. D. et al. Indicadores econômico-financeiros dos bancos brasileiros: impactos associados aos padrões contábeis do IASB e do BCB. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 13., 2013, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: FEA, 2013. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos132013/150.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2014.

CHIQUETO, F. Impactos na provisão para devedores duvidosos dos bancos europeus listados na bolsa de Nova Iorque após a adoção das normas internacionais de contabilidade. 2008. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

COELHO, A. C. D. **Qualidade informacional e conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil**. 2007. 249 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. **Estudo sobre as diferenças e similaridades das normas internacionais de contabilidade (IFRS) e as normas e práticas contábeis brasileiras**. 2008. Disponível em: <www.cvm.gov.br>. Acesso em: 01 out. 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução CFC nº 1.055**, de 07 de outubro de 2005. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis e dá outras providências. 2005. Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001055>. Acesso em: 29 set. /2012.

_____. **Resolução CFC nº 1.282**, de 28 de maio de 2010a. Atualiza e consolida dispositivos da Resolução CFC n.º 750/93, que dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Disponível em: <www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1282.doc>. Acesso em: 30 set. 2012.

_____. **Memorando de Entendimentos entre a junta de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)**. 2010b. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pdf/MoU.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2013.

COPELAND, T. E.; WESTON, J. F.; SHASTRI, K. **Financial theory and corporate policy**. 4th ed. Boston: Addison Wesley, 2005.

DIEGUEZ, M.; HALLBAUER, R. Conservatism versus verifiability and relevance. **The Business Review**, Cambridge, v. 16, n. 2, p. 282-288, Dec. 2010.

ERNST & YOUNG; FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTABÉIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS (FIPECAFI). **Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras**. São Paulo: Atlas, 2009.

FÁVERO, L. P. et al. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FERREIRA JÚNIOR, G.; ROCHA, J. S.; CARVALHO JUNIOR, C. O nível de conservadorismo em decisões contábeis: um estudo com profissionais da área contábil. In: CONGRESSO VIRTUAL BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO – CONVIBRA, 8., 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: CONVIBRA, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/15414/1/O%20n%C3%ADvel%20de%20conservadorismo%20em%20decis%C3%B5es%20cont%C3%A1beis.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2013.

FILIPIN, R. et al. Análise do nível de conservadorismo condicional das empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA após a adoção dos IFRS. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 24-36, maio/ago. 2012.

FORTE, S. H. A. C. **Tipologias dos bancos no Brasil**. 1995. 288 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Faculdade Getúlio Vargas, São Paulo, 1995.

GONÇALVES, J. C. et al. Análise do impacto do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil: Um estudo com base na relevância da informação contábil. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 12., São Paulo, 2012. **Anais eletrônicos...** São Paulo: FEA, 2012. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos122012/404.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2013.

HAMDAN, A.; ABZAK, M. Factors influencing the level of accounting conservatism in the Financial Statements. **International Business Research**, Toronto, v. 4, n. 3, p. 145-155, July 2011.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Em 2013, PIB cresce 2,3% e totaliza R\$ 4,84 trilhões**. 2014. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2591>>. Acesso em: 27 fev. 2014.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB). **Framework for the preparation and presentation of financial statements**. Apr. 2001. Disponível em: <http://www.tim.ethz.ch/education/courses/courses_fs_2009/course_copfi_fs_2009/IFRS_Framework.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2013.

_____. **International Accounting Standards - IAS 39: Financial instruments: recognition and measurement**. 2011. Disponível em: <http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/docs/consolidated/ias39_en.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2013.

_____. **International Accounting Standards - IAS 36: Impairment of assets**. 2010a. Disponível em: <http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/docs/consolidated/ias36_en.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2013.

_____. **The conceptual framework for financial reporting**. Issued by the IASB in Sept. 2010b. Disponível em: <<http://eifrs.iasb.org/eifrs/bnstandards/en/framework.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2014.

INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS (IFRS). **Who we are and what we do**. Jan. 2014. Disponível em: <http://www.ifrs.org/The-organisation/Documents/WhoWeAre_JAN-2014_ENG.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2014.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2000.

LARA, J.; OSMA, B.; PENALVA, F. **Information effects of conservatism in accounting**. London, Dec. 2013. (European Accounting Review). No prelo. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1920356>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

LEMES, S. **Aspectos da gestão econômica na atividade de bovinocultura**. 1996. 255 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da contabilidade**: uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2005.

MACHADO, L. H. B.; DIAS FILHO, J. M. Abordagens da pesquisa em contabilidade. In: IUDÍCIBUS, S.; LOPES, A. B. (Coords.). **Teoria avançada da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004. p. 15-64.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. São Paulo: Atlas, 2007.

MINITAB. c2014. Disponível em: <<http://www.minitab.com/pt-br/>>. Acesso em: 28 fev. 2014.

MIRANDA, V. L. Impacto da adoção das IFRS (International Financial Reporting Standards) em indicadores econômicos financeiros de bancos de alguns países da União Europeia. 2008. 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MOREIRA, R. L.; COLAUTO, R. D. Conservadorismo condicional: estudo a partir do reconhecimento antecipado de perdas econômicas no resultado. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 21, n. 4, p. 157-187, out./dez. 2010.

NIYAMA, J. K.; GOMES, A. L. O. **Contabilidade de instituições financeiras**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____; SILVA, C. A. T. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

PONTES, L. T. Efeitos da ressalva sobre o conservadorismo contábil: evidências empíricas de mudanças no grau de conservadorismo. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 6., 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: FEA, 2009. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos92009/55.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2013.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Caracterização da pesquisa em contabilidade. In: BEUREN, I. M. (Org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004. p. 76-97.

RELATÓRIO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA. Brasília: Banco Central do Brasil, v. 12, n. 2, p. 1-65, set. 2013. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2013_09/refP.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2014.

_____. Brasília: Banco Central do Brasil, v. 13, n. 1, p. 1-69, mar. 2014. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2014_03/refP.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2014.

RIAHI-BELKAOUI, A. **Accounting theory**. London: Thompson, 2005

SALTER, S. B.; NISWANDER, F. Cultural influence on the development of accounting systems internationally: a test of Gray's (1988) theory. **Journal of International Business Studies**, Basingstoke, v. 26, n. 2, p. 379-397, Second Quarter 1995. Disponível em: <<http://search.proquest.com/docview/197156305/fulltextPDF/3044C69C16B74F55PQ/1?accountid=34586>>. Acesso em: 28 out. 2013.

SANTOS, E. S.; CIA, J. N. S.; CIA, J. C. US GAAP x normas brasileiras: mensuração do impacto das diferenças de normas no lucro duplamente reportado pelas empresas brasileiras emissoras de ADRS na NYSE. **RAM – Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 82-111, jan./fev. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-69712011000100004&script=sci_arttext>. Acesso em: 01 fev. 2013.

SOARES, C.; NEIVA, J. R. O conservadorismo contábil e seu efeito no patrimônio das empresas. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 7. 2007, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: FEA, 2007. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos72007/520.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2013.

STERZECK, G. **Efeito da convergência contábil sobre o conservadorismo das instituições financeiras**. 2011. 97 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

STEVENSON, W. J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Harbara, 2001.

WANG, R. Operating risk and accounting conservatism: an empirical study. **The International Journal of Business and Finance Research**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 55-68, Jan. 2013.

WATTS, R. L. Conservatism in accounting – part I: explanations and implications. **Accounting Horizons**, Sarasota, v. 17, n. 3, p. 207-221, Sept. 2003. Disponível em: <<http://aaajournals.org/doi/abs/10.2308/acch.2003.17.3.207>>. Acesso em: 26 out. 2013.

APÊNDICE A – TESTE DE HIPÓTESE T DE DIFERENÇAS DE MÉDIAS PARA DADOS EMPARELHADOS

Para o teste de hipótese t de diferenças de médias foi utilizado o software Minitab ® 16. Foram realizados sete testes, sendo um para cada ano pesquisado e um teste com os dados de todos os anos de forma conjunta. Adicionalmente foi realizado um teste para o ano de 2013 com um nível de confiança menor. Os resultados estão apresentados a seguir.

a) Teste de diferença de média - Paired T-Test and CI: BRGAAP 2009; IFRS 2009

Paired T for BRGAAP 2009 - IFRS 2009

Padrão	N	Mean	StDev	SE Mean
BRGAAP 2009	38	5,022	2,719	0,441
IFRS 2009	38	4,053	2,665	0,432
Difference	38	0,970	1,354	0,220

99% lower bound for mean difference: 0,436 T crítico = 2,431

T-Test of mean difference = 0 (vs > 0): T-Value = 4,42 P-Value = 0,000

Para os testes foram utilizadas as seguintes hipóteses:

$$H_0: \mu_{\text{BRGAAP}} (-) \mu_{\text{IFRS}} = 0 \quad \text{e} \quad H_1: \mu_{\text{BRGAAP}} (-) \mu_{\text{IFRS}} > 0$$

Foi adotado o nível de significância de 0,01. Foram adotados também os resultados uni-caudal para valor-p e para o t crítico.

O valor-p obtido foi de 0,000 e, portanto menor que o nível de significância. Por outro lado, o limite inferior obtido no teste foi 0,436, assim sendo, ficou acima de zero. Enquanto que o valor da estatística foi de 4,42 e, portanto maior que aquele limite obtido e ao t crítico. Dessa forma, com os resultados obtidos a hipótese nula foi rejeitada.

b) Teste de diferença de média - Paired T-Test and CI: BRGAAP 2010; IFRS 2010

Paired T for BRGAAP 2010 - IFRS 2010

Padrão	N	Mean	StDev	SE Mean
BRGAAP 2010	41	4,181	3,562	0,556
IFRS 2010	41	3,482	3,283	0,513
Difference	41	0,700	1,164	0,182

99% lower bound for mean difference: 0,259 T crítico = 2,423

T-Test of mean difference = 0 (vs > 0): T-Value = 3,85 P-Value = 0,000

Para os testes foram utilizadas as seguintes hipóteses:

$$H_0: \mu_{\text{BRGAAP}} (-) \mu_{\text{IFRS}} = 0 \quad \text{e} \quad H_1: \mu_{\text{BRGAAP}} (-) \mu_{\text{IFRS}} > 0$$

Foi adotado o nível de significância de 0,01. Foram adotados também os resultados uni-caudal para valor-p e para o t crítico.

O valor-p obtido foi de 0,000 e, portanto menor que o nível de significância. Por outro lado, o limite inferior obtido no teste foi 0,259, assim sendo, ficou acima de zero. Enquanto que o valor da estatística foi de 3,85 e, portanto maior que o valor obtido no teste e ao t crítico. Dessa forma, com os resultados obtidos a hipótese nula foi rejeitada.

c) Teste de diferença de média - Paired T-Test and CI: BRGAAP 2011; IFRS 2011

Paired T for BRGAAP 2011 - IFRS 2011

Padrão	N	Mean	StDev	SE Mean
BRGAAP 2011	43	4,020	2,487	0,379
IFRS 2011	43	3,178	2,241	0,342
Difference	43	0,843	1,268	0,193

99% lower bound for mean difference: 0,375 T crítico = 2,419

T-Test of mean difference = 0 (vs > 0): T-Value = 4,36 P-Value = 0,000

Para os testes foram utilizadas as seguintes hipóteses:

$$H_0: \mu_{\text{BRGAAP}} (-) \mu_{\text{IFRS}} = 0 \quad \text{e} \quad H_1: \mu_{\text{BRGAAP}} (-) \mu_{\text{IFRS}} > 0$$

Foi adotado o nível de significância de 0,01. Foram adotados também os resultados uni-caudal para valor-p e para o t crítico.

O valor-p obtido foi de 0,000 e, portanto menor que o nível de significância. Por outro lado, o limite inferior obtido no teste foi 0,375, assim sendo, ficou acima de zero. Enquanto que o valor da estatística foi de 4,36 e, portanto maior que o valor obtido no teste e ao t crítico. Dessa forma, com os resultados obtidos a hipótese nula foi rejeitada.

d) Teste de diferença de média - Paired T-Test and CI: BRGAAP 2012; IFRS 2012

Paired T for BRGAAP 2012 - IFRS 2012

Padrão	N	Mean	StDev	SE Mean
BRGAAP 2012	40	4,078	2,289	0,362
IFRS 2012	40	3,541	2,557	0,404
Difference	40	0,538	1,036	0,164

99% lower bound for mean difference: 0,140 T crítico = 2,42584

T-Test of mean difference = 0 (vs > 0): T-Value = 3,28 P-Value = 0,001

Para os testes foram utilizadas as seguintes hipóteses:

$H_0: \mu_{BRGAAP} (-) \mu_{IFRS} = 0$ e $H_1: \mu_{BRGAAP} (-) \mu_{IFRS} > 0$

Foi adotado o nível de significância de 0,01. Foram adotados também os resultados uni-caudal para valor-p e para o t crítico.

O valor-p obtido foi de 0,001 e, portanto menor que o nível de significância. Por outro lado, o limite inferior obtido no teste foi 0,140, assim sendo, ficou acima de zero. Enquanto que o valor da estatística foi de 3,28 e, portanto maior que o valor obtido no teste e ao t crítico. Dessa forma, com os resultados obtidos a hipótese nula foi rejeitada.

e) Teste de diferença de média - Paired T-Test and CI: BRGAAP 2013; IFRS 2013

Paired T for BRGAAP 2013 - IFRS 2013

Padrão	N	Mean	StDev	SE Mean
BRGAAP 2013	37	4,499	2,416	0,397
IFRS 2013	37	4,029	2,813	0,463
Difference	37	0,471	1,66	0,273

99% lower bound for mean difference: -0,194 T crítico = 2,4345

T-Test of mean difference = 0 (vs > 0): T-Value = 1,72 P-Value = 0,047

Para os testes foram utilizadas as seguintes hipóteses:

$H_0: \mu_{BRGAAP} (-) \mu_{IFRS} = 0$ e $H_1: \mu_{BRGAAP} (-) \mu_{IFRS} > 0$

Foi adotado o nível de significância de 0,01. Foram adotados também os resultados uni-caudal para valor-p e para o t crítico.

O valor-p obtido foi de 0,047 e, portanto maior que o nível de significância. O limite inferior obtido no teste foi -0,194 e, portanto menor que zero. Por outro lado o valor da estatística foi de 1,72 e, portanto menor que o t crítico e na área de aceitação de H_0 . Dessa forma, com os resultados obtidos aceita-se a hipótese nula; isto é as medias são iguais.

f) Teste de diferença de média - Para este ano foi feito em teste adicional com nível de confiança de 95%, tendo por objetivo alcançar um patamar de aceitação da hipótese alternativa. Paired T-Test and CI: BRGAAP 2013; IFRS 2013

Paired T for BRGAAP 2013 - IFRS 2013 - 95%

Padrão	N	Mean	StDev	SE Mean
BRGAAP 2013	37	4,499	2,416	0,397
IFRS 2013	37	4,029	2,813	0,463
Difference	37	0,471	1,66	0,273

95% lower bound for mean difference: 0,010 T crítico = 1,688

T-Test of mean difference = 0 (vs > 0): T-Value = 1,72 P-Value = 0,047

Para os testes foram utilizadas as seguintes hipóteses:

$$H_0: \mu_{BRGAAP} (-) \mu_{IFRS} = 0 \quad e \quad H_1: \mu_{BRGAAP} (-) \mu_{IFRS} > 0$$

Foi adotado o nível de significância de 0,05. Foram adotados também os resultados uni-caudal para valor-p e para o t crítico.

O valor-p obtido foi de 0,047 e, portanto menor que o nível de significância. Por outro lado, o limite inferior obtido no teste foi 0,010, assim sendo, ficou acima de zero. Enquanto que o valor da estatística foi de 1,72 e, portanto maior que aquele limite obtido e ao t crítico. Dessa forma, com os resultados obtidos a hipótese nula foi rejeitada.

- g) Teste de diferença de média - Paired T-Test and CI: BRGAAP GERAL; IFRS GERAL

Paired T for BRGAAP GERAL - IFRS GERAL

Padrão	N	Mean	StDev	SE Mean
BRGAAP GERAL	199	4,346	2,736	0,194
IFRS GERAL	199	3,639	2,722	0,193
Difference	199	0,707	1,305	0,093

99% lower bound for mean difference: 0,4900 T crítico = 2,345

T-Test of mean difference = 0 (vs > 0): T-Value = 7,64 P-Value = 0,000

Para os testes foram utilizadas as seguintes hipóteses:

$$H_0: \mu_{BRGAAP} (-) \mu_{IFRS} = 0 \quad e \quad H_1: \mu_{BRGAAP} (-) \mu_{IFRS} > 0$$

Foi adotado o nível de significância de 0,01. Foram adotados também os resultados uni-caudal para valor-p e para o t crítico.

O valor-p obtido foi de 0,000 e, portanto menor que o nível de significância. Por outro lado, o limite inferior obtido no teste foi 0,4900, assim sendo, ficou acima de zero. Enquanto

que o valor da estatística foi de 7,64 e, portanto maior que o valor obtido no teste e ao t crítico. Dessa forma, com os resultados obtidos a hipótese nula foi rejeitada.

APÊNDICE B – ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR

Utilizando o software Minitab ® 16, foram realizadas as regressões lineares considerando os dados das instituições financeiras no final de cada ano pesquisado, bem como um teste incluindo todo o período de 2009 a 2013. Foram utilizadas todas as variáveis descritas no quadro de variáveis, adotando 95% como grau de confiança.

Os resultados das regressões anuais calculadas pelo software Minitab ® 16 estão apresentados a seguir:

ANO 2009 - General Regression Analysis

Term	Coef	SE Coef	T	Valor-P
Constante	5,676	3,251	1,746	0,092
CONTR				
Público	1,711	0,881	1,942	0,063
CAPIT				
Estrangeiro	-0,668	0,384	-1,742	0,093
PORT	-0,228	0,188	-1,215	0,235
ROE	-0,023	0,031	-0,741	0,465
LIST				
Não Listada	-0,344	0,597	-0,577	0,569
Só Brasil	-0,904	0,579	-1,561	0,130
Brasil exterior	0,582	1,198	0,486	0,631
SEGM				
Desenvolvim	-2,243	1,105	-2,031	0,052
Atacado	0,960	0,764	1,256	0,220
Middle	0,664	0,893	0,744	0,464

Summary of Model

S = 1,28422 R-Sq = 34,34% R-Sq(adj) = 10,02%
PRESS = * R-Sq(pred) = *%

A análise dos coeficientes da regressão do ano de 2009 mostra que nenhuma das variáveis apresentou um valor-p significativo. A estatística t está associada a cada estimativa. Esta

estatística mede a distância, em quantidade de desvio padrão, do valor estimado até zero. Se o valor da estatística t for igual ou superior a 2, em valor absoluto, então o coeficiente associado tem significância estatística, para um teste a nível de significância de 5%. Em nenhum caso foi observada esta situação. O R^2 foi de 34,34%, mas quando se examina o R^2_{ajust} com 10,02%, conclui-se que tem um baixo poder explicativo da regressão.

Analysis of Variance

Source	DF	Seq SS	Adj SS	Adj MS	F	Valor -P	Signif.
Regression	10	23,286	23,286	2,329	1,412	0,228	
CONTR	1	0,662	6,217	6,217	3,770	0,063	*
CAPIT	1	0,779	5,004	5,004	3,034	0,093	*
PORT	1	1,113	2,433	2,433	1,475	0,235	
ROE	1	2,059	0,905	0,905	0,549	0,465	
LIST	3	8,079	6,221	2,074	1,257	0,309	
SEG	3	10,594	10,594	3,531	2,141	0,118	
Error	27	44,529	44,529	1,649			
Total	37	67,815					

Signif. ***,**,* indicam significância estatística a 1% ; 5% e 10%, respectivamente.

Na análise da variância, os resultados do teste F também foram baixos. O teste F para significância da regressão é um teste para determinar se há uma relação linear entre a variável resposta Y e algumas das variáveis regressoras $X_1, X_2 \dots X_n$. Em outras palavras, o valor de F é a razão entre o modelo e seu erro. O valor de F vai nos dizer o quanto as médias não são iguais.

ANO 2010 - General Regression Analysis

Term	Coef	SE Coef	T	Valor-P
Constante	2,520	2,696	0,934	0,358
CONTR				
Público	1,578	0,741	2,131	0,041
CAPIT				
Estrangeiro	-0,460	0,306	-1,502	0,144
PORT	-0,082	0,143	-0,576	0,569
ROE	0,014	0,027	0,516	0,610
LIST				
Não Listada	-0,553	0,487	-1,134	0,266
Só Brasil	-0,852	0,472	-1,804	0,081
Brasil exterior	0,522	1,009	0,517	0,609
SEGM				
Desenvolvim	-1,741	0,933	-1,867	0,072
Atacado	0,987	0,634	1,558	0,130
Middle	0,761	0,769	0,989	0,330

Summary of Model

S = 1,08901 R-Sq = 34,31% R-Sq(adj) = 12,41%

PRESS = * R-Sq(pred) = *%

Analysis of Variance

Source	DF	Seq SS	Adj SS	Adj MS	F	Valor-P	Signif.
Regression	10	18,580	18,580	1,858	1,567	0,165	
CONTR	1	3,654	5,387	5,387	4,542	0,041	**
CAPIT	1	0,017	2,676	2,676	2,256	0,144	
PORT	1	0,009	0,394	0,394	0,332	0,569	
ROE	1	1,111	0,316	0,316	0,266	0,610	
LIST	3	8,851	8,247	2,749	2,318	0,096	*
SEG	3	4,938	4,938	1,646	1,388	0,266	
Error	30	35,578	35,578	1,186			
Total	40	54,158					

Signif. ***,**; * indicam significância estatística a 1% ; 5% e 10%, respectivamente.

A análise dos coeficientes da regressão do ano de 2010 mostra que somente a variável CONTR apresentou valor-p e estatística t significantes. O R^2 foi de 34,01%, mas quando se examina o R^2_{ajust} com 12,41%. conclui-se que tem um baixo poder explicativo da regressão. Na análise da variância os resultados do teste F também foram baixos.

ANO 2011 - General Regression Analysis

Term	Coef	SE Coef	T	Valor-P
Constante	4,054	2,704	1,500	0,144
CONTR				
Público	1,048	0,677	1,548	0,131
CAPIT				
Estrangeiro	-0,418	0,308	-1,358	0,184
PORT	-0,179	0,150	-1,189	0,243
ROE	0,020	0,015	1,309	0,200
LIST				
Não Listada	-0,026	0,448	-0,057	0,955
Só Brasil	-0,710	0,453	-1,569	0,127
Brasil exterior	0,043	0,730	0,059	0,954
SEGM				
Desenvolvim	-1,360	0,924	-1,471	0,151
Atacado	0,472	0,593	0,795	0,432
Middle	0,269	0,699	0,384	0,703

Summary of Model

S = 1,23212 R-Sq = 28,05% R-Sq(adj) = 5,57%

PRESS = 79,3052 R-Sq(pred) = -17,46%

Analysis of Variance

Source	DF	Seq SS	Adj SS	Adj MS	F	Valor-P	Signif.
Regression	10	18,939	18,939	1,894	1,248	0,300	
CONTR	1	1,931	3,640	3,639	2,397	0,131	
CAPIT	1	0,351	2,799	2,799	1,843	0,184	
PORT	1	0,502	2,147	2,147	1,414	0,243	
ROE	1	2,836	2,600	2,600	1,713	0,200	
LIST	3	8,444	6,386	2,129	1,402	0,260	
SEG	3	4,876	4,876	1,625	1,071	0,375	
Error	32	48,580	48,580	1,518			
Total	42	67,519					

Signif. ***,**; * indicam significância estatística a 1% ; 5% e 10%, respectivamente.

A análise dos coeficientes da regressão do ano de 2011 mostra que nenhuma das variáveis apresentou um valor-p ou estatística t significantes. O R^2 foi de 28,05%, mas quando se examina o R^2_{ajust} com 5,57%, conclui-se que tem um baixo poder explicativo da regressão. Na análise da variância os resultados do teste F também foram baixos e nenhuma variável apresentou valor-p significativa.

ANO 2012 - General Regression Analysis

Term	Coef	SE Coef	T	Valor-P
Constante	3,001	2,340	1,283	0,210
CONTR				
Público	0,841	0,579	1,452	0,157
CAPIT				
Estrangeiro	-0,293	0,263	-1,114	0,274
PORT	-0,130	0,128	-1,015	0,319
ROE	0,014	0,010	1,354	0,186
LIST				
Não Listada	-0,307	0,392	-0,782	0,441
Só Brasil	-0,379	0,385	-0,984	0,333
Brasil exterior	0,129	0,618	0,210	0,836
SEGM				
Desenvolvim	-1,104	0,799	-1,382	0,178
Atacado	0,400	0,496	0,805	0,427
Middle	0,177	0,598	0,297	0,769

Summary of Model

S = 1,03947 R-Sq = 25,13% R-Sq(adj) = -0,69%
 PRESS = 52,6708 R-Sq(pred) = -25,86%

Analysis of Variance

Source	DF	Seq SS	Adj SS	Adj MS	F	Valor-P	Signif.
Regression	10	10,515	10,515	1,052	0,973	0,487	
CONTR	1	2,285	2,278	2,278	2,108	0,157	
CAPIT	1	0,096	1,341	1,341	1,241	0,274	
PORT	1	0,001	1,112	1,112	1,029	0,319	
ROE	1	2,191	1,980	1,980	1,833	0,186	
LIST	3	2,635	2,510	0,837	0,774	0,518	
SEG	3	3,308	3,308	1,102	1,020	0,398	
Error	29	31,335	31,335	1,081			
Total	39	41,850					

Signif. *,**; * indicam significância estatística a 1% ; 5% e 10%, respectivamente.**

A análise dos coeficientes da regressão do ano de 2012 mostra que nenhuma das variáveis apresentou valor-p ou estatística t significantes. O R^2 foi de 25,13%, mas quando se examina o R^2_{ajust} com -0,69, conclui-se que tem um baixo poder explicativo da regressão. Na análise da variância os resultados do teste F também foram muito baixos e nenhuma variável apresentou valor-p significativa.

ANO 2013 - General Regression Analysis

Term	Coef	SE Coef	T	Valor-P
Constante	4,220	5,109	0,826	0,416
CONTR				
Público	0,381	1,253	0,305	0,763
CAPIT				
Estrangeiro	-0,427	0,518	-0,825	0,417
PORT	-0,219	0,289	-0,758	0,456
ROE	0,023	0,039	0,594	0,558
LIST				
Não Listada	0,053	0,882	0,060	0,953
Só Brasil	-0,480	0,723	-0,664	0,512
Brasil exterior	0,313	1,138	0,275	0,785
SEGM				
Desenvolvim	-1,210	1,749	-0,692	0,495
Atacado	0,296	0,980	0,302	0,765
Middle	0,269	1,134	0,237	0,815

Summary of Model

S = 1,87344 R-Sq = 7,96% R-Sq(adj) = -27,43%
 PRESS = * R-Sq(pred) = *%

Analysis of Variance

Source	DF	Seq SS	Adj SS	Adj MS	F	Valor-P	Signif.
Regression	10	7,897	7,897	0,790	0,225	0,991	
CONTR	1	0,776	0,325	0,325	0,093	0,763	
CAPIT	1	2,388	2,389	2,389	0,681	0,417	
PORT	1	0,059	2,014	2,014	0,574	0,456	
ROE	1	0,504	1,239	1,239	0,353	0,558	
LIST	3	1,762	1,695	0,565	0,161	0,922	
SEG	3	2,408	2,408	0,803	0,229	0,876	
Error	26	91,254	91,254	3,510			
Total	36	99,151					

Signif. ***,**, * indicam significância estatística a 1% ; 5% e 10%, respectivamente.

A análise dos coeficientes da regressão do ano de 2013 mostra que nenhuma das variáveis apresentou valor-p ou estatística t significantes. O R^2 de apenas 7,96%, tem um baixo poder explicativo da regressão. Na análise da variância os resultados do teste F também foram muito baixos e nenhuma variável apresentou valor-p significante.